

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

ANTONIO RAFAEL MARÇAL DA SILVA

**Onomástica literária e representação espacial como
ancoragem de memória: topônimos na obra *Baú de ossos*, de Pedro Nava**

Versão Corrigida

São Paulo

2024

ANTONIO RAFAEL MARÇAL DA SILVA

**Onomástica literária e representação espacial como
ancoragem de memória: topônimos na obra *Baú de ossos*, de Pedro Nava**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Filologia e Língua Portuguesa
Linha de Pesquisa: Léxico/Gramática do Português
e de Línguas em Contato

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patricia de Jesus Carvalhinhos

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Roberto Flamínio Peres

São Paulo

2024



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO

Termo de Anuência da orientadora

Nome do aluno: **Antonio Rafael Marçal da Silva**

Data da defesa: **22 / 11 / 2023**

Nome da Professora orientadora: **Patricia de Jesus Carvalhinhos**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024.

Assinatura da orientadora

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

So Silva, Antonio Rafael Marçal da
Onomástica literária e representação espacial como ancoragem de memória: topônimos na obra Baú de ossos, de Pedro Nava / Antonio Rafael Marçal da Silva; orientadora Patricia de Jesus Carvalhinhos; coorientador Marcos Roberto Flaminio Peres - São Paulo, 2023.
97 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Onomástica Literária. 2. Toponímia. 3. Literatura memorialística. I. Carvalhinhos, Patricia de Jesus, orient. II. Título.

SILVA, Antonio Rafael Marçal da. **Onomástica literária e representação espacial como ancoragem de memória: topônimos na obra *Baú de ossos*, de Pedro Nava.** Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2023.

Aprovado em: 22/11/2023

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Patricia de Jesus Carvalhinhos (Orientadora)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)

Assinatura _____

Prof. Dr. André Luis Rodrigues

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)

Assinatura _____

Prof.^a Dr.^a Márcia Sipavicius Seide

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Assinatura _____

Prof. Dr. Martin Jayo

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP)

Assinatura _____

Destino este trabalho às seguintes pessoas encantadas: minha avó Antonia Alves Romão (vó Toinha) e a minha tia-mãe Maria Alves Romão, pela sabedoria a mim transmitida, pela criação e pelos ensinamentos; a minha mãe Luzia Maria de Lima e Silva e ao meu pai Antonio Marçal da Silva, pela porta que me abriram nesta terra para carregar esse pesado fardo de memórias — repleto de histórias maravilhosas.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Patricia Carvalhinhos, pela orientação, pelas longas conversas sobre bibliografia, felinos e sobre a vida — qualquer dia da semana, qualquer hora — e por toda a contribuição durante a pesquisa. Tenho muito a agradecer.

Ao Prof. Dr. Marcos Flamínio, pela coorientação, pelas indicações de leitura e pela atenção durante todo o processo de escrita.

À Prof.^a Dr.^a Marilza Oliveira, pelas observações durante a qualificação.

Ao Prof. Dr. Martin Jayo, pelos apontamentos durante a qualificação; e na banca de defesa, pelas recomendações.

À Prof. Dr.^a Marcia Seide, pelo olhar atento e pelas sugestões onomásticas.

Ao Prof. Dr. André Rodrigues, pela arguição ponderada e pelas anotações literárias.

A todas essas pessoas: SINCERAS CONGRATULAÇÕES!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa (nº do processo: 88882.377638/2019-01)

Escrevo como uma homenagem póstuma à Vó Rita, que dormia embolada com ela, a ela que nunca consegui ver plenamente, aos bêbados, às putas, aos malandros, às crianças vadias que habitam os becos de minha memória. Homenagem póstuma às lavadeiras que madrugaram os varais com roupas ao sol.

(Conceição Evaristo)

RESUMO

SILVA, Antonio Rafael Marçal da. **Onomástica literária e representação espacial como ancoragem de memória: topônimos na obra *Baú de ossos*, de Pedro Nava.** 2023. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

Em franco crescimento no Brasil, os estudos onomásticos representam, por excelência, a interdisciplinaridade. São duas as disciplinas mais representativas: a Toponímia, disciplina onomástica que se dedica a analisar a complexidade do nome de lugar desde sua formação linguística até suas múltiplas relações extralinguísticas, tem sido o ramo que deu mais frutos na academia brasileira até o momento; e a Antroponímia, o outro ramo de relevo da Onomástica que tem por objeto os nomes de pessoas e todas as relações implicadas com o linguístico e o extralinguístico. No mundo, a conectividade proporcionada pela comunicação globalizada conduziu ao surgimento de novas perspectivas em Onomástica, entre elas a Onomástica Literária. Embora, em sua maioria, as pesquisas em Onomástica Literária tenham por objeto o nome das personagens em obras literárias, é possível encontrar alguns trabalhos sobre os nomes dos lugares. No Brasil, há pouquíssimos cujo objeto é o topônimo e esta dissertação pretende contribuir para a ampliação desse cenário. Em obras literárias, podemos considerar o nome de como uma representação do real, importante actante na construção da narrativa. Nosso objetivo específico é olhar, com as peculiaridades críticas e teóricas da Onomástica Literária, para alguns topônimos do livro *Baú de ossos*, de Pedro Nava. Nele, o autor apoia-se no topônimo para preencher o espaço do entorno com suas memórias. Durante a infância, dois lugares marcaram a primeira década do século XX: a *Rua Direita* em Juiz de Fora; a *Rua Aristides Lobo* no Rio de Janeiro. Em cada cidade, um topônimo serve de ancoragem e o fio da memória vai, lentamente, cosendo essa representação do real, a juntar o topônimo às memórias de tais espaços para compor uma imensa “colcha de retalhos”. Os resultados dessa dissertação apontam o topônimo como objeto de ancoragem de memória, seja em textos ficcionais ou não ficcionais.

Palavras-chave: Onomástica Literária. Toponímia. Literatura memorialística. Pedro Nava.

ABSTRACT

SILVA, Antonio Rafael Marçal da. **Literary Onomastics and Spatial Representation as Anchors of Memory: Toponyms in Pedro Nava's *Baú de Ossos* (Chest of bones).** 2023. 97 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

Experiencing significant growth in Brazil, Onomastics studies epitomize interdisciplinary engagement. Two disciplines stand out: Toponomastics, focusing on the intricate analysis of place names from linguistic formation to extralinguistic associations, has proven to be the most fruitful branch within Brazilian academia. Anthroponomastics, the other notable facet of Onomastics, delves into personal names and their myriad linguistic and extralinguistic relationships. Globally, the interconnectedness facilitated by globalized communication has spurred the emergence of new perspectives, including Literary Onomastics. While much of the research in Literary Onomastics centers on character names in literary works, there are also instances of exploration into place names. However, such studies are scarce in Brazil, and this thesis seeks to broaden this landscape. Within literary works, names represent reality, playing pivotal roles in the narrative construction. Our specific aim is to apply the critical and theoretical nuances of Literary Onomastics to select toponyms from Pedro Nava's *Baú de ossos* ('Chest of Bones'). The author utilizes toponyms in this text to evoke memories and fill the surrounding space. *Rua Direita* in Juiz de Fora ('Straight Street', state of Minas Gerais) and *Rua Aristides Lobo* in Rio de Janeiro ('Aristides Lobo Street', state of Rio de Janeiro) are the two public places that hold particular significance in the author's childhood, each one serving as a tether for memory, gradually weaving together a patchwork quilt of recollections. The findings of this thesis underscore the toponym's role as a mnemonic anchor, whether within fictional or non-fictional contexts.

Keywords: Literary Onomastics. Toponomastics. Memoir Literature. Pedro Nava.

RESUMEN

SILVA, Antonio Rafael Marçal da. **Onomástica literaria y representación espacial como anclaje de memoria:** topónimos en la obra *Baú de ossos*, de Pedro Nava. 2023. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

En constante crecimiento en Brasil, los estudios toponomásticos representan, por excelencia, la interdisciplinariedad. Las dos disciplinas más representativas son la *Toponomástica*, disciplina onomástica que se dedica a analizar la complejidad del nombre de lugar desde su formación lingüística hasta sus múltiples relaciones extralingüísticas, la cual ha sido el área más fructífera en la academia brasileña hasta el momento; y la *Antroponomástica*, el otro ramo relevante de la Onomástica que tiene por objeto los nombres de personas y todas las relaciones implicadas con lo lingüístico y lo extralingüístico. A nivel mundial, la conectividad proporcionada por la comunicación globalizada ha conducido al surgimiento de nuevas perspectivas en Onomástica, entre ellas la Onomástica Literaria. Aunque, en su mayoría, las investigaciones en Onomástica Literaria tienen por objeto el nombre de los personajes en obras literarias, es posible encontrar algunos trabajos sobre el nombre de los lugares. En Brasil, hay muy pocos cuyo objeto es el topónimo y esta tesis pretende contribuir a la ampliación de este panorama. En obras literarias, podemos considerar el nombre como una representación de lo real, un importante elemento en la construcción de la narrativa. Nuestro objetivo específico es examinar con las peculiaridades críticas y teóricas de la Onomástica Literaria algunos topónimos del libro “Baú de ossos”, de Pedro Nava. En él, el autor se apoya en el topónimo para llenar el espacio circundante con sus memorias. Durante su infancia, dos lugares marcaron la primera década del siglo XX: la *Rua Direita* (‘Calle Direita’) en Juiz de Fora, Minas Gerais; y la *Rua Aristides Lobo* (‘Calle Aristides Lobo’) en Río de Janeiro. En cada ciudad, un topónimo sirve de anclaje y el hilo de la memoria va, cosiendo despacio la representación de lo real, uniendo el topónimo a las memorias de tales espacios para componer una inmensa “colcha de retazos”. Los resultados de esta tesis señalan al topónimo como objeto de anclaje de memoria, ya sea en textos ficcionales o no ficcionales.

Palabras-clave: Onomástica Literaria. Toponomástica. Literatura memorial. Pedro Nava.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	13
2. INTRODUÇÃO.....	18
3. O CAMINHAR DE PEDRO NAVA.....	21
4. (A CIDADE D...) JUIZ DE FORA.....	27
5. RIO DE JANEIRO.....	32
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
6.1 Definição do corpus.....	41
6.2 Onomástica e Literatura.....	43
6.3 Observações sobre a memória.....	49
6.4 Apontamentos sobre o espaço na literatura.....	53
6.5 Onomástica literária.....	57
7. A EXPANSÃO DOS TOPÔNIMOS.....	60
7.1 Rua Direita, número 179.....	62
7.2 Rua Aristides Lobo, número 106.....	74
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
FONTE PRIMÁRIA.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

1. APRESENTAÇÃO

A cidade possibilitou a todas as palavras, ou pelo menos a um grande número delas, algo que só era acessível a pouquíssimas, a uma classe privilegiada de palavras: serem elevadas à nobreza do nome. Esta revolução da língua foi realizada pelo que há de mais comum: a rua. — Através dos nomes de ruas a cidade se torna um cosmos linguístico.

(Walter Benjamin)

Esta dissertação nasceu tanto da vontade de se construir algo inédito — embora essa prerrogativa não seja exatamente necessária a uma pesquisa em nível de mestrado — quanto de se trazer o hedonismo para um processo que nem sempre é tranquilo, ainda mais considerando o tempo em que ele foi gerado (a pandemia de SARS-CoV-2). Relatarei hedonisticamente, ainda nesta apresentação, todo o percurso que culminou com a proposta do projeto que gestou esta dissertação, mas neste primeiro contato é necessário situar o leitor as principais balizas que norteiam esta produção.

Em um mundo tão tomado pela tecnologia e pelas ciências aplicadas, resolvi seguir caminhando de modo mais lento, detido, talvez fruto de minha paixão pela literatura. Dentro das Humanidades pude ter contato com as mais diversas linguagens, mas uma delas me impactou mais que as outras: a Onomástica.

De fato, a ciência dos nomes integra o rol das ciências consideradas “proselitistas” ou “sem função imediata” como boa parte das ciências humanas. Dentro das Humanidades ela é, ainda, marginalizada pela ignorância geral derivada de seu ineditismo. Encantadora, contudo, por sua complexidade. Seus ramos mais estudados e conhecidos, duas disciplinas científicas intituladas Antroponímia (ou Antroponomástica) e Toponímia (ou Toponomástica), nos permitem submergir, pouco a pouco, nesse mundo complexo e intrigante constituído pelos nomes em geral.

Resolvi unir essas duas paixões não paradoxais, mas integrativas. A literatura específica revelou que sim, dentro da Onomástica há um sub-ramo que acopla nomes e literatura, a Onomástica Literária. Uma revisão de literatura e o acompanhamento de artigos mais recentes em revistas científicas evidenciam que o interesse maior diz respeito aos nomes pessoais na literatura, ou seja, os nomes das personagens — uma antroponímia literária.

Contudo, como relatarei a seguir, um autor em especial me desafiara não pelo uso dos nomes pessoais em suas obras, mas pelos topônimos ali usados como âncoras de sua memória. Surgiu, cristalino, o tema desta pesquisa: não uma antroponímia literária, mas a proposta de uma toponímia literária me atraiu. O próprio topônimo, como afirma Carvalhinhos (2022), é complexo, multidimensional e engendra em seus mil fólios várias facetas da realidade e do denominador. Que dizer, então, de seu uso na literatura? Esta dissertação tenta, de modo inédito, oferecer ao leitor uma possibilidade de aplicação de um estudo toponímico a uma obra ficcional ou semificcional. Tais tentativas já foram feitas em obras menores (Carvalhinhos, 2009; outros), mas o próprio gênero da fonte primária — memórias — e a extensão usual de uma dissertação permitem, sem dúvida, resultados mais aprofundados.

Não se trata, contudo, de uma análise realizada segundo os cânones. O projeto inicial de um glossário resultante da dissertação foi postergado para um momento mais oportuno. Tampouco faço uma análise exaustiva de todos os topônimos da obra *Baú de Ossos*, de Pedro Nava: não é esse o propósito. E quem dita o propósito é o próprio Nava, autor/eu lírico, cujas memórias esparsas ao longo de toda sua obra são sugadas por uma força centrípeta emanada de uns poucos topônimos. E são esses topônimos tão representativos que são nosso objeto de estudo.

(Os antecedentes)

Um tempo anterior ao ingresso na faculdade tive contato com o livro *No caminho de Swann*, de Marcel Proust. O fascínio foi inenarrável, imediato. Ao saber que havia outros livros com a sequência da narrativa foi impossível não sair em busca dessa monumental obra conhecida como *À la recherche du temps perdu* (*Em busca do tempo perdido*). Tal qual foi confessado aqui, foi um momento anterior ao contato com os textos acadêmicos sobre análise literária e toda essa investigação sobre pontos de vista narrativos, trama e enredo, tempo narrativo, conflitos entre personagens, inconsistências dentro da narrativa e todas essas observações precisas quando avaliamos uma obra literária. Foi (podemos dizer:) uma leitura de leitor. Aquela leitura apaixonada, conduzida pela atenção e distração, que nos faz entrar pelas páginas do livro e sentir-nos integrantes da história. Recentemente, já atravessado pelas disciplinas da faculdade e

amparado pelos textos críticos, reli novamente toda a *Em busca*. Impressionante como as observações mudam. Porém, a fascinação foi mantida. A mesma de outrora.

Como na seguinte passagem em que o Narrador vai relacionar o nome dos lugares, ao repeti-los, com as imagens despertadas por eles. O nome Balbec, por exemplo, (mesmo na primavera) despertava-lhe um desejo de tempestade e evocava o gótico visto na arquitetura da Normandia; já as cidades de Florença e Veneza (mesmo num dia tempestuoso), os desejos do sol e dos lírios, e a imagem dos antigos palácios e igrejas.

Porém, se tais nomes absorveram para sempre a imagem que eu me fazia dessas cidades, isto só ocorreu transformando aquela imagem, submetendo seu reaparecimento em mim a suas leis próprias; assim, tiveram como resultado tornar essa imagem mais bela, mas também mais diversa do que poderiam ser na realidade as cidades da Normandia ou da Toscana, e, acrescentando as alegrias arbitrárias de minha imaginação, agravar a futura decepção de minhas viagens. Tais nomes exaltaram a ideia que eu me fazia de certos lugares da Terra, tornando-os mais particulares e portanto mais reais. Então imaginava as cidades, as paisagens, os monumentos não como quadros mais ou menos agradáveis, recortados aqui e ali de uma mesma matéria, e sim, cada um, como um desconhecido, essencialmente diferente dos outros, de que tinha sede a minha alma e que teria se beneficiado em conhecer. E pelo fato de terem assumido algo de mais individual ainda, o serem designados por nomes, nomes que só existiam para eles, nomes como os das pessoas. As palavras nos apresentam das coisas uma pequena imagem clara e usual, como as que são suspensas nas paredes das escolas para dar às crianças o exemplo do que é um banco, uma ave, um formigueiro, coisas concebidas como semelhantes a todas da mesma espécie. Porém, os nomes apresentam das pessoas — e das cidades às quais eles nos habituam a julgar individuais e únicas, como as pessoas — uma imagem confusa que tira delas, de sua sonoridade sombria ou deslumbrante, a cor com que se pinta uniformemente cada um desses cartazes, totalmente azuis ou totalmente rubros, em que, devido aos limites da técnica empregada ou por um capricho do decorador, são azuis ou vermelhos não só o céu e o mar, mas os barcos, a igreja e os transeuntes (Proust, 2016, p. 319).

Entre a primeira e a segunda leitura da *Em busca*, ali pelo antepenúltimo ano da Faculdade de Letras, cursei a disciplina “Ensino de Literatura Brasileira”, cujo docente responsável pelo oferecimento foi o Prof. Dr. Marcos Flaminio Peres. No decorrer das aulas, com autores e autoras — e abordagens — diferentes, o professor nos apresentou um trecho da obra *Chão de ferro*, terceiro livro das *Memórias* de Pedro Nava. Possivelmente, trecho ali pela página 140 — com margem de erro de duas páginas para menos e quatro para mais. Ou (talvez) as páginas 237 e subsequentes em que o Narrador

revela seus momentos de Colégio Pedro II. O trecho exato não ficou marcado e não tem muita importância nesse momento. De fato ficou guardada e ecoando a informação de que Pedro Nava tinha uma escrita — modo de narrar — muito, muito parecida com a de Marcel Proust. Aquilo me intrigou. Seria possível?

Pois bem. Terminado o semestre letivo, e já pelas férias no mês de janeiro, recordei-me do ocorrido — *seria possível?* (aquela dúvida) — e fiz uma rápida pesquisa sobre o autor brasileiro. Biografia interessante, deveras; um sábado qualquer fui até o centro da cidade, número 140 da Praça Dr. João Mendes, Sebo do Messias¹, em busca dos livros. Folheei um exemplar, outro, admirei capa e contracapa, sobrevoei as orelhas dos livros, corri os olhos pelos paratextos, dedicatórias. Resolvi ler o início de *Baú de ossos*; e já nos dois primeiros parágrafos tive contato com uma toponímia de Minas Gerais ainda não ouvida e dava sinais de abertura para o Brasil e para o Mundo. Ao final do quinto parágrafo não restava dúvidas: apenas em três páginas Pedro Nava “sanfonou” a obra de Marcel Proust. Passei a mão nos dois primeiros volumes (*Baú de ossos* e *Balão cativo*), paguei, e o caminho de volta para casa, no trem, foi dedicado à leitura de primeiro volume. Logo, em poucos meses, havia devorado todos os livros. Daquele momento em diante, as *Memórias* de Pedro Nava se tornariam meus livros de cabeceira. Impossível não ser levado ao ler um trecho como este:

A memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos, aos netos, a lembrança dos pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com que ele estabelece contatos, correlações, aproximações, antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção da tradição familiar. Esse folclore jorra e vai vivendo do contato do moço com o velho — porque só este sabe que existiu em determinada ocasião o indivíduo cujo conhecimento pessoal não valia nada, mas cuja evocação é uma esmagadora oportunidade poética. Só o velho sabe daquele vizinho de sua avó, há muito coisa mineral dos cemitérios, sem lembrança nos outros e sem rastro na terra — mas que ele pode suscitar de repente (como o mágico que abre a caixa dos mistérios) na cor dos bigodes, no corte do paletó, na morrinha do fumo, no ranger das botinas de elástico, no andar, no pigarro, no jeito — para o menino que está escutando e vai prolongar por mais cinquenta, mais sessenta anos a lembrança que lhe chega, não como coisa morta, mas viva qual flor toda olorosa e colorida, límpida e nítida e flagrante como um fato presente. E com o evocado vem o mistério das associações trazendo a rua, as casas antigas, outros jardins, outros homens, fatos pretéritos, toda a camada da vida de que o vizinho era parte inseparável e que também renasce quando ele revive — porque um e outro são condições recíprocas. Costumes de avô, resposos de avó, receitas de comida, crenças, canções, superstições

¹ O Sebo do Messias (e livraria) foi inaugurado em 1969 e atualmente conta com uma loja física, no centro de São Paulo, e uma loja virtual. O local é famoso pelo atendimento e pelos milhares de livros espalhados pela loja. Disponível em: https://sebodomessias.com.br/quem_somos.aspx. Acesso em: 15 maio 2023.

familiares duram e são passadas adiante nas palestras de depois do jantar; nas das tardes de calor, nas varandas que escurecem; nas dos dias de batizado, de casamento, de velório. (Ah! as conversas vertiginosas e inimitáveis dos velórios esquentadas a café forte e vinho do Porto enquanto os defuntos se regem e começam a ser esquecidos...) (Nava, 1972, p. 17).

Ainda nesse contato com as disciplinas da graduação e suas bibliografias, cursei a disciplina “Toponímia I”² com a Prof.^a Dr.^a Patricia Carvalhinhos e, ao longo do semestre, desenvolvendo a ideia do trabalho a ser entregue no final do curso, resolvi pesquisar sobre um bairro do Conjunto Residencial José Bonifácio onde o nome das ruas são títulos de músicas da MPB, tais como: *Neve da Bahia*, *Amor de Índio*, *Sal da Terra*, *Coração de Estudante*, entre outras. Durante as entrevistas, ao tentar descobrir a relação de moradores com os nomes das ruas, com as letras das músicas (conheciam?; sabiam cantar?), fiquei desapontado e não demorou muito para descobrir que a relação era pouca ou nenhuma. A maioria preferia relatar suas histórias, a identidade com o local, com o bairro. Priorizavam contar como as primeiras casas foram construídas no esquema de mutirão, a infância nas ruas (ainda) de terra, o momento da pavimentação, os primeiros comércios, construção de escolas, toda uma movimentação dentro de diversos espaços e uma memória muito afetiva desses lugares. Ao conversar com a professora sobre o rumo da pesquisa, fui encorajado a seguir adiante, pois o trabalho poderia obter um resultado surpreendente. Em seguida, mostrou-me o já referido artigo “Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manuel de Macedo” (Carvalhinhos, 2009). Tal leitura funcionou como uma centelha e nos encorajamos a explorar a Toponímia por um outro viés, adiante, aqui apresentado.

² A disciplina “Toponímia Geral e do Brasil I” não é mais oferecida. Após reformulação da grade, a área oferece quatro disciplinas de Toponímia, mantendo o conteúdo das originais e ampliando-o.

2. INTRODUÇÃO

[...] um país começa a ser presente na memória quando a cada nome se associa uma imagem, que como tal não quer dizer nada mais que aquele nome, com um tanto de arbitrário e outro tanto de motivado ou motivável que todo nome carrega consigo.

(Italo Calvino)

O desafio ao estudar a obra de Pedro Nava, precisamente o conjunto de escritos conhecido como *Memórias*³, encontra-se na dimensão que o texto narrativo alcança por sua sobreposição de camadas e nas diversas nuances, ou melhor, na forma como a representação do real vai sendo dilatada até alcançar proporções de monumentalidade. Na medida em que vamos avançando na leitura de cada livro, todo momento é decisivo e o horizonte narrativo vai ficando cada vez mais distante — não inalcançável, simplesmente muito mais amplo.

No projeto original desta dissertação, a pretensão girava em torno de analisar o todo das *Memórias*. Durante a pesquisa, as inúmeras leituras, discussões e entendimentos do objeto, observamos que o primeiro livro, *Baú de ossos*, continha — para dar o pontapé inicial — os elementos centrais de toda a obra, além de suficiente para os limites de uma dissertação.

Baú de ossos, primeiro livro da série publicado em 1972, inaugura, no Brasil, um roteiro memorialístico no qual o autor vai tecendo uma linha tênue entre suas memórias e a inventiva ficção, que o próprio autor costumava nomear de verossimilhança. Criamos a metáfora “colcha de retalhos” como uma forma de entender o entrelaçamento das histórias ao longo da narrativa, assim como nossas — ou algumas — avós juntavam quadrados e retângulos de tecidos cosidos à mão, para finalizar uma bela e coloridíssima colcha de retalhos. Para a confecção desta, o Narrador⁴ dará início (*com dois quadradinhos ou retangulinhos*) ao descrever as duas casas nas quais o “menino Pedrinho” passou toda a infância: uma localizada na Rua Direita, número 179, na cidade de Juiz de Fora; a outra no bairro Rio Comprido, cidade do Rio de Janeiro na Rua

³ No decorrer do texto usaremos em alguns momentos o termo “*Memórias*” apenas como referência ao conjunto memorialístico do autor. Em nossa pesquisa não abordaremos todas as obras; apenas o primeiro livro das *Memórias*, o livro *Baú de ossos*, como fica esclarecido no trecho.

⁴ Usaremos, assim como Antonio Candido (2017, p. 65), “o designativo Narrador, consagrado para mencionar a voz que se lançou *Em busca do tempo perdido*” para nos referir ao escritor Pedro Nava. Desta forma, daremos mais fluidez ao texto, marcando essa voz dentro da narrativa. Salvo alguma passagem na qual seja necessária a invocação do nome do autor.

Aristides Lobo, número 106. Isto posto, chegamos à conclusão de que melhor seria detalhar o objeto de pesquisa, reduzir o *corpus* e adequar os procedimentos metodológicos para um formato mais conciso.

Antes de prosseguir, apresento de forma resumida ao leitor a estrutura da obra *Baú de Ossos*. Em “Setentrião”, primeiro capítulo, ficamos sabendo o local de nascimento do Narrador, e conhecemos um pouco da cidade de Juiz de Fora. Em seguida é traçada a genealogia da família paterna, tantos graus de parentesco, buscando saber mais sobre a vida do avô e da avó, bisavôs e bisavós. O segundo capítulo, “Caminho Novo”, detalha a origem da família materna, a figura da avó, do avô e a sombra do bisavô, “família mineira da gema”. Nava relata não só a história de familiares como também a história desse caminho formado ao longo dos anos, do surgimento de várias cidades — ligação entre os “interiores profundos” de Minas Gerais e o porto da capitania, à beira-mar, no Rio de Janeiro. O terceiro capítulo do livro, “Paraibuna”, revela a identidade majestosa desse rio, sua importância para a região, e parte da primeira infância do Narrador é complementada. O capítulo termina com a mudança da família de Juiz de Fora para a capital da República. Intitulado “Rio Comprido”, o último capítulo contempla outra parte da infância do Narrador, lembranças de passeios pelo Rio de Janeiro e algumas paisagens litorâneas e suburbanas. O livro termina no momento da morte do pai e a família sobe novamente, de trem, com muito luto e muita bagagem, o Caminho Novo.

Juiz de Fora é — literalmente — o berço das memórias, as primeiras impressões da vida e as lembranças desencontradas, ora completadas por parentes, ora pelas frequentes visitas que povoavam a casa para contar histórias dos tempos idos; na Rua Direita, todos os dias da semana caracterizavam-se pelo incessante ir e vir costumeiro dos tempos remotos, quando as notícias — por que não as fofocas?! — circulavam de boca em boca (expressão hoje em dia em desuso por conta dos meios digitais), meio de divulgação melhor e mais rápido que os jornais, no calor dos acontecimentos corriqueiros, na visita que muitas vezes entrava direto já anunciando os casos e sequer batia à porta.

Na Rua Aristides Lobo, localizada no bairro do Rio Comprido, longe do burburinho do centro, onde a Rio de Janeiro do início do século XX se mostrava, o menino está próximo de completar oito anos e a capital do Brasil caminhava para entrar na segunda década daquele século, e, apontava — ou sofria — diversas transformações na sua composição.

As duas cidades, ligadas uma à outra pelo Caminho Novo⁵, são aproximadas entre si, ou melhor, têm suas distâncias encurtadas por meio das memórias de Pedro Nava. O intervalo entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro foi sendo preenchido com riquíssimas histórias e episódios marcantes, não só dentro da família mas também na sociedade como um todo. Diversos eventos foram situando o cotidiano, destacando datas, ocasionando opiniões; enquanto isso, as histórias foram deixando no menino Pedrinho uma lembrança impressa, arcabouço futuro para alimentar sua escrita.

Esboçado o roteiro percorrido por Nava em *Baú de Ossos*, expomos a estrutura desta dissertação. Na primeira parte, vamos nos ater um pouco à biografia do memorialista e contextualizar brevemente o período histórico que atravessava as duas cidades no tempo da narrativa. Por conseguinte, não podemos escapar à história daquele Brasil. Também devemos situar o escritor no momento escolhido para deitar no papel suas memórias e o porquê dessa decisão — senão tardia, em momento propício e (talvez) empurrada pelo destino, e para nosso deleite.

Eixo central da pesquisa, a segunda parte fica encarregada de expor os procedimentos metodológicos, os objetivos gerais e específicos, de modo que alguns capítulos específicos de *Baú de Ossos* (*Capítulo I - Setentrião* e o (último) *Capítulo IV - Rio Comprido*) serão o foco da análise por conterem uma maior descrição dos dois topônimos nos quais encontramos as casas onde estão abrigadas as memórias de infância. Ali também estão os pontos de partida para uma análise sob a perspectiva da disciplina Toponímia. Trataremos também de algumas passagens dos *Capítulos II e III* (*Caminho Novo* e *Paraibuna*, respectivamente) que figuram como elo de ligação entre as duas cidades e suas construções.

Na conclusão, vamos enfeixar nossas ideias e considerações finais com uma visão geral da pesquisa, bem como explanar os cuidados que tivemos para compor essa parte da “colcha de retalhos” e por que consideramos esses dois topônimos como primordiais para compreendermos a Onomástica Literária em *Baú de ossos* do escritor Pedro Nava. Enfim, mostramos ao leitor, de modo aplicado, os principais componentes para uma leitura sob a ótica de uma Toponímia Literária.

⁵ No livro *Caminhos do Rio a Juiz de Fora*, coordenado por Maria Cristina Wolff de Carvalho, podemos encontrar alguns textos sobre a história desse(s) caminho(s) que ligava(m) o Rio de Janeiro a Juiz de Fora. Os mapas e as fotografias nos mostram o desenvolvimento dos núcleos urbanos ao longo da estrada durante sua construção (São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2010).

3. O CAMINHAR DE PEDRO NAVA

Pedro Nava era praticamente um velho, beirava os sessenta e cinco anos, quando trocou sua condição de poeta e prosador bissexto pela de escritor contumaz. Foi em fevereiro de 1968, no raiar de um ano de crises agudas no panorama político-cultural do país e do mundo, que Nava deu início à elaboração de suas *Memórias*.

(Joaquim Alves de Aguiar)

Nascido no ano de 1903, no dia 5 de junho, Pedro da Silva Nava soltou o primeiro choro e deu os primeiros passos na cidade de Juiz de Fora, Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Filho da mineira Diva Mariana Jaguaribe Nava, e por essa parte a avó mineira (da gema) Maria Luísa da Cunha Pinto Coelho Jaguaribe, e o avô Joaquim José Nogueira Jaguaribe, cearense e Major da Briososa. Pela família da avó vai subindo pelos Pereira da Silva, Abreu e Melo, Pinto Coelho, Miranda Castro, Vale Amado, Oliveira Leite e Abreu Lima. Na parte do avô vai subindo por Santiago de Alencar, Carvalho, Nogueira dos Santos, Gomes, Lima de Andrade e Pereira de Alencar. Vai até a origem dos pentavós localizados no Ceará. O pai, José Pedro da Silva Nava, era filho do maranhense Pedro da Silva Nava (homônimo do autor); por esse ramo sabe apenas que o bisavô era Nava e a bisavó Silva, chegando a um Francisco Nava, italiano, trisavô.

Em passagem pela Itália no ano de 1955, Pedro Nava encontrou por lá documentos que davam pelo século XII o registro mais antigo da família e os Nava daquele momento, espalhados pelo país. Nada que revertesse o *conto do vigário* genealógico e uma ascendência do tal Francisco Nava.

A avó tinha por nome Ana Candida Pamplona, e subia pelos Barros Palácio, Rodrigues, Pamplona, Costa Barros e Souza Brasil. Também chegando até a quinta geração da família, oriunda do Ceará. Pedro Nava era grande interessado por genealogia e todos os capítulos de *Baú de ossos* (e no conjunto *Memórias*), trazem muitas informações sobre as ramificações de suas famílias, os graus de parentescos e as origens no norte do país (especificamente nordestina), levando esse capítulo o nome de “Setentrião”. Certamente, deve ter revirado os cartórios e arquivos de Juiz de Fora e Belo Horizonte, pois transcreve galhos e mais galhos das árvores genealógicas de famílias mineiras, cruzando o Atlântico e alcançando raízes europeias.

“Meu pai fez o primeiro ano de Medicina e o de Farmácia na Faculdade da Bahia. O segundo ano dos dois cursos e os subsequentes, no Rio de Janeiro” (Nava, 1972, p. 212). O pai, médico de formação, chegou a exercer a profissão em Juiz de Fora e ocupou o cargo de Diretor de Higiene Municipal. Mas tudo indica que sentia saudades do Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de medicina e das amizades por lá construídas. Então, em 1910 está decidido a mudar-se com a família para a capital do Brasil e prestar concurso para legista e sanitarista. Foi um período curto, pois em julho de 1911 o pai veio a falecer. A mãe, que era conhecida como *Sinhá-Pequena*, resolveu voltar para Juiz de Fora na companhia de quatro crianças e gestando outra, tornando-se agora *Dona-Diva*. A partir de então começa a jornada para criar as cinco crianças, e a superação dos momentos de dificuldade.

Com a morte da mãe Maria Luísa em 1913, Dona Diva acompanha o pai, Major Jaguaribe, na mudança para Belo Horizonte. Nesta cidade, Dona Diva consegue, pelo conhecimento adquirido em datilografia, um emprego como professora de trabalhos em um grupo escolar, embora continuasse com trabalhos extras para complementar a renda. A pesquisadora Ilma de Castro Barros e Salgado (1999), em sua pesquisa pioneira, destaca outra conquista de Dona Diva.

Persistente que era, buscava exemplo de uma contemporânea sua — Alice Lage⁶ — de família tradicional, primeira mulher funcionária pública brasileira. Para conseguir seu intento, D. Diva conversou com uma companheira de infância — Julina Rosa França — que intermediou junto ao marido, Lafayette França, para que este facilitasse a concretização do desejo da amiga. Seu ingresso em uma repartição pública [...] (Salgado, 1999, p. 74-75).

Monique Le Moing (1996), na composição de uma biografia de Pedro Nava, escrita sob o título de *A Solidão Povoada*, consegue percorrer alguns itinerários do autor observando a solidão como, nas palavras dela, uma espécie de *leitmotiv*, levando-o a

⁶ Sabemos que Alice Lage ocupou um cargo no Ministério da Agricultura em reportagem noticiada no Jornal Tribuna de Minas. A notícia informa sobre o legado feminino de cinco mulheres em exposição montada no Museu Mariano Procópio, contando suas trajetórias. A matéria, assinada por Leonardo Toledo em 18/09/2011, informa que: “Alice Lage também conheceu o peso de comandar uma família sozinha, mas em condições menos favoráveis. Ao ficar viúva de Frederico Ferreira Lage, irmão do fundador do museu, foi obrigada a se desfazer de bens — como o palacete e o terreno que hoje pertencem à 4ª Brigada de Infantaria Motorizada — e a transformar seus dotes artísticos em fonte de renda. Elogiada pela voz de meio soprano, apurada em aulas na Europa, passou a dar aulas de piano e canto lírico para sobreviver. Mais tarde, tornou-se funcionária pública, ocupando um cargo no Ministério da Agricultura. Pertenceu a ela o piano de cauda que hoje integra o museu.” Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/18-09-2011/legado-feminino.html>. Acesso em 14 abr. 2023.

tomar aquela fatídica decisão de tirar a própria vida. Buscou, ainda, decifrar a relação entre o Tempo, a Memória e a Morte — elementos entrelaçados dentro da narrativa que estabeleceram para a pesquisadora um caminho possível durante a investigação. Utilizando uma expressão usada pelo autor dentro da obra, Le Moing faz uma comparação interessante ao trazer o significado de tal ponto crioscópico.

O dicionário designa a crioscopia como um “conjunto de técnicas de medida de massa molecular de um soluto não-volátil, baseado na medida do abaixamento do ponto de fusão de um solvente puro quando se lhe adiciona o soluto”. Pedro Nava, qualificando-se de “ponto crioscópico”, queria dizer que ele era o produto, o fruto, de uma trama finíssima tecida de eventos, de personagens, de contexto familiar e social, que talvez bastasse ser desfeita para tornar a encontrar os fios? Observe-se como a cristalização hereditária de um passado que o homem maduro leva com ele, e que o leva, ele, o menino de Minas Gerais, com tudo o que isto significa de rigidez, de rigor, de conformismo, mas também de sensibilidade exacerbada, de rebeldia, de amargura, de loucura... (Le Moing, 1996, p. 38).

Essa transformação em produto através da cristalização do passado, interiorizada na vida adulta, mantém na memória todo o período da infância, esperando — momento exato — para desabrochar. Todo um acúmulo de vida contornado por diferentes pontos observáveis em auxílio a toda a criação.

É certo que a elaboração do pensamento de Pedro Nava foi feita em relação a sua “mineiridade”, quer dizer ao mesmo tempo em relação à herança ancestral de que ele é o produto, mas também em relação às influências dos modernistas e das correntes literárias, artísticas e políticas dessa região, às quais foi submetido. O seu desabrochar simultâneo na vida profissional, que está vivendo como um apostolado, e na vida intelectual aberta sobre a poesia, a pintura e a literatura, é totalmente ligado à época, aos lugares onde viveu, à sua adolescência e aos primeiros passos da sua vida de homem, quer dizer a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro (que bem poderíamos, a não ser pelo medo de ferir suscetibilidades, ver como uma colônia mineira) da primeira metade do nosso século (Le Moing, 1996, p. 38).

Todo o percurso de vida de Pedro Nava foi mergulhado em profunda solidão. Transformada em essência, vai acompanhá-lo em todos os momentos, principalmente quando começa a escrever suas memórias. Na verdade, há um percurso maior nessa jornada, nessa tentativa de estabilizar essa “solidão povoada”.

É aquela solidão — feita de repulsa, quer dizer de ressentimento, de raiva do menino pobre contra a sociedade egoísta e rica, acentuada por sua recusa da golilha dos interditos da sociedade mineira à qual pertence, intensificada pelo contato doloroso com a doença e a morte, e com a sensibilidade de impotência inerente à sua profissão e levada ao paroxismo pelas injustiças, as malversações, a intolerância, a hipocrisia da sociedade e dos homens — é aquela solidão que ele vai tentar povoar:

- pela leitura, desde os primeiros anos do colégio;
- pela poesia, na época em que frequenta o movimento modernista — “Estava pronto para a transida solidão da poesia”;
- pela pintura — ilustrou três livros importantes e pintou algumas obras interessantes — “Meu quadro é a representação simbólica de minha solidão”;
- pelo exercício da medicina ao longo da sua vida de homem maduro;
- afinal, pela escrita das suas memórias (Le Moing, 1996, p. 69-70).

Pela leitura, espalha em suas *Memórias* os livros companheiros desde a infância — principalmente em *Baú de ossos*. Inúmeros livros o acompanharam nas horas mais solitárias, como *O Ateneu*, de Raul Pompéia; *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe; *Mathilde*, de Eugène Sue; *La Gerusalemme*, de Torquato Tasso; citando apenas alguns. E não poderia ficar de fora dessa lista a obra de Marcel Proust, citada inúmeras vezes como epígrafes ou de forma indireta; ou, afirmando sempre, a leitura dos livros em vários momentos de sua vida.

Os poemas escritos ao longo da vida não eram tão sozinhos quanto o autor, merecendo destaque e uma devida atenção *O defunto*⁷, publicado em 1927 numa coletânea organizada por — este poeta de mancha — Manoel Bandeira. Esse poema, acreditamos, é uma possível chave para abrir o baú de ossos.

Em suas aventuras de pintor, ilustrou três livros⁸: *Juiz de Fora: poema lírico*, de Austen Amaro; *Macunaíma*, de Mário de Andrade; e *O roteiro lírico de Ouro Preto*, de Afonso Arinos de Melo Franco.

A carreira de médico foi exercida em seguida à sua formação, no interior de Minas Gerais, passando pelo sudoeste de São Paulo e depois tomando o rumo do Rio de Janeiro, onde passou maior parte do tempo de profissão, especializando-se em reumatologia. Daí vai desembarcar no final dos anos 1960, quando se afasta (ou foi afastado) definitivamente da profissão e mergulha na composição de suas memórias.

⁷ Disponível em: https://www.ufmg.br/noticias/ev_03062003_nava3.shtml. Acesso em: 11 nov. 2023.

⁸ Podemos encontrar exemplares dos livros citados na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) e no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), *campus* da Cidade Universitária (USP).

A solidão mais profunda, talvez, tenha sido essa causada pela escrita, enterrada nos papéis, nas anotações, nos “bonecos”, na máquina de escrever, no escritório, na escrivaninha, no apartamento do bairro da Glória, no banco da praça... onde sentou-se para admirar uma última vez através da “janela do mundo” e atirar-se de cabeça no colo da “indesejada das gentes” — como costumava chamar.

Parece não ter conseguido escapar a essa solidão. A sua morte, a morte mais solitária que existe, prova que essa solidão atingiu limites insuportáveis.

Solidão, palavra essencial. Solidão do escritor que dela retira a criação, mas a ela retorna inevitavelmente (Le Moing, 1996, p. 70).

E foi no apartamento 702, na Rua da Glória número 190, que Pedro Nava dedicou-se de forma perseverante à escrita das *Memórias*. Ao decorrer de uma década e meia foi cosendo lentamente sua colcha de retalhos, remendando lembranças, reativando recordações, apoiando-se na memória voluntária (e também, por vezes, na involuntária), essa divisão que faz da memória o fio que amarra uma história em outra história, e em outra história, consecutivamente. Aquela solidão necessária para pôr em prática o projeto literário passou a corroê-lo por dentro, pesando a escrita. E aquele misterioso telefonema do dia 13 de maio de 1984 levou Pedro da Silva Nava, aos 80 anos de idade, a tomar a fatídica decisão de tirar a própria vida e recolher-se ao baú de ossos, tão familiar, junto aos parentes e amigos que o haviam acompanhado nas recordações dos últimos anos, agora para todo o sempre, para a revelação (que nunca saberemos) no último livro — inacabado.

Para consolidar a contextualização desse período, precisamos falar do golpe civil-militar, que deu início, em 1º de abril de 1964, ao período mais violento da história brasileira: a ditadura militar⁹ — mais uma. Sabido por muitos, o Presidente Jânio Quadros, eleito em 1961, acabou renunciando e, no mesmo ano, assumiu o seu vice João Goulart, o Jango, como era conhecido. Mesmo com todas as dificuldades, movimentação política contrária, grupos militares insatisfeitos e demonstrando a vontade de retomar novamente o poder. E consolidam o golpe com o apoio de classes dominantes, de alguns setores

⁹ Para saber mais sobre esse período, indicamos a leitura da coleção (com cinco livros) escrita por Elio Gaspari: *A ditadura envergonhada* (2002), *A ditadura escancarada* (2002), *A ditadura derrotada* (2003), *A ditadura encurralada* (2004); e o último, *A ditadura acabada* (2016). Recomendamos essa por ter um caráter de “romance jornalístico”. Em todo caso, existe uma lista interminável de livros sobre esse período que se estendeu de 1964 até 1985, com duração de longos 21 anos.

empresariais. Os militares contrários, tinham duas opções: ou debandavam para a clandestinidade ou permaneciam sob o novo regime, seguindo as ordens dos generais.

No ano de 1968, precisamente no dia 13 de dezembro, os militares baixaram o ato institucional nº 5, o mais terrível dentre os outros, ampliando o poder de repressão à todas as pessoas contrárias ao golpe, abrindo caminho para o aprisionamento, tortura e desaparecimento de centenas de pessoas. Algumas conseguiram escapar, buscando refúgio no exílio, muitas vezes forçado.

Em meio a este turbilhão repressivo da junta militar, Pedro Nava deixa de lado a medicina e segue o caminho da literatura¹⁰. Em meados da década de 1970, Pedro Nava afasta-se de vez da Policlínica e continua atendendo apenas pacientes de há muito, de grande proximidade. Enquanto isso, seus dois primeiros livros das *Memórias* são publicados e ele caminha para a publicação do terceiro. E o país continua em estado de fogo cruzado: militares de um lado, com toda a repressão possível para cima dos movimentos de esquerda revolucionários que, do outro lado da trincheira, resistiam e avançavam, pouco a pouco, mostrando as atrocidades cometidas e, tentavam, a todo custo, impor uma barreira ao regime militar que desmoronava lentamente.

Caminhando por essa trincheira, em meio ao fogo cruzado, Nava seguia publicando seus livros, falando sobre outro período ditatorial, o de Getúlio Vargas (1930-1945). Curioso imaginar como os livros escaparam à censura. Ao mesmo tempo, percebemos a sutileza com que o autor toca nesses assuntos espinhosos. Em diversas entrevistas declarava-se pessoa apolítica contando sempre o desgosto acumulado ao longo da vida por ter presenciado certas situações desagradáveis (e de conchavos). Entra na década de 1980 vendo seus livros premiados, com o devido reconhecimento — personalidade literária aclamada pelo público leitor. No entanto, os últimos livros mostram uma escrita carregada de amargura, bem diferente dos primeiros livros.

¹⁰ É importante lembrar que Pedro Nava escreveu diversos artigos, a maioria publicados na Revista Brasil Médico. Publicou, nesse contexto, dois livros importantes: *Território de Epidauró*, Rio de Janeiro: Cândido Mendes Júnior, 1947, e *Capítulos da História da Medicina no Brasil*, Rio de Janeiro: Brasil Médico Cirúrgico, 1949 (ambos republicados em São Paulo pela Ateliê Editorial, em 2003 e 2004, respectivamente). Outro destaque, no âmbito dos escritos médicos, foi a conferência proferida no Real Gabinete Português de Leitura, no ano de 1961, “A Medicina de ‘Os Lusíadas’”. Junto com outros dois textos (“Medicina e Humanismo” e “Aloysio de Castro, o Gentil-homem da medicina brasileira”) foram publicados em livro posteriormente, também pela Ateliê Editorial, em 2004. Embora o tema seja este, de caráter médico e científico, são bastante literários.

4. (A CIDADE D...) JUIZ DE FORA

O topônimo, assim, vai deixando de ser apenas um instrumento de marcação ou de identificação de lugares para se transformar em um fundo de memória, de natureza documental tão valiosa e significativa como os textos escritos.

(Dick)

A Cidade do... A Cidade de... Pare no “D”. Lembremos o capítulo LXII do romance *Esaú e Jacó* de Machado de Assis publicado em 1904¹¹. O capítulo trata, no calor da hora — momento da narração — da mudança de regime: o Império que poderia cair, ou não; a República que poderia ou não vigorar. E a inscrição na tabuleta nova oscilava entre “Confeitaria *do* Império ou Confeitaria *da* República”. Desse modo, Machado de Assis por aí, Conselheiro Aires para lá, tabuleta acolá, para cá a Cidade *do* Juiz de Fora ficou comumente referenciada como: Cidade *de* Juiz de Fora. Como veremos adiante, não é só uma questão de estilo.

Em meados do século XIX existia apenas a Fazenda do Juiz de Fora. A Fazenda Velha. A picada aberta por Garcia Rodrigues partia da Borda do Campo e seguia até o pé da Serra: Santo Antônio do Paraibuna. Um personagem importante nessa empreitada levando desenvolvimento a essa região foi Henrique Guilherme Fernando Halfeld, imigrante alemão e engenheiro, e sua história de vida não só tem importância para a cidade, como ela cruza com a história da família de Pedro Nava. Pois aquele casou-se com a avó deste, e viveram juntos alguns anos. (Depois de sua morte, a Inhá Luísa casa-se novamente, agora com o Major Jaguaribe, este avó de Nava.)

A origem do nome da cidade é um mistério e não é. Há uma possibilidade imensa do primeiro proprietário ter exercido essa profissão; e por ter vindo de fora juntaram-se os termos e o nome ficou.

Albino Esteves e Lindolfo Gomes, aquele, desde 1904 até 1943, tudo fizeram para descobrir a origem desse nome, sem nenhum resultado, conforme confessou o segundo em artigo publicado no “Diário Mercantil” de 3 de Julho de 1943: “Os que nos entregamos, em diferentes épocas, à tarefa penosíssima de decifrar semelhante enigma não conseguimos identificar a pessoa ou, pelo menos saber o nome de tal juiz”. Nem poderiam chegar a esse resultado, pois, de fato, como diz o mesmo

¹¹ Cf. Machado de Assis, 1943, p. 233-236.

Lindolfo Gomes, não consta das “demoradas pesquisas que os historiadores da cidade têm levado a efeito que algum magistrado com aquela investidura houvesse, em qualquer tempo, sido proprietário das terras e do prédio que o povo da cidade vem, de longa data, denominando ‘Fazenda Velha’” (Oliveira, 1953, p.13).

Difícil descobrir quem foi o tal juiz¹². Há grande possibilidade do cargo ter sido exercido por mais de uma pessoa¹³. Em todo o caso, independente daquele que a exerceu, a então profissão acabou pegando e o nome ficou. Em outra passagem do livro o autor mostra o momento da oficialização.

Fazenda do Juiz de Fora no século XVIII, Vila de Santo Antônio do Paraibuna em 1850, Cidade do Paraibuna em 1856, a localidade voltou a ter a primitiva denominação em 1865, quando o Art. 13 da lei provincial nº 13, de 19 de Dezembro, determinou: “A Cidade do Paraibuna denominar-se-á Cidade do Juiz de Fora”. Foi, como dissemos antes, o Barão de São Marcelino (dr. Marcelino de Assis Tostes) quem defendeu na Assembléia Legislativa Provincial essa mudança de denominação, sem, no entanto, lamentavelmente, ter cogitado de saber e indicar o nome do magistrado que, passando pela localidade ou aí residindo muitos anos antes, legara tal nome à futura cidade, deixando em mistério seu próprio nome (Oliveira, 1953, p. 63).

Encontramos, em livro publicado por Joaquim Ribeiro Costa (1993), a seguinte informação:

JUIZ DE FORA — top.[ônimo] or.[iginário] de fazenda existente no local em que surgiu o pov.[oado], residência de Magistrado dêste nome, no govêrno colonial. Cap.[ela] de Santo Antônio, elev.[ada] à paróq.[uia] por lei n.º 472 de 31-V-1850, a mesma que criou a vila de Santo Antônio do Paraibuna, como município desmembr.[ado] do de Barbacena e compr.[eendendo] as paróq.[uias] da sede, São José do Rio Prêto, (at.[ual] Três Ilhas) Chapéu d’Uvas (at.[ual] Paula Lima) e ainda, prováv.[elmente], o dist.[rito] de São Francisco de Paula (paróq.[uia] desde 1840 e supr.[imida] em 1846); e os dist.[ritos] de São Pedro de Alcântara e João Gomes (at.[ual] Santos Dumont), o qual perde em 1854. Adq.[uirido] em 1854 a paróq.[uia] de Senhor dos Passos do Rio Prêto, em virtude de supr.[essão] do município do mesmo nome, perdendo-a depois, pela lei nº 835 de 11-VII-1857, que

¹² O portal IBGE cidades informa, na página referente à história da cidade, que “Alguns estudos indicam que um Juiz de Fora esteve de passagem na região e hospedou-se por algum tempo numa fazenda e que, mais tarde, próximo a ela, surgiria o povoado de Santo Antônio do Paraibuna.” Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/historico>. Acesso em: 28 jan. 2023.

¹³ Vasconcelos, ao tratar da *História antiga das Minas Gerais*, relata a formação de alguns arraiais e vilas no século XVII como a Vila Rica de Albuquerque. O autor descreve a formação das Câmaras da Vilas com a seguinte composição de oficiais: “Juiz mais velho”, “Juiz mais moço”, “Vereador mais velho”, “Segundo”, “Terceiro” e “Procurador” (Vasconcelos, 1999, p. 292-293).

rest.[aurou] o referido município. Cr.[iada] em 1857, a paróq.[uia] de Vargem Grande e o dist.[rito] de Sarandi. Cr.[iada] em 1858 a paróq.[uia] de São Francisco de Paula (at.[ual] Torreões) e o dist.[rito] de Santana do Deserto. Adq.[uire] em 1864 o dist.[rito] de Espírito Santo do Piauí. Nome at.[ual] por lei número 1.262 de 19-XII-1865; adq.[uire] no mesmo ano a paróq.[uia] de Santa Bárbara do Monte Verde. Cr.[iada] em 1868 o dist.[rito] de Rosário. Cr.[iada] em 1884 o dist.[rito] de São Sebastião da Chácara, em 1885 o de Matias Barbosa e em 1890 os de Pôrto das Flores, Água Lima (at.[ual] Coronel Pacheco) e São Pedro do Pequeri. Perde este último em 1891. Cr.[iada] em 1911 os dist.[ritos] de Mariano Procópio e Benfca. Cr.[iada] em 1923 o dist.[rito] de Ewbank da Câmara, incorp.[orado] ao m.[unicípio] de Santos Dumont. Perde no mesmo ano os dist.[ritos] de São Pedro de Alcântara (at.[ual] Simão Pereira), Santana do Deserto e Matias Barbosa. O dist.[rito] de Mariano Procópio passa em 1938 à cat.[egoria] de subdist.[rito] do dist.[rito] da sede. Perde no mesmo ano os dist.[ritos] Rosário e Coronel Pacheco. Readq.[uire] em 1943 o dist.[rito] de Coronel Pacheco e em 1948 o de Rosário (ex-Augusto Franco e at.[ualmente] Rosário de Minas). Perde em 1953 o dist.[rito] de Piauí (Espírito Santo do). Perde em 1962 os dist.[ritos] de Vargem Grande (at.[ualmente] Belmiro Braga e ex-Ibitiguaia), Pôrto das Flores, Três Ilhas, Chácara (São Sebastião da) e Coronel Pacheco. Pela lei n.º 2.764 de 30-XII-1962 foi cr.[iada] o dist.[rito] de Benfca, com o nome de Benfca de Minas, o mesmo que já havia sido cr.[iada] pela lei n.º 556 de 1911. Revog.[ada] esta criação pela lei n.º 4.935 de 10-IX-1968, que transformou o terr.[itório] em 3.º subdist.[rito] do dist.[rito] da sede (Costa, 1993, p. 272-273).

A cidade de Juiz de Fora foi crescendo ao longo dos anos e com o aumento da população novos bairros foram surgindo e novos loteamentos foram feitos para dar conta desse crescimento. Essa expansão fez com que os limites da cidade se aproximassem do leito do Rio Paraibuna, iniciando uma preocupação com as enchentes e obras de reforma para tentar evitá-las.

Durante um bom tempo, a cidade do Rio de Janeiro esteve ligada à cidade de Juiz de Fora, mais precisamente à região aurífera, com desempenhos políticos e econômicos ponderosos. A Estrada de Ferro que ligava o interior das minas ao porto ajudava a escoar o ouro das Minas Gerais que descia o Caminho Novo em direção à Europa. Esse crescimento trouxe também progresso e no dia 7 de junho de 1877 foi inaugurada uma estação na cidade para o embarque e desembarque da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1888 a estrada chegou até Ouro Preto, então capital da província. Com o fim do Império, após o golpe militar de 1889, passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil. Depois da estação construída, ligação direta com o Distrito Federal, houve um crescimento populacional e um desenvolvimento econômico na cidade, sendo chamada de “Manchester Mineira”.

No livro *Inundações do Paraibuna*, Hildebrando de Araújo Goes (1943) noticia as enchentes ocorridas durante longo período, desde o crescente desenvolvimento da cidade até a década de 1940. O livro contém algumas fotografias dessa época mostrando ruas alagadas e diversas pontes sobre o Rio Paraibuna, “cujo nome de origem indígena significa rio de águas escuras [...]” (Goes, 1943, p. 13).

A planta mais antiga, levantada, em 1860, pelo engenheiro Dodt, mostra que a aglomeração então se desenvolvera longe das margens do Paraibuna. Em 1897, após a construção da rodovia União e Indústria e da linha da Central do Brasil, a povoação chegou-se, aos poucos, ao rio, invadindo a baixada periodicamente inundável, começando mesmo a transpô-lo para outra margem. Hoje, tanto a via férrea como o rio foram envolvidos pela cidade, que se estende, sem descontinuidade, muito a montante de Mariano Procópio. Juiz de fora cresceu como a maioria das cidades brasileiras, sem plano de conjunto que corrigisse os defeitos existentes, que evitasse a repetição de erros no futuro (Goes, 1943, p. 5).

A pesquisa nos mostra estudos (muito técnicos e com vários cálculos) sobre a vazão do rio, os milímetros cúbicos de chuva, tanto mensal quanto anual, e há diversos desenhos técnicos das pontes detalhando suas construções e o nível da água atingido pelas enchentes.

[...] Há 50 anos, Juiz de Fora aguarda, em vão, a solução do seu problema máximo. Enquanto se elaboram planos e se discutem alvitres, as inundações se repetem, de quando em vez, em sua periodicidade trágica. Urge, agora, a execução imediata de obras, que impeçam o desbordamento cíclico das águas pela grande várzea habitada. Pela densidade de sua população, pela importância de seu comércio e pelos índices de sua economia, Juiz de Fora justifica, plenamente, o vulto do programa de trabalhos que se torna necessário realizar para evitar os transbordamentos do Paraibuna, no trecho em que atravessa a próspera cidade mineira (Goes, 1943, p. 8).

Pelo relato acima, o problema das enchentes se arrastava desde a segunda metade do século XIX e caminhava para meados do século XX sem solução; apesar de diversos estudos técnicos e de projetos apresentados ao longo dos anos. Em uma passagem do livro *Baú de ossos*, temos notícia de certas enchentes ocorridas durante o ano de 1906.

Meu Pai foi diretor da Higiene Municipal em Juiz de Fora, nos períodos de administração dos Drs. João d'Ávila e Duarte de Abreu: princípios de 1903 até dezembro de 1907. Coube-lhe, nesse cargo, apoiar e fiscalizar as feiras rurais que se realizavam nos arredores da cidade e socorrê-la durante o verdadeiro flagelo que foram as enchentes de 1906. O Paraibuna furioso invadiu a parte baixa da zona urbana, transformando-a numa espécie de Veneza, em que se andava de barco quase até a Rua de Santo Antônio. As fotografias da época mostram as belas perspectivas do Largo do Riachuelo e da rua Direita — transformados em Grande Canal. Infelizmente houve desabrigo, fome, falta de gêneros, doenças. Tudo foi atendido por meu Pai, como Diretor de Higiene, e por minha Mãe, que correu as ruas para angariar donativos, transformou sua casa em armazém e ali recebia, desde a manhã, a extensa fila de necessitados a quem distribuía os alimentos, as roupas e os agasalhos que recebera das famílias e do comércio (Nava, 1972, p. 292).

No relato de Nava, o pai (José) e a mãe (Diva) desdobraram-se em esforços para ajudar a população acometida pelas enchentes daquele ano. E pelo lido, a casa onde moravam ficava em parte segura (ou alta), pois não fora atingida pela subida das águas do Paraibuna.

Andemos, agora, para o outro extremo do Caminho Novo, o Rio de Janeiro.

5. RIO DE JANEIRO

A baía, triangular em seus contornos, é considerada como uma das mais seguras e mais lindas que a presente disposição das águas no globo terrestre formou. É uma bacia com cerca de uma centena de ilhas de circunferência, cavada em granito e cercada por montanhas cujas encostas e cumes mostram-se revestidos de perpétua verdura. Se não fosse a pequena cobertura pela qual havíamos chegado, seria um lago hermeticamente fechado. Os que lhe deram nome tomaram-na erroneamente pela embocadura de um grande rio, resultando do fato sua atual e inadequada denominação.

(Thomas Ewbank)

História contada e recontada em tantos outros livros, a baía foi confundida com um rio e Rio acabou por ficar. Os primeiros navegadores, por ela entrando, não se deram ao trabalho de explorar toda a sua extensão e ficou por isso mesmo. Esse relato de Thomas Ewbank¹⁴ (1976) ilustra bem a confusão gerada e não resolvida dos fatos. Para o complemento do nome traz outra notícia.

Em 1530, João III enviou Martim Afonso de Sá para tomar posse do país. Tocou primeiro no norte, desceu em seguida ao longo da costa e passou entre o Pão-de-Açúcar e as montanhas do lado oposto, no dia de Ano Bom de 1531, dando ao golfo ou baía o nome de “Rio de Janeiro”. Se tivesse sido explorada, a baía não teria sido considerada como a embocadura de um rio de água doce.

[...] Em 1567 os portugueses apossaram-se da colônia e expulsaram os franceses no dia de São Sebastião, sob cuja proteção a cidade foi desde então colocada. O nome que lhe foi dado ainda continua a ser empregado em documentos oficiais. “A mui leal e heróica cidade de São Sebastião” (Ewbank, 1976, p. 72).

Ampliação dos fatos, no ano de 1555, um grupo de colonizadores franceses invadiu o litoral do Rio de Janeiro e ali permaneceu por doze anos até que os portugueses retomaram a cidade e, novamente, passou a ser chamada de “São Sebastião do Rio de Janeiro”. Ao dar notícia do chafariz da Praça do Palácio, o mesmo autor notifica: “Do lado que dá para a baía existe uma tabuleta declarando que a fonte foi construída em benefício do ‘Povo de Sebastianópolis’ em 1789” (Ewbank, 1976, p. 75). O nome indígena era Niterói, permanecendo em um dos municípios do entorno, por sinal, bem conhecido pela

¹⁴ Consta em sua biografia que foi escritor e desenhista (assim como Pedro Nava).

construção da famosa Ponte Rio-Niterói. (Interessantíssimo, pois Niterói¹⁵ chegou a ser, por duas vezes, capital do Estado do Rio de Janeiro; todavia, não vamos nos aprofundar nesse assunto para não nos distanciarmos do assunto principal: as transformações no início do século XX.)

Avançando em muito do tempo das invasões, chegamos ao momento de, talvez, maior crescimento populacional da cidade: o século XIX. A vinda da Corte Portuguesa em 1808 e a Guerra do Paraguai (1864-1870), dois eventos que movimentaram um contingente enorme de pessoas, contribuíram para que a cidade crescesse rapidamente em uma janela temporal relativamente curta.

O grande enroscado representativo do século XIX era a epidemia de febre amarela e outras pestes. Tudo isso atribuído ao mal planejamento do espaço urbano, empestado e inabitável, um saneamento básico precário e a falta de higiene da sociedade, agravavam diretamente a saúde pública. Para livrar a cidade de todos esses malefícios era preciso revitalizar o espaço urbano, remodelar a arquitetura e repensar o sistema de distribuição de água, a rede de esgotos e promover uma reforma nas habitações visando a diminuição das doenças. Além disso, promover um embelezamento da capital aos moldes das cidades europeias, tendo Paris como modelo.

Um desses projetos era construir uma larga avenida cortando o centro da cidade para torná-la mais arejada, melhorando a circulação de pessoas, dos bondes e dos primeiros veículos automotivos.

A avenida projetada, com cerca de 1.130m de extensão e 25m de largura (sendo 15m a descoberto e 5m de cada lado, sob arcada) partiria da Rua Direita, entre as do Hospício e da Alfândega, em frente ao Correio e à Bolsa, até encontrar e absorver a Rua Senhor dos Passos (na dos Andradas), prolongando-se, então, até o Campo da Aclamação. Continuariam a existir as Ruas do Hospício e da Alfândega, mas seria reduzida a pó a velha Rua Senhor dos Passos.

A avenida seria margeada por arcadas, de ambos os lados e com as ruas transversais, terraços de ferro ligariam as arcadas de uma esquina a outra, para que toda a rua pudesse ser percorrida a “pé enxuto” (Benchimel, 1992, p. 198).

Outros pontos da cidade também “precisavam” de avenidas mais largas e outros imóveis deveriam ser demolidos para que o plano fosse colocado em prática. Maurício de Almeida Abreu (1998) escreve:

¹⁵ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/historico>. Acesso em: 11 nov. 2022.

À abertura dessas novas vias de circulação seguiu-se uma série de obras que objetivavam o alargamento das principais artérias do centro e de suas imediações. Foram assim alargadas, para 17 m, as ruas Estácio de Sá, Frei Caneca, Assembléia, Uruguaiana, Carioca e Visconde do Rio Branco; para 24 m as ruas Estreita de São Joaquim (continuação da Rua Larga de São Joaquim, atual Marechal Floriano) e Visconde de Inhaúma, e, para 14 m, a rua Mariz e Barros. Alargaram-se também, as ruas Treze de Maio, Acre, Camerino, Sete de Setembro, São José, Ramalho Ortigão, e muitas outras. Note-se que, na maioria dos casos, a Prefeitura desapropriava mais prédios do que aqueles necessários para o alargamento das ruas. Visava com isso a venda dos terrenos remanescentes (e agora valorizados) após o término das obras, ressarcindo-se assim de grande parte dos seus custos.

Continuando o seu programa de melhoramentos da capital, [Pereira] Passos determinou o uso do calçamento asfáltico em várias ruas do Centro, Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo, fato que adquiriu importância por ser esta a primeira vez que este tipo de calçamento era utilizado no Brasil. São Cristóvão e Engenho Velho tiveram, por sua vez, várias de suas ruas calçadas com macadame betuminoso, enquanto pouco ou nada se fez nas áreas suburbanas (Abreu, 1998, p. 61).

Esse seria um dos primeiros projetos de inovação. Para isso, era preciso derrubar muitas construções. Esse evento acabou conhecido como “bota-abaixo”. A ideia de modernização do centro da cidade, empurrando a população mais pobre para o subúrbio, para as encostas dos morros, para cada vez mais distante, resolvia um problema e expunha outros, como a questão do saneamento básico e da própria estética da cidade.

Preocupado também com o saneamento e a higiene da cidade, ou pelo menos de alguns de seus bairros, Passos mandou canalizar o Rio Carioca (que atravessa Laranjeiras e Flamengo) e parte dos rios Berquó (Botafogo), Maracanã, Joana e Trapicheiro (Tijuca). Além disso, saneou parte da Lagoa Rodrigo de Freitas e determinou que o lixo urbano fosse removido para a ilha de Sapucaia. Também em nome da higiene e da estética, declarou guerra aos quiosques da cidade e proibiu a venda de vários produtos por ambulantes, atingindo, por conseguinte, as fontes de renda de um grande número de pessoas. Proibiu ainda o exercício da mendicância e demoliu uma série de cortiços, que já haviam sido proibidos de sofrer reparo por lei municipal de 10/2/1903 (Abreu, 1998, p. 63).

Nesse momento, Pereira Passos¹⁶ entra em cena, à convite do presidente, para atuar como prefeito tendo garantidos todos os poderes para exercer o cargo com toda a força necessária e sem empecilhos. Para ajudá-lo nessa empreitada, o Dr. Osvaldo Cruz

¹⁶ Francisco Pereira Passos (São João Marcos, 29 de agosto de 1836 — Rio de Janeiro, 12 de março de 1913), político, engenheiro, foi Prefeito do Rio de Janeiro (1902-1906) na época em que este era Distrito Federal. Cf. Benchimol, 1992, p. 192-198.

assume a Diretoria Geral de Saúde Pública, e os dois vão trabalhar em conjunto para realizar as devidas melhorias. Ou, “obras de embelezamento”.

Quanto às obras de embelezamento propriamente ditas, várias foram as ações empreendidas por Passos. A Praça XV, o Largo da Glória, o Largo do Machado, a Praça São Salvador, a Praça Onze de Junho, o Passeio Público e a Praça Tiradentes foram agraciados com estátuas imponentes e/ou tiveram seus jardins melhorados; as ruas do Centro, Botafogo e Laranjeiras passaram por um surto de arborização e as estradas do Alto da Boa Vista sofreram várias modificações. Além disso, foram construídos pavilhões arquitetônicos em determinados pontos da cidade (Pavilhões de Regatas e Mourisco, em Botafogo, Vista Chinesa, Pavilhão do Campo de São Cristóvão) além de "um teatrinho Guignol para a petizada" na Praia de Botafogo (Abreu, 1988, p. 61).

Para pontuar melhor esse período, no ano de 1904, em meio a um surto de varíola, foi aprovado um plano de vacinação obrigatória. Logo juntou-se um grupo contrário dando início a uma revolta. O jovem Dr. Osvaldo Cruz era responsável pela campanha de vacinação e ocupava o cargo de Diretor da Saúde Pública. Esse embate entre o governo e o grupo anti-vacina arrastou-se por dois anos e, em 1906, transformou-se em verdadeira guerra pelas ruas da cidade. Por falar em guerra, pouco tempo atrás os últimos resistentes de Canudos caíam (1896-1897). E os combatentes, estes reconhecidos como vencedores, por certo participavam agora desta e seguiam atacadados por uma iminente vitória.

Em seu livro *A revolta da vacina*, Nicolau Sevcenko (2018) consegue nos passar a tensão do conflito. O embate corpo a corpo, a troca de tiros, os bondes tombados e servindo de barricadas, vidraças arrebentadas, a iluminação pública destruída, delegacias de polícia depredadas, tudo isso dava um tom de guerra com mortos e feridos de ambos os lados, aos montes.

Mas as ruas da cidade ainda eram vielas coloniais, estreitas, tortuosas, escuras, com declives acentuadíssimos. O tráfego dos veículos que começavam a ser usados nessa atividade, como carroças, charretes e carrinhos de mão, se embaraçava nessa rede confusa de ruelas. Em suma, a cidade, com desenho e proporções coloniais, não era mais compatível com a função de grande metrópole que a atividade febril do porto lhe impingira. E de nada adiantaria reformar, ampliar e modernizar o porto, se a cidade continuasse tolhendo a possibilidade de movimentação das mercadorias com rapidez, desembaraço e em grande volume (Sevcenko, 2018, p. 59-60).

Sevcenko aponta os três principais problemas da cidade: a zona portuária com sua estrutura restrita e inadequada e não correspondendo a alcunha de “principal porto do país”, as ruas estreitas sobrevividas da era colonial e intransitáveis, e as doenças que se espalhavam com facilidade nesse terreno fértil.

A cidade era foco endêmico de uma infinidade de moléstias: febre amarela, febre tifoide, impaludismo, varíola, peste bubônica, tuberculose, entre outras. Destas, a febre amarela e a varíola eram as que ceifavam o maior número de vítimas. A febre amarela, em particular, manifestava toda a sua violência para com estrangeiros e migrantes de outros estados. Sua fama era internacional e tornava o Rio de Janeiro conhecido no exterior como “o túmulo dos estrangeiros” (Sevcenko, 2018, p. 60).

Além desse problema estrutural que, possivelmente, contribuiu e muito para a proliferação de doenças, havia também a insatisfação com os primeiros governos, a tríade paulista e não militar: Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves.

Toda uma efervescência política estava acontecendo no Rio de Janeiro, pois a cidade era a capital do país. A República Velha, como ficou conhecida, enfrentava diversas revoltas que eclodiram ao longo desses governos, em todo o país, de norte a sul. Na virada do século, Rodrigues Alves assumia a presidência com todas essas exasperações, tanto dentro do próprio governo, de adversários políticos, quanto de organizações civis — atravancando seu planejamento administrativo. Havia, ainda, uma movimentação por parte de alguns militares na tentativa de retomada do poder e controlarem novamente o país. Diante dessas preocupações, o Governo não desistia do projeto de remodelamento da cidade; e queria, a todo custo, de forma urgente, encontrar uma solução para os principais problemas urbanos.

Sobre esse período de efervescência, temos o livro *A República Velha*, de Edgard Carone (1971). “O fastígio do regime”, subtítulo da segunda parte dessa obra, detalha toda a movimentação ocorrida no país desde o governo de Prudente de Moraes, passando por Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Alguns acontecimentos desse período foram: criação e/ou expansão de Ministérios, jacobinismo inconformado, Arraial de Canudos e a voz poderosa de Antônio Conselheiro, cisão de partidos e novas formações, tentativas de golpe da ala monarquista, revoluções nos quatro cantos do país,

revoltas militares, enfrentamento dos opositores e resistência dos governos para se manterem no cargo.

De Boris Fausto (1995) o livro *História do Brasil* vai tratar da Primeira República, de forma muito sucinta, colocando em contexto os momentos da Revolução Federalista, dos movimentos sociais, das mudanças socioeconômicas e das principais características políticas dos governos militares (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) e civis (Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves).

Citamos os livros desses dois autores de forma bem resumida, apenas para noticiar alguns acontecimentos marcantes daquele período. Não esgotam o tema, mas contextualizam a efervescência política e social do então Distrito Federal. Pedro Nava, em suas memórias, menciona familiares e amigos que pertenciam aos grupos adeptos ao governo e à oposição. E para não fechar diferente de Juiz de Fora, temos outro episódio de enchente.

Aquele pátio, meu miradouro dos céus, meu miradouro da rua — um dia foi tragado pelas águas. Choveu chuva grossa, choveirando invariável durante várias horas, e o morro de Santos Rodrigues começou a fazer descer Amazonas barrentos sobre a Rua Aristides Lobo. O Rio Comprido também se pôs a encher e a subir. Nosso pátio foi tomado pela pororoca das torrentes que desciam pela frente e do caudal que subia por trás. A casa levantou ferros, singrou, as águas invadiram o porão não dando tempo para nada e só quando elas baixaram e o prédio reatracou no monte Ararat é que se pôde tirar de dentro da lama invasora (para pôr no lixo) os livros de meu tio Júlio Augusto de Luna Freire, que estavam em caixotes, no porão. Mais de 2 mil volumes de que escaparam um exemplar da edição ilustrada de *O Ateneu*, de Raul Pompéia, que está com minha prima Maria Augusta de Luna Albano; um antigo volume traduzido de *A cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe; vários fascículos da *Revista do Instituto Histórico de Pernambuco* e tomos desemparelhados de Tácito, Zola, Plutarco e Latino Coelho, que foram depois para Juiz de Fora com os livros de meu Pai e que lá se perderam. Era o que restava da livraria reunida pelo tio, durante sua vida. Com sacrifícios de bacharel pobre, com paciências de bibliófilo e com bom gosto de letrado. Só ficou o que eu disse... Que o resto foi inutilizado pelas águas (Nava, 1972, p. 318).

A enchente, tudo indica, pelas proporções “amazônicas”, devastou o bairro inteiro. O lamento do Narrador fica no bem material, particular, a biblioteca valiosíssima juntada com sacrifício pelo tio e que perdeu-se por completo.

Neste momento em que já tecemos algumas considerações sobre o período histórico registrado por Nava sobre sua permanência nas cidades de Juiz de Fora-MG e

Rio de Janeiro-RJ, cidades nas quais dois topônimos são representativos o suficiente na narrativa para serem considerados simultaneamente paradigma para outros topônimos e vórtices para os quais convergem inúmeras memórias a eles atrelados, é hora de expor ao leitor quais os procedimentos metodológicos adotados.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Servem os mapas literários? Antes de mais nada, são um bom modo de preparar um texto para análise. Você escolhe uma unidade narrativa — passeios, processos, bens de luxo, o que quer que seja —, encontra suas ocorrências, as coloca no espaço... ou, em outras palavras, você *reduz* o texto a poucos elementos, os *abstrai* do fluxo narrativo, e os usa para construir um desses *objetos artificiais* que vimos até aqui. E, com um pouco de sorte, estes últimos resultam ser *mais do que a soma de seus componentes*: possuem qualidades “emergentes” que não eram visíveis no nível inferior.

(Franco Moretti)

No trecho acima escolhido (Moretti, 2008, p. 91), podemos imaginar essa trajetória sempre possível e sempre escolhida para iniciar uma pesquisa. Esse caminho de entrar cada vez mais no recorte, no recorte e no recorte da obra, partindo do todo até chegar a uma unidade mínima, uma parte pequena, tornada objeto, é de fato a unidade sobre a qual vamos nos debruçar para iniciar a pesquisa. Esse talvez seja o percurso mais óbvio, podemos dizer, e dessa partícula mínima é sempre possível dar início a toda a trajetória de investigação.

Justo o contrário, a obra de Pedro Nava nos mostra um caminho completamente oposto. Melhor escrevendo, também partimos do conjunto completo e fomos particularizando, particularizando, até chegar em um ponto comum e reduzido, designado para ser o objeto dessa pesquisa. E ao chegar nesse mínimo comum, não foi possível ficar preso ali nas pequenas partículas, que são os endereços, os dois topônimos. Tivemos que, à medida em que a pesquisa avançava, desdobrar esse objeto, partindo para um caminho contrário e abrangente de possibilidades. Ao descobrirmos o ponto comum, partimos do topônimo para entrelaçar a memória e percorrer o espaço do entorno. Com isso, ampliamos o estudo e não ficamos apenas no nome do lugar, adentramos na espacialização da memória.

Trocando em miúdos, é importante informar que a opção por analisar apenas esses dois topônimos adveio de sua força centrípeta, como já informado em outros momentos desta dissertação. O procedimento metodológico como percurso completo seguiu, de fato, esse movimento de afunilamento: houve a leitura e coleta de todos os topônimos registrados em *Baú de Ossos*, com o objetivo inicial de se fazer um glossário toponímico. Conforme as leituras se adensaram e se condensou em nossa retina essa perspectiva

aglutinadora desses dois únicos topônimos, a ideia do glossário foi postergada. Tampouco cabia uma análise canônica da toponímia levantada na obra, pois o que se desejava analisar era o efeito de sentido desses nomes no Narrador e como eles serviam para enfeixar suas memórias. Justifica-se, pois, o abandono dos demais topônimos em detrimento desses dois, os tão emblemáticos *Rua Direita* e *Rua Aristides Lobo*.

Explicada nossa opção, podemos passar, de fato, ao detalhamento sobre a constituição do corpus e os demais elementos componentes dos procedimentos metodológicos.

6.1 Definição do *corpus*

Ao observar os nomes dos lugares na obra, percebemos que cada nome serve de fio condutor para as memórias de Nava. Isso, de forma alguma, torna o nome próprio um elemento secundário. Pelo contrário, coloca o topônimo como peça central nessa leitura, eleva-o a uma categoria indispensável para entender a relação entre a memória e o nome do lugar.

O Narrador centraliza as histórias a partir das duas casas de sua infância. Mas antes, como se se deslocasse no espaço e no tempo, faz uma espécie de introdução — ou de chegada — a esse destino. E percorrendo alguns caminhos, descrevendo o entorno, finalmente o Narrador penetra no interior da casa para, talvez, com mais intimidade à sombra da memória, tecer o fio narrativo de suas lembranças e das histórias ouvidas tanto dos familiares quanto dos amigos da família.

A fonte primária para coleta de nosso *corpus* é, como já mencionado, o livro *Baú de ossos*, publicado pela Editora Sabiá em 1972, primeira edição. Obra memorialística, sabemos pelo Narrador algumas histórias de sua infância e de um período anterior, no qual outros entes da família frequentavam esses mesmos espaços e, a partir do nome do lugar, o Narrador nos vai revelando um pouco da história e completando outras partes com sua memória.

Ao cruzar o *corpus* levantado com a usual vertente teórica canônica — a qual não apenas considera a essência semântica dos nomes de lugares como também todo o seu entrelaçamento com o meio extralinguístico — é possível proceder à análise dos topônimos considerando tanto o espaço real quanto o espaço ficcional construído pelo Narrador. A análise não seguirá, obviamente, a mencionada análise semântica (a não ser que seja estritamente necessário para decodificar o topônimo), mas buscará relacionar as feições geográficas e a paisagem cultural contida no topônimo que marcava a época do autor e suas percepções pessoais com a feição atual dos topônimos, mas sobretudo como o espaço é relevante aos propósitos do autor.

Levando em conta o que foi escrito no parágrafo anterior, ressaltamos a importância dessa nossa pesquisa ao abordar o nome do lugar dentro de uma obra literária. Como já afirmamos na Apresentação, as vertentes mais usuais da Onomástica Literária contemplam principalmente os antropônimos, estando a toponímia real contida em textos ficcionais ou uma toponímia totalmente ficcional parcamente representada em

estudos acadêmicos. Dessa forma, a pesquisa recebe destaque por ser inovadora e, de certo modo, pioneira, ao menos no cenário da Onomástica Literária no Brasil.

Não podemos deixar de ressaltar, pela importância, que a disciplina Toponímia é oferecida (em toda a América Latina) apenas na Universidade de São Paulo. Anteriormente eram duas as disciplinas oferecidas: “Toponímia Geral e do Brasil I e II”. Em 2017, dividiu-se em quatro:

- Toponímia I: introdução ao estudo dos nomes
- Toponímia II: interfaces da ciência dos nomes com outros saberes
- Toponímia III: das origens aos nomes no Brasil
- Toponímia IV: as cidades, as pessoas e seus nomes

Essas disciplinas são ministradas, desde 2005, pela Prof.^a Dr.^a Patricia Carvalhinhos (Temos, ainda, a disciplina de pós-graduação “O léxico toponímico nos sistemas onomásticos português e brasileiro”). Ao cursar essas disciplinas oferecidas à graduação surgiu o interesse por iniciar pesquisa nessa área, principalmente pelo caráter interdisciplinar da Onomástica e as diversas possibilidades encontradas no campo da Literatura¹⁷.

¹⁷ Cf. Sousa; Dargel, 2020.

6.2 Onomástica e Literatura

Na Grécia Antiga, berço do conhecimento humano, e influência do pensamento ocidental, com diversos textos filosóficos debatendo variados temas. Um deles se destaca: o filósofo Platão e seu livro *Crátilo*.

O diálogo platônico traz à cena da discussão Sócrates, Hermógenes e Crátilo. E o diálogo, a princípio, expõe duas correntes: convencionalismo e naturalismo. Crátilo, adepto do naturalismo, vai defender a ideia de os nomes estarem ligados às coisas e a estas serem semelhantes. Enquanto para o convencionalismo, defendido por Hermógenes, existe a justeza dos nomes, escolhidos por meio de uma convenção.

A edição que temos do *Crátilo* (2001) possui uma introdução escrita por José Trindade dos Santos e é muito elucidativa. Inclusive nos informando sobre algumas lacunas da obra, preenchidas pela leitura de outros livros, como o *Teeteto* e o *Sofista*, do mesmo autor, Platão, os quais discutem as noções de verdade e falsidade.

Parte interessante do diálogo está na forma como Sócrates conduz cada qual ao inverso daquilo que defendem, refutando as duas teorias, culminando no ponto máximo da reflexão. A postura de Sócrates tem como resultado uma “aporia”, ou seja, nem convencionalista e nem naturalista, fica pelo meio termo.

Ao entrar no campo da Onomástica, é notável o estudo dos nomes ao longo dos séculos e a importância de tais estudos para o registro cultural de povos antigos até as atuais populações. Nesse sentido, podemos destacar alguns estudiosos, os quais conhecemos: Valentín Letelier no Chile com a obra *Ensayo de Onomatología* (1906); na Espanha temos Maximiano Trapero com sua obra *Para una teoría lingüística de la toponimia* (1995); em Portugal temos o (já citado) José Leite de Vasconcellos com seu *Opúsculos* (1928); *Les noms de lieux*, (1926) do francês Albert Dauzat. A instituição *English Place-Name Society*, fundada em 1923 na Inglaterra; em 1967, no Canadá, temos a *Canadian Society for the Study of Names*; e na Alemanha, *Deutsche Gesellschaft für Namenforschung*, fundada em 1990. Entre diversas revistas com pesquisas relevantes, podemos citar: na Hungria, a revista “Onomastica Uralica”; na Itália a “Rivista Italiana di Onomastica”; “Noms: Revista de la Societat d’Onomàstica” na Espanha; e, nos Estados Unidos, “Names: A Journal of Onomastics”.

Teodoro Sampaio publicou no Brasil, em 1901, um glossário: *O Tupi na Geografia Nacional* — importante estudo relacionado aos topônimos indígenas. Tempos depois, Armando Levy Cardoso publicou sua *Toponímia brasilica*, em 1961; e em 1965, temos *Contribuição do bororo à toponímia brasilica*, de Carlos Drumond. Como destaque, tempos depois, o livro da pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, *Toponímia e Antroponímia no Brasil* (1988, em segunda edição de 1990, a que usamos aqui), por ser uma coletânea de estudos aborda diversos aspectos onomásticos da construção dos nomes em território nacional. As taxonomias, topônimos indígenas e africanos, além de capítulos centrais, os quais destaco: “O espontâneo e o popular na Toponímia”, “O nome da rua”, “Os nomes dos nomes”, etc. Importante mencionar, também, seu magistral *A dinâmica dos nomes em São Paulo*, de 1997, um perfeito repositório analítico da memória paulistana.

Uma questão exposta no diálogo perdura até os dias atuais — ainda mais depois de diversos estudos sobre a linguagem, principalmente no Século XX. O nome ligado às coisas não revela uma conexão direta por mais que a língua em si deixe rastros semânticos ou morfológicos. Em todo caso, podemos dizer que o topônimo é motivado. Ou como afirmou Dick: “duplamente motivado”, pela intencionalidade do denominador e na própria origem sêmica da nomeação (Dick, 1990, p. 18). A pesquisadora escreve, ainda, sobre esse sistema de nomeação “espontânea ou popular, sem uma autoria identificável à primeira vista, porque nascida no seio da população e não individualizada”; e o outro, “sistêmica ou oficial, atribuída aos descobridores, aos dirigentes ou ao poder de mando, legitimamente constituído, ou não.” (Dick, 1990, p. 49, grifo nosso). Essa dicotomia é universal, tendo sido postulada por Albert Dauzat (1926). Por ser universal, é evidente que é possível localizá-la igualmente em vários trechos de *Baú de Ossos*.

Para citar um exemplo da obra navalesca, vamos acompanhar o histórico do topônimo Rua General Câmara, no Rio de Janeiro. Seu primeiro nome foi Caminho de Gonçalo Gonçalves. Este fidalgo, possuidor de sesmaria, e, possível doador de terra para que fosse construída a capela de São Gonçalo de Amarante, “fez parte da primeira nobreza da terra, dos primeiros fixados na cidade do Rio de Janeiro. Era um potentado na cidade e, como tal, detentor de terras no recôncavo guanabarino” (Fernandes, 2020, p. 256). Justa a homenagem, o tal fidalgo teve uma rua com seu nome. Ao passar dos anos, algumas construções foram sendo erguidas ao longo do Caminho, surgindo então outros pontos de referência. A rua passou a ser chamada de: Rua do Cruzeiro da Candelária, Rua do Azeite do Peixe, Rua do Sabão, Rua dos Escrivães, tudo isso ao longo de cinco

séculos. Ou seja, a voz do povo ou a espontaneidade nas nomeações está presente. Ora uma referência a uma atividade comercial, ora a um aspecto da paisagem, esse momento inicial da nomeação, fortemente expressiva do ponto de vista descritivo e associativo, às vezes passa a integrar o rol de nomenclaturas oficiais de um município.

Assim, no ano de 1840 a Câmara Municipal resolve oficializar o nome e fica sendo Rua do Sabão da Cidade Velha, para diferenciar do seu prolongamento a Rua do Sabão da Cidade Nova. Pouco tempo depois, em 1870, decide alterar o nome e homenagear José Antônio Correa da Câmara, vencedor de Aquidabã na Guerra do Paraguai, e ficou sendo Rua General Câmara. Nesse processo, a rua percorreu os caminhos iniciais ao receber nomes espontâneos e, por fim, rendeu-se à moda das homenagens e/ou comemorações¹⁸.

Quando, em 2016, realizamos a leitura do artigo "Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manuel de Macedo" (Carvalhinhos, 2009), percebemos que ele funcionou como uma fagulha e nos encorajou a explorar a Toponímia por um viés literário, pois, os estudos onomásticos oferecem subsídios para análises literárias. Nesse artigo, Carvalhinhos (2009, p. 83) cita Greimas e Courtés¹⁹, autores nos quais se baseia para afirmar o topônimo "como elemento de ancoragem histórica e configurador do efeito de realidade". Porém, com mais substância informativa, acrescenta:

Na verdade, o nome de lugar é uma representação individualizadora do espaço utilizada pelo homem (desde tempos imemoriais) a fim de identificar, particularizar e referenciar elementos espaciais. Mesmo no que conhecemos como Universo Real o topônimo não é o lugar em si, mas uma de suas representações carregando em sua estrutura sêmica elementos da língua, da cultura, da época de sua formação, enfim, do homem denominador (Carvalhinhos, 2009, p. 83).

Essa "ancoragem histórica" pode ser complementada por uma "ancoragem memorialística", dentro da mesma "representação do real". E ao pensarmos no nome de lugar (nome próprio), podemos dizer que aparece nessa ancoragem ocupando um determinado lugar nesse espaço como uma espécie de receptáculo, tanto para a história quanto para a memória.

Na Literatura, as pesquisas sobre o nome são mais abundantes, ou

¹⁸ Cf. Silva; Jayo, 2023.

¹⁹ Cf. Greimas; Courtés, 1983.

dominantemente, sobre o nome das personagens — os antropônimos. Não apenas no Brasil, mas no Mundo. No artigo, “Onomástica Ficcional”, escrito por Amanda Kristensen de Camargo (2020), descobrimos pesquisas recentes sobre o tema no Brasil. No Mundo, podemos citar trabalhos mais antigos como os publicados na revista *Literary Onomastics Studies* (1974-1989) e seu sucessor o *The Journal of Literary Onomastics* (desde 2011), e a *il Nome nel testo — Rivista internazionale di onomastica letteraria* (desde 1999). A *Revista Onoma* em seu volume 53 (2020) trouxe um apanhado de artigos muito interessantes sobre Onomástica Literária, discutindo a questão dos nomes dentro de obras literárias. Entre as pesquisas, é relevante destacar os trabalhos de Alvarez-Altman (1981), Nicolaisen (1988; 1991), e Arcamone (recentemente entrevistada por Giuntoli e Carvalhinhos, em 2023²⁰), que há muito vem contribuindo para os estudos nessa área.

A Onomástica é mais frequentemente conhecida por seus dois ramos mais estudados: a Toponímia — estudo dos nomes próprios de lugares — e a Antroponímia — estudo dos nomes próprios de pessoas. Em vários países do mundo a Onomástica é estudada como ciência e possui relevância proporcional à qualidade de sua produção. Ou como bem explicam Carvalhinhos e Lima (2023) no editorial da *Revista Linha D'Água*:

A ciência caracteriza-se pelo estudo — com escopo teórico adequado — de uma realidade a partir do empirismo, buscando sempre esclarecer a natureza de seu objeto a partir da formulação e comprovação ou rechaço de hipóteses, atos que a fazem avançar em direção à “verdade” indicada por Abbagnano²¹ a partir dos antigos filósofos. Por outro lado, a disciplina científica parte desse conhecimento proporcionado pela ciência para atingir determinados fins, utilizando sobretudo métodos científicos para alcançar seus objetivos. Desse modo, a Onomástica é uma ciência do léxico, e Toponímia (ou Toponomástica) e Antroponímia (ou antroponomástica) duas de suas principais disciplinas científicas (Carvalhinhos; Lima, 2023, p. 15).

Analisar os nomes, sejam nomes de lugar ou de pessoa, dentro da Literatura é completamente possível ao considerar esta uma representação do real. Por mais que os nomes sejam criados, inventados, passam pelo mesmo processo de formação. Esses nomes, dentro de cada obra, encontrados em poemas, contos, romances etc., estarão

²⁰ Cf. Arcamone; Carvalhinhos; Giuntoli, 2023.

²¹ A “verdade” indicada por Abbagnano e citada pelas autoras, é a seguinte: Conhecimento que inclua, em qualquer forma ou medida, uma garantia da própria validade. A limitação expressa pelas palavras “em qualquer forma ou medida” é aqui incluída para tornar a definição aplicável à C.[iência] moderna, que não tem pretensões de absoluto. Mas, segundo o conceito tradicional, a C.[iência] inclui garantia absoluta de validade, sendo, portanto, como conhecimento, o grau máximo da certeza. O oposto da C.[iência] é a *opinião* (v.), caracterizada pela falta de garantia acerca de sua validade (Abbagnano, 2007, p.136, grifo do autor).

sempre ligados ao espaço narrativo, ou seja, são determinantes para o momento da narração. Mesmo personagens sem nome e lugares não nomeados são passíveis de análise pela composição de algumas características e pela descrição do cenário.

Nas palavras de Alfredo Bosi (2015):

Falar em “fronteiras” da literatura dentro desse campo de interações é sempre recuar um pouco, é no fundo pensar as diferenças entre ficção e não-ficção. É procurar um chão sólido de conceitos pelos quais tudo o que guarda um compromisso direto com a experiência (com a experiência consensualmente verificável) é não-ficção. Mesmo que sejam memórias, mesmo que se use a primeira pessoa gramatical como sujeito da enunciação, mesmo que sejam diário, cartas, autobiografia, enfim, textos cujas formas estão às vezes próximas do que nós consideramos como literatura. Uma hipótese provável é que há realmente um momento em que a fronteira existe, por pura, por mínima que seja, por transparente que seja, como um cristal que separa dois ambientes; e a percepção da fronteira é testada pela consciência do escritor, enquanto testemunha. Ele sabe que o objeto da sua escrita é a sua experiência, e é uma experiência que ele pode atestar, empiricamente verificável: o real que *aconteceu*. Quando assume situar-se no plano da memória, no plano da não-ficção, ele sabe o momento em que está mentindo. Sabe muito bem quando está dizendo alguma coisa que não pode atestar, mas que ele gostaria que tivesse sido assim. Mas a sua consciência de memorialista, de historiador, sabe que está mentindo, e, oxalá, o público também o perceba. Porque do lado da recepção é a mesma coisa, há o momento em que o leitor duvida. Se o leitor pode duvidar de um fato ou de outro, então ele poderá dizer: bom, temos um grande memorialista, mas aqui ele mentiu. Aqui efetivamente ele mentiu, pois toda erudição mostra que aquela afirmação não podia ser verdade. E logo vêm os eruditos, os ratinhos de biblioteca, que mostram que *aquele episódio não era verdadeiro* (Bosi, 2015, p. 223, itálicos do autor).

Nesse sentido, a invenção é o imaginário e o possível é o real. E a literatura, por estar entre essas duas possibilidades, participa do jogo de invenção do romancista, embora o memorialista seja comumente cobrado por “inventar” os fatos acontecidos (BOSI, 2015, p. 31). Ainda nesse texto, Bosi menciona as confissões de Jean Jacques Rousseau e como ele sempre foi analisado e julgado por ser exageradamente memorialista, mas não verdadeiro. Os biógrafos de Rousseau enfatizam a questão de que nem tudo que está lá escrito pode ser considerado histórico. Também as obras de José de Alencar que, de certa forma, não carregam essa forma histórica no sentido forte da palavra, mas se baseiam nas crônicas do século XVI, período no qual ele foi buscar um certo vocabulário ou mesmo um glossário de termos explicando a origem de alguns comportamentos indígenas. Outro autor citado por Bosi, Joaquim Nabuco, em seu livro

Minha Formação, diz que não poderia ser classificado nem de história, nem de autobiografia e nem de fantasia. Porque, na verdade, o que ele fez ali foi meramente misturar esses vários elementos, acabando por ficar ali nos limites canônicos.

E, por fim, menciona as *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, obra na qual o autor tenta trazer todas essas memórias do tempo em que ficou preso durante a ditadura do primeiro governo de Vargas, embora só comece a contar esse episódio dez anos depois, pois, como o próprio Graciliano diz, perdeu todas as anotações que havia feito nesse período. Por outro lado, justifica-se ao dizer que não está fazendo um romance. De certa forma, está contando essa história do ponto de vista próprio, de observador. Outras pessoas que estiveram presas com ele durante esse período, se fossem relatar esse mesmo episódio, certamente trariam uma outra narrativa, podemos assim dizer. Foram muitos os elementos que o Graciliano utilizou para dar conta dessa falha memorialística dos acontecimentos durante sua estadia na prisão.

E por falar em memória, antes de passar aos nomes na literatura e à Onomástica Literária propriamente dita façamos alguns apontamentos sobre memória, essenciais para compreender um pouco melhor o processo criador de Nava e o lugar dos topônimos aqui analisados.

6.3 Observações sobre a memória

Considerando que *Baú de Ossos* é um livro de memórias e também o fato de os topônimos estarem em íntima relação com a memória a ponto de serem considerados monumentos (Carvalhinhos, 2022), julgamos necessário adentrar ao assunto por meio de uma bibliografia por nós desconhecida quando da escrita do projeto de mestrado. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.

Paul Ricoeur (2007, p. 41) afirma que “o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história”. Para Le Goff (2010, p. 419); “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que representa como passadas”. Em Joël Candau (2014) temos o seguinte:

É o distanciamento do passado que o permite reconstruir para fazer uma mistura complexa de história e ficção, de verdade factual e verdade estética. Essa reconstrução tende à elucidação e à apresentação de si. De fato, o ato de memória que se dá a ver nas narrativas de vida ou nas autobiografias coloca em evidência essa aptidão especificamente humana que consiste em dominar o próprio passado para inventariar não o vivido, [...] mas o que fica do vivido. O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa; restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, “sublimações”, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretaciones constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda a narrativa (Candau, 2014, p. 71).

A memória individual ou pessoal do autor foi, aos poucos, sendo composta pelas lembranças de outros parentes, de amigos de família, de amigos de amigos, encorpendo a estrutura (do testemunho) que transita entre memória e história. O memorialista recolhia em seu acervo muitíssimos papéis com anotações provindas de longas conversas que — provavelmente — emendavam uma lembrança na outra, estreitando as lacunas. Ecléa

Bosi (2003), em seu livro *O tempo vivo da Memória*²², tem algumas observações sobre isso:

Se a mobilidade e a contingência acompanham nossas relações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice: o conjunto de objetos que nos rodeiam. Nesse conjunto amamos a disposição tácita, mas eloquente. Mais que uma sensação estética ou de utilidade eles nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade; e os que estiveram sempre conosco falam à nossa alma em sua língua natal. O arranjo da sala, cujas cadeiras preparam o círculo das conversas amigas, como a cama prepara o descanso e a mesa de cabeceira os derradeiros instantes do dia, o ritual antes do sono. A ordem desse espaço nos une e nos separa da sociedade, e é um elo familiar com o passado. [...]
Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador. [...]
Só o objeto biográfico é insubstituível: as coisas que envelhecem conosco nos dão a pacífica sensação de continuidade (Ecléa Bosi, 2003, p. 25-26).

Essa forma de como a memória vai operar em relação aos objetos que nos cercam dentro da casa, e que estão ligados a algum acontecimento, servem de via de aproximação para esse passado familiar (Ecléa Bosi, 2003, p. 31). Um acúmulo de lembranças estão sendo conectadas e voltam sempre todas aquelas conversas em grupo que animavam as tardes, imprimindo na memória as histórias contadas durante as rodas de conversa. Para Halbwachs (2006),

[...] a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas — evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal (Halbwachs, 2006, p. 72).

Entramos aqui nessa questão da multiplicidade do “eu”, expandido pela própria memória e pela memória dos outros, que, juntas, criam essa conexão entre as narrativas numa espécie de suporte para a criação. O Narrador de *Baú de ossos* explora isso muito bem. Recurso este, também, usado por Marcel Proust, para a construção de *Em busca do tempo perdido*. Fausto Colombo (1991) observa essa questão da seguinte forma:

²² Nesta série de ensaios, Ecléa Bosi mergulha no tema Memória e trata de um assunto, por ela muito estudado, que seria a substância social da Memória, buscando uma profundidade nos estudos do Maurice Halbwachs, continuador da filosofia do Durkheim. Utilizamos aqui neste texto, principalmente, os ensaios que estão na parte *Sob o signo de Benjamin*, que são três ensaios: “Tempos Vivos e Tempos Mortos”, “Objetos Biográficos e Objetos de *Status*”, e “A Luz de Estrelas Remotas”.

O exemplo literário oferecido por Proust não foi naturalmente escolhido por acaso. Na *Busca*, a questão da identidade formula-se em estreitíssima relação com a da memória, tanto que a “redução” de uma pode acontecer somente através da “redução” da outra. A pluralidade dos “eu” contemporâneos e sucessivos de que fala Proust é, portanto, possível, uma vez que a extensão da memória abrange e define, no máximo, a duração atravessada por um só deles. É esta, exatamente, a “memória involuntária”, a “ressurreição” do “eu” passado, que comporta o momentâneo eclipse do “eu” presente: as recordações conservadas permanecem ligadas ao objeto (não ao sujeito) e às emoções que este suscitou em nós.

A chamada “memória voluntária”, constituída pela inteligência e pela imaginação, e que abrange todo o feixe de “eu” de que se compõe no indivíduo, é para Proust simples mascaramento do esquecimento: a inteligência cancela, de fato, durante a transferência de um para outro dos nossos “eu”, o revérbero das mil coisas associadas a cada mínima percepção, eliminando tendencialmente a possibilidade de “ressurreição” dela; a imaginação, ao contrário, substitui as recordações por imagens adequadas às exigências do novo “eu”, direcionando, por assim dizer, o passado e o presente para o futuro que ele deseja para si (Colombo, 1991, p. 114).

E qual o papel do topônimo nessa questão da memória? Carvalhinhos (2022), ao trazer para o português o conceito de nome de lugar como patrimônio imaterial, revisita LeGoff para dar ao topônimo o status de monumento. Não alterar ou substituir um topônimo significa preservar toda a memória a ele aderida — somente assim é possível compreender, por exemplo, a extensão e significação desses dois topônimos em *Baú de ossos*. Segundo a autora,

Na medida em que uma das muitas dimensões do topônimo permite «evocar o passado» e «perpetuar a recordação», nos é lícito considerá-lo um monumento. O nome de lugar também pode ser considerado um documento. Le Goff igualmente recorre à etimologia para definir o termo, relembrando que *documentum* provém de *docere* «ensinar», evoluindo, com o passar do tempo, seu significado para o que hoje se reconhece, até em termos jurídicos, como «expressão da verdade» no sentido de prova de um fato (cf. Le Goff 1990 [1924], 536). Le Goff ainda menciona que a visão positivista considera documento=texto (fato sobre o qual discorre longamente ao citar o «triunfo» do documento[...]) e que durante o século XIX o termo *monumenta* assumiu um caráter de «coleção de documentos», citando várias obras do gênero. Documento ou monumento, o topônimo é herança imaterial cultural nem sempre assim reconhecido. Tal carência de reconhecimento se dá por e também conduz à falta de políticas públicas de proteção ao nome e é por esse motivo que apagamentos indiscriminados ocorrem em maior ou menor grau. (Carvalhinhos, 2022, p. 19-20).

Como se pode perceber, a memória pessoal de Nava se entrelaça à memória coletiva de outros não-narradores e somente a continuidade do nome permite o recuo a aspectos anteriormente materiais — e não materiais, no caso de emoções — presentes, aderidos a esses nomes de lugares. Mas os lugares estão, segundo a visão emprestada a Newton, circunscritos a um espaço. Essa relação entre espaço e lugar é discutida por filósofos, geógrafos, pensadores em geral, dos gregos a Einstein, como nos ensina Woodman (2009, p. 3).

Vejamos, agora, alguns apontamentos sobre espaço na literatura na próxima seção.

6.4 Apontamentos sobre o espaço na literatura

Sobre a questão do espaço dentro da Literatura temos o livro clássico de Bachelard (1993), 1que analisa a questão do espaço de forma muito poética. Outros autores como Bourneuf; Ouellet (1976), Butor (1974), Genette (1966) e Lotman (1978) também estarão presentes no desenvolver da pesquisa. Para uma melhor definição do espaço, na qual encontramos bastante semelhança com o espaço dentro da obra analisada, citaremos Milton Santos (2014b):

O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e a cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (Santos, 2014b, p. 30-31).

Essa ideia de espaço dinâmico, transformado ao passar dos anos pelas ações humanas, significa uma junção de fragmentos ao mesmo tempo em que, dispostos lado a lado, formam um conjunto, um todo. Em outro estudo, escreve:

A nosso ver, a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano.

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e, ao mesmo tempo, novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas — tornadas assim formas-conteúdo — podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço.

O seu caráter de palimpsesto, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois “essa imagem imobilizada de uma vez por todas” permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. O autor dessas palavras, o historiador Marc Bloch (1974, p. 49-50), é, por assim dizer, um dos criadores dessa geografia retrospectiva da qual F. Braudel (1949) nos dá um modelo definitivo em seu livro *La Méditerranée*.

M. Bloch nos põe em guarda contra o risco de querer impor essa imagem — oferecida pela paisagem — “a cada etapa do passado”. O que temos diante de nós são apenas fragmentos materiais de um passado — de sucessivos passados — cuja simples recolagem não nos ajuda em muito. De fato, a paisagem permite apenas supor um passado. Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes cidades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história pretérita da paisagem, mas a função da paisagem atual nos será dada por sua confrontação com a sociedade atual (Santos, 2014a, p. 106).

Particularizar um lugar no espaço não significa separá-lo do todo. Com isso, podemos imprimir certa importância para esse determinado lugar. Assim, trazer a casa para o centro da observação, revela em destaque esse canto do mundo que foi a morada da primeira infância e guarda na memória uma infinidade de recordações.

Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda acepção do termo. Vista intimamente, a mais humilde moradia não é bela? Os escritores da “casinha humilde” evocam com freqüência esse elemento da poética do espaço. Mas essa evocação é excessivamente sucinta. Como há pouco a descrever na casinha pobre, eles quase não se detêm nela. Caracterizam-na em sua atualidade, sem viver realmente a sua primitividade, uma primitividade que pertence a todos, ricos ou pobres, se aceitarem sonhar (Bachelard, 1993, p. 24).

A casa torna-se então um refúgio e várias imagens passam a habitá-la. Essas imagens nem sempre são boas recordações. De todo modo, não causam desequilíbrio por conta disso. Quando o Narrador visita novamente essa casa, através das lembranças, penetra novamente sua intimidade e devolve à tona as imagens desse espaço poético.

E a casa da lembrança torna-se psicologicamente complexa. A seus abrigos de solidão associam-se o quarto, a sala onde reinaram os seres dominantes. A casa natal é uma casa habitada. Os valores de intimidade aí se dispersam, estabilizam-se mal, sofrem dialéticas. Quantas narrativas de infância — se as narrativas de infância fossem sinceras — nos diriam que a criança, por falta de seu próprio quarto, vai amuar-se no seu canto.

Mas, para além das lembranças, a casa natal está fisicamente inserida em nós. Ela é um grupo de hábitos orgânicos (Bachelard, 1993, p. 33).

Todo o entorno acaba sendo envolvido e integrado ao momento da narração. A descrição desvia o olhar de um ponto para outro e alterna a percepção. Deixa o Narrador de lado e busca apreender o leitor na paisagem.

Tais deslocamentos, singulares, mostram uma abertura de movimentos que ali inseridos representam descrições de objetos pertencentes ao espaço narrativo. Adquirem, assim, a qualidade de pertença ao lugar, de meio de informação para o que está sendo construído no ambiente narrativo.

Uma descrição do espaço revela, pois, o grau de atenção que o romancista concede ao mundo e a qualidade dessa atenção: o olhar pode parar no objeto descrito ou ir mais além. Ela exprime a relação, tão fundamental no romance, do homem, autor ou personagem, com o mundo ambiente: ele foge deste e substitui-o por outro, ou mergulha nele para o explorar, o compreender, o transformar ou se conhecer a si mesmo (Bourneuf; Ouellet, 1976, p. 163).

Caímos na frase de Michel Butor (1974), ao dizer que: “O livro nos permite vencer o tempo, mas também o espaço; [...]”.

A esse espaço percorrido pelos próprios indivíduos, que a invenção, o aperfeiçoamento, a difusão, a organização de novos meios de transporte vai transtornar, superpõe-se aquele das representações, que as transformações dos meios de informação vão agitar. O espaço vivido não é absolutamente o espaço euclidiano, cujas partes são exclusivas umas com relação às outras. Todo lugar é o foco de um horizonte de outros lugares, o ponto de origem de uma série de percursos possíveis, passando por outras regiões mais ou menos determinadas (Butor, 1974, p. 45).

Em síntese, é preciso mencionar que o par espaço/lugar é caro à Toponímia. Como actante, o topônimo assegura a verossimilhança no texto junto a outros actantes - os antropônimos, os cronônimos, os axiônimos. Em qualquer discurso, o topônimo não é a coisa em si - ele a representa, como palavra de língua que é. No texto literário, ficcional ou não, ele passa por graus que decorrem do ato da escolha do Narrador: pode ser um grau mais colado à realidade, como é o caso das ruas e cidades representadas por Nava;

ou um grau mais abstrato, mais criativo, em que deliberadamente o autor, na figura de um eu lírico ou de um Narrador, constrói um nome de lugar para criar determinado efeito, usando, nessa construção, os valores semânticos da palavra comum investida de roupagem toponímica.

6.5 Onomástica literária

Em relação ao nome próprio, a melhor definição encontrada dentro da Literatura foi a de Roland Barthes (2004) ao escrever sobre o *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. A noção de que “pode-se preenchê-lo, dilatá-lo, tapar os interstícios de seu arcabouço sêmico com uma infinidade de acréscimos” (2004, p. 151), é a mesma, perceptível em Pedro Nava. Seja um nome de lugar ou um nome de pessoa,

Também o Nome próprio é um signo, e não, bem entendido, um simples índice que designaria sem significar, como o quer a concepção corrente de Peirce a Russell. Como signo, o Nome próprio se oferece a uma exploração, a um deciframento: é ao mesmo tempo um meio (no sentido biológico do termo) no qual é preciso mergulhar, banhando indefinidamente em todos os devaneios que ele carrega, e um objeto precioso, comprimido, perfumado, que é preciso abrir como uma flor. Noutras palavras, se o Nome [...] é um signo, é um signo volumoso, um signo sempre prenehe de uma espessura abundante de sentido, que nenhum uso vem reduzir, achatar, contrariamente ao nome comum, que nunca entrega senão um sentido por sintagma (BARTHES, 2004, p. 149).

Já citamos um exemplo de Marcel Proust sobre como ele vai tratar essa questão dos nomes e preenchê-los dentro da sua narrativa. Então não vamos repetir esse exemplo aqui e nem vamos colocar um novo para não desviar a atenção do que de fato estamos pesquisando, que é a obra do escritor Pedro Nava. E veja que o princípio da construção é o mesmo e os dois autores vão de fato expandir o significado desse nome e não ficar atrelados apenas a essa questão do vazio da palavra. O que ele usa para preencher esse topônimo de fato são suas memórias e de certa forma vai relacionando essas memórias dentro desse espaço. Ou seja, ele parte do lugar para a descrição do espaço no entorno.

Carvalhinhos (2009), em sua análise Onomástica/Literatura, busca analisar os topônimos já existentes em determinada região do Centro Antigo do Rio de Janeiro e algumas mudanças de nomes que ocorreram tempos depois nesse nosso sistema de troca de nomes através do poder político. É um artigo importantíssimo e que, como já dissemos, serviu para dar início à nossa pesquisa. Mas, de certa forma, ele não está associado diretamente com o texto, com o nosso objeto de estudo, aqui explorado no livro *Baú de Ossos*.

O texto recém-publicado de Silva e Jayo (2023) sobre a Rua General Câmara, “topônimo soterrado” durante o Governo Vargas, traz uma abordagem inédita em relação à Toponímia Literária. De início, o texto busca acompanhar o trajeto que o avô do narrador faz de sua casa até a casa de comércio onde ele trabalhava. Vejamos que o interessante aqui é como o narrador nos descreve, muito discretamente essa andança do avô, como ele está vestido e como costumava sair de casa e percorrer todo esse trajeto. Descreve os meios de locomoção, mas o que ele faz, rapidamente, é deixar claro que ele não percorreu esse caminho com o avô, mas ele ouviu muitas pessoas contarem e provavelmente conheceu alguns desses caminhos bem depois. Mas o interessante é colocar assim, o termo usado no artigo, que é o do *flâneur*, o observador que passa pelas ruas e descreve a forma como as estas se conectam e como as memórias dessas ruas vão preenchendo esses caminhos e direcionando até o local do destino do avô.

No que concerne à Onomástica Literária, cabem algumas observações críticas. Ela não pode ser considerada, ainda, uma vertente teórica dentro das ciências onomásticas. Explicamos nosso posicionamento: há uma série de textos publicados que analisam diretamente, quer dizer, há uma série de textos publicados e todos eles intitulados como Onomástica Literária (ou, ainda, Literatura Onomástica). Enfim, quando entramos em contato com esses textos e vamos estudá-los, o que percebemos é que 99%, para não sermos muito injustos e dizermos 100% desses textos, todos eles tratam das personagens dentro da narrativa. Isso é maciço. Aqui teremos uma lista infinita de estudos já publicados que vão tratar disso, da personagem dentro da obra literária. Isso significa que, na verdade, os antropônimos são tratados como uma ferramenta a mais dentro de uma análise literária.

Ainda nesse contexto, alguns raros textos tratam de nomes de lugares, mas, quando isso, esses textos estão ligados diretamente a uma recuperação da cultura dos povos que habitavam aquela região, ou de nomes mesmo, de línguas antigas e de populações que foram dominadas por outros povos e esses nomes acabaram sendo trocados. Então esses estudos vão resgatar esses nomes.

Cabe mencionar Hough (2016, p. 8). Ela reconhece como fato que o material onomástico e o desenvolvimento de estratégias e metodologias para seu estudo dentro da literatura surge muito antes do atual crescimento de estudos denominados como “Onomástica Literária”. Na verdade, o *Handbook* por ela organizado, material de referência em ciências onomásticas que reúne especialistas do mundo inteiro como autores de seus capítulos para cobrir as facetas mais variadas dessas ciências, traz uma

seção inteira sobre Onomástica Literária.

Embora autores de peso assinem cada parte do Handbook, a parte teórica da Onomástica Literária não prescinde das clássicas abordagens linguísticas envolvendo semântica e filosofia da linguagem, semiótica e análise do discurso. Tal fato nos faz concluir que podemos analisar topônimos e antropônimos no ecossistema de cada obra valendo-nos das usuais vertentes de estudo, tal como aqui fazemos com crítica literária. Terminamos essa seção com a observação de Grace Alvarez-Altman (1981):

A Onomástica Literária é um campo especializado da crítica literária que se dedica a desvendar os níveis de significado presentes nos nomes utilizados em obras de teatro, poesia, ficção e folclore. Esses nomes podem ser de lugares, personagens, símbolos cósmicos, etc., e [o objetivo da análise é entender] como eles se relacionam com a temática, estrutura e outros aspectos literários [da obra] ²³ (Alvarez-Altman, 1981, p. 220).

²³ No original: *“Literary Onomastics is a more specialized literary criticism in which scholars are concerned with the levels of significance of names in drama, poetry, fiction and folklore. These include names of places, characters, cosmic symbols, etc., as they relate to theme, structure, and other literary considerations”* (Alvarez-Altman, 1981, p. 220).

7. A EXPANSÃO DOS TOPÔNIMOS

O espaço vivido não é absolutamente o espaço euclidiano, cujas partes são exclusivas umas com relação às outras. Todo lugar é o foco de um horizonte de outros lugares, o ponto de origem de uma série de percursos possíveis, passando por outras regiões mais ou menos determinadas.

(Michel Butor)

Como já ressaltamos em outros momentos, os topônimos presentes na narrativa de *Baú de ossos* espelham mais que a realidade vivenciada pelo Narrador em um tempo passado, pois além de todas as peculiaridades usuais os nomes de lugares guardam uma coleção de memórias encadeadas entre si. Esta seção da dissertação deveria chamar-se, segundo os cânones, “Análise”. Mas o leitor percebeu, há muito, que esta pesquisa nem sempre seguiu essas determinações acadêmicas — embora não se prescindia, de modo algum, do rigor necessário em qualquer análise.

O título “A expansão dos topônimos” guarda relação direta com a capacidade axípeta de dois topônimos em específico, um mineiro e um fluminense. Ambos atraem de modo irresistível certas memórias e acabam por servir de paradigma a vários outros topônimos ali presentes, ao mesmo tempo representando-os e anulando-os. Esse é o motivo, pois, da eleição desses dois topônimos apenas para uma análise mais minuciosa.

De modo tradicional, poderíamos retornar ao afirmado anteriormente: uma *Rua Direita* é descritiva, por um lado, porque usualmente as ruas brasileiras com esse nome possuem um traçado reto; por outro lado, a tradição católica envolve a localização de logradouros assim denominados com relação à porta direita do principal templo. Também tradicionalmente podemos assegurar que a homenagem ou comemoração em favor de Aristides Lobo²⁴, considerado um dos pais da República, não foge a um dos mecanismos de nomeação mais presentes nos meios urbanos brasileiros. Essas duas ruas são, pois, paradigmáticas, pois encerram tanto em sua substância semântica quanto em seu mecanismo de atribuição modelos usuais em várias toponímias.

Contudo, essa interpretação remete ao espaço real vivenciado pelo Narrador, mas não necessariamente ao evocado em suas memórias. E é sobre essas duas ruas guardadas nesse Baú que vamos discorrer, a modo de análise, nos itens 7.1 e 7.2.

²⁴ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/4021/biografia>. Acesso em: 31 mar. 2023.

Pontuamos, como é evidente, aspectos teóricos. Para não quebrar esse “clima ensaístico”, porém, optamos por conjurar o Narrador e suas memórias aderidas a esses dois topônimos, alocando nossas observações de cunho teórico nas notas de rodapé.

7.1 Rua Direita, número 179

Logo no início do livro o Narrador nos coloca numa posição de observador. Um lugar de movimento, que seria o percurso do Caminho Novo desde o Rio de Janeiro até as Minas Gerais. Quando ele escreve: “Eu sou um pobre homem do Caminho Novo e das Minas dos Matos Gerais”, marca uma posição no espaço. Antes de ser Caminho Novo era picada de Garcia Rodrigues; depois virou uma variante que foi aberta pelo engenheiro Halfeld. E essa variante atravessou o Arraial do Paraibuna e de início já teve o nome de Rua Principal. Essa Rua Principal acaba mudando de nome com o crescimento do Arraial, tornando-se Rua Direita²⁵. E no momento em que o narrador está contando essa história, já tem por nome Avenida Rio Branco. E é exatamente nessa passagem que descobrimos a casa onde ele nasceu: Rua Direita, número 179. Em frente, um local bem conhecido, a Mecânica. No entorno, as duas direções.

Eu sou um pobre homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais. Se não exatamente da picada de Garcia Rodrigues, ao menos da variante aberta pelo velho Halfeld e que, na sua travessia pelo arraial do Paraibuna, tomou o nome de Rua Principal e ficou sendo depois a Rua Direita da Cidade do Juiz de Fora. Nasci nessa rua, no número 179, em frente à Mecânica, no sobrado onde reinava minha avó materna. E nas duas direções apontadas por essa que é hoje a Avenida Rio Branco hesitou a minha vida. A direção de Milheiros e Mariano Procópio. A da Rua Espírito Santo e do Alto dos Passos (Nava, 1972, p. 13).

O narrador vai falar dessas duas direções citadas no parágrafo inicial, seguindo em direção do Mato Dentro, que seria esse mergulhar no Estado de Minas Gerais, e passa a citar algumas cidades, vilarejos, em direção à subida da Mantiqueira. Cita alguns topônimos e os classifica como de angústia, ameaça e dúvida. Percebe-se aqui que o narrador tem uma total consciência dos nomes dos lugares e seus significados. A segunda direção segue para o nordeste do país, e surge o nome de dois Estados: Ceará e Maranhão, origem de suas duas famílias.

²⁵ Walter Benjamin (2009), observando as ruas de Paris, faz uma distinção curiosa sobre o “caminho” e a “rua”. Escreve: “Para se compreender a ‘rua’, é preciso fazer distinção entre ela e o antigo ‘caminho’. Os dois são completamente diferentes no que diz respeito a sua natureza mitológica. O caminho traz consigo os terrores da errância. Um reflexo deles deve ter recaído sobre os líderes de povos nômades. Ainda hoje, nas voltas e decisões incalculáveis dos caminhos, todo caminhante solitário sente o poder que as antigas diretrizes exerciam sobre hordas errantes. Entretanto, quem percorre uma rua parece não precisar de uma mão que o aconselhe e guie. Não é na errância que o homem sucumbe à rua; ele é submetido, ao contrário, pela faixa de asfalto, monótona e fascinante, que se desenrola diante dele. A síntese desses dois terrores, no entanto — a errância monótona — é representada pelo labirinto” (Benjamin, 2009, p. 560).

A primeira é o rumo do mato dentro, da subida da Mantiqueira, da garganta de João Aires, dos profetas carbonizados nos céus em fogo, das cidades decrépitas, das toponímias de angústia, ameaça e dúvida — Além Paraíba, Abre Campo, Brumado, Turvo, Inficionado, Encruzilhada, Caracol, Tremedal, Ribeirão do Carmo, Rio das Mortes, Sumidouro. Do Belo Horizonte (não esse, mas o outro, que só vive na dimensão do tempo). E do bojo de Minas. De Minas toda de ferro pesando na cabeça, vergando os ombros e dobrando os joelhos dos seus filhos. A segunda é a direção do oceano afora, serra do Mar abaixo, das saídas e das fugas por rias e restingas, angras, barras, bancos, recifes, ilhas — singraduras de vento e sal, pelágicas e genealógicas — que vão ao Ceará, ao Maranhão, aos Açores, a Portugal e ao encontro das derrotas latinas do mar Mediterrâneo (Nava, 1972, p. 13).

Além dessas direções em que o Narrador descreve os dois destinos da Rua Direita, vai dizer que ela é atravessada por todos os lados, onde as ruas se cruzam. Aparecem aqui outros pontos da cidade, como: Rua do Sapo, Rua do Progresso, Rua Botanágua, Rua do Comércio. E aqui nos coloca dentro de uma outra posição, digamos, mais geográfica. Os dois mundos que se dividem pela Rua Direita.

Além de dar assim leste e oeste para a escolha do destino, a Rua Direita é a reta onde cabem todas as ruas de Juiz de Fora. Entre o Largo do Riachuelo e o Alto dos Passos, nela podemos marcar o local psicológico da Rua do Sapo, da Rua do Comércio, da Rua do Progresso, da Rua do Botanágua, com a mesma precisão com que, nos mapas do seu *underground*, os logradouros de Londres são colocados fora de seu ponto exato, mas rigorosamente dentro de sua posição relativa. É assim que podemos dividir Juiz de Fora não apenas nas duas direções da Rua Direita, mas ainda nos dois mundos da Rua Direita. Sua separação é dada pela Rua Halfeld (Nava, 1972, p. 13-14).

Continuando a descrição, agora ele vai falar sobre a Rua Halfeld. A impressão do Narrador, ao descrever, é de que a rua desce como um rio do Morro do Imperador e vai desaguar na Praça da Estação. Nesse trajeto da rua, à margem direita, vai citar mais alguns pontos históricos, na passagem pela Câmara, Fórum, Academia de Comércio, Colégio Estella Matutina e também a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia, lugares bem mais conhecidos. Assim, conseguimos identificar, e até mesmo imaginar, esses pontos com maior facilidade quando lemos o trecho.

A Rua Halfeld desce como um rio, do morro do Imperador, e vai desaguar na Praça da Estação. Entre sua margem direita e o Alto dos Passos estão a Câmara; o Fórum; a Academia de Comércio, com seus padres; o Stella Matutina, com suas freiras; a Matriz, com suas irmandades; a Santa Casa de Misericórdia, com seus provedores; a Cadeia, com seus presos (testemunhas de Deus — contraste das virtudes do Justo) — toda uma estrutura social bem pensante e cafardenta que, se pudesse amordaçar a vida e suprimir o sexo, não ficaria satisfeita e trataria ainda, como na frase de Rui Barbosa, de ferrar de lã o espaço e cair a natureza de ocre. Esses estabelecimentos tinham sido criados, com a cidade, por cidadãos prestantes que praticavam ostensivamente a virtude e amontoavam discretamente cabedais que as gerações sucessivas acresciam à custa do juro bancário e do casamento consanguíneo. A densa melancolia dessas instituições transmitia-se aos que as mantinham — criação agindo poderosamente sobre os criadores e seus descendentes que levavam vida impenetrável nas suas casas trancadas, frequentando-se só nos apostolados e nas empresas, não conhecendo as passeatas noturnas da Rua Halfeld, as cervejadas alegres do Foltran (a que era pontual o Dr. Luís Gonçalves Pena), o Cinema Farol, o Politeama e o Club Juiz de Fora (onde estalavam carambolas de bilhar e o leque ciumento brandido por D. Cecinha Valadares na cara das sirigaitas que atiçavam o Chico Labareda). Alguns se descomprimiam jogando florete, outros caçando macuco, de paletó e boné de veludo, ou atirando aos pratos, aos pombos. Honrados, taciturnos, caridosos, castos e temperantes, esses ricos homens traziam geralmente na fisionomia um ar de fadiga, de contenção e de contraída tristeza que só não se via na face radiante daqueles que carregavam secretamente o remorso adquirido nas viagens frequentes ao Rio de Janeiro — onde muito se podia (Nava, 1972, p. 14).

Ainda falando da margem esquerda da rua Halford, o Narrador vai classificar como sendo a parte mais alegre da cidade, mais livre e menos preocupada, assim podemos dizer, além de ser a mais revolucionária. Essa direção conduz a uma outra cidade que tem por nome Mariano Procópio. Aqui, o Narrador vai nos falar sobre uma situação curiosa: a primeira vez que viu uma manifestação de grevistas reivindicando maiores direitos. E esse é o ponto da cidade, a margem esquerda, que ele mais gosta, a parte revolucionária, como ele constrói²⁶.

Já a margem esquerda da Rua Halfeld marcava o começo de uma cidade mais alegre, mais livre, mais despreocupada e mais revolucionária. O Juiz de Fora projetado no trecho da Rua Direita que se dirigia para as que conduziam a Mariano Procópio era, por força do que continha, naturalmente oposto e inconscientemente rebelde ao Alto dos Passos. Nele estavam o Parque Halfeld e o Largo do Riachuelo, onde a escuridão noturna e a solidão favoreciam a pouca-vergonha. Esta era mais

²⁶ Nesse teatro do passado que é a memória, o cenário mantém os personagens em seu papel dominante. Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer “suspender” o vôo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa a função do espaço (Bachelard, 1993, p. 28).

desoladora ainda nas vizinhanças da linha férrea, onde a Rua Hipólito Caron era o centro do deboche e um viveiro de treponemas. Havia fábricas, como a do Eugeninho Teixeira Leite, e a mecânica, onde homens opacos se entregavam a um trabalho que começava cedo e acabava tarde no meio de apitos de máquinas e das palmadas dos couros nas polias. Foi dali e do lado do Largo do Riachuelo que vi, um dia, bando escuro vir desfilar desajeitadamente na Rua Direita, com estandartes, cantos e bandeiras (tão lento que parecia uma procissão!) e ser dispersado a espaldeiradas diante da casa de minha avó, que aplaudia da janela a destreza dos policiais (Nava, 1972, p. 14-5).

Local de comentários era a Maçonaria. Essa casa que era tão julgada e tão menos frequentada pela população, mas da qual o pai fazia parte. E vai colocar também um outro ponto industrial que seria a cervejaria Weiss²⁷.

Mas pior, muito pior que as fábricas onde os descontentes queriam ganhar mais do que precisavam; pior que o Cinema Farol e o Politeama onde se tentavam timidamente os ensaios precursores da bolina (o Politeama viu o primeiro mártir dessa arte nacional desmaiar de dor na sua plateia: marido furibundo lhe empolgara com um alicate dedo da mão audaciosa que se insinuara nas anáguas da mulher, para apertá-lo tão duramente e em tão demorado silêncio que ficaram esmagadas as carnes e quebrados os ossos do moço advogado), pior que os bordéis, pior que os colégios leigos e que o desaforo do colégio metodista para meninas, pior que a Cervejaria Weiss animada por Brant Horta, Amanajós de Araújo e Celso d'Ávila com guitarras, descantes, declamação de versalhada e as chegadas dos tálburis carregados de “mulheres damas” — era a Maçonaria. Sua loja ficava em plena Rua Direita, entre as do Imperador e da Imperatriz, como desafio permanente ao clero diocesano e aos cristãos novos e velhos do Alto dos Passos (Nava, 1972, p. 15).

Continua relatando esse lado de Juiz de Fora revolucionário, irreverente, oposicionista, censurante e contraditor. O lado mais interessante da cidade. Conta-nos o caso de dois políticos que estão disputando uma eleição, cada um com seus gestos e manias, e é onde ele vai marcar o seu local de nascimento às oito e meia da noite, sexta-feira, 5 de junho de 1903. Ou seja, localiza no espaço e no tempo o seu nascimento, marcando o início da sua jornada.

²⁷ A este processo dar-se-ia o nome de “efeito de real”, que busca, pelos caminhos do imaginário, representar um outro contexto, que se viabiliza segundo distintas hierarquias de verdade. Chamemos a isso níveis de aproximação com o real, que marcam compromissos de maior atrelamento às evidências da época, vindas até nós pelos seus traços e marcas (caso da história), ou que então deixam margem a um maior voo da imaginação criadora (caso da literatura). (Pesavento, 1999, p. 821)

Esse lado de Juiz de Fora, revolucionário, irreverente, opositor, censurante e contraditor — dizia sempre não! ao outro, ao do Alto dos Passos — conservador, devoto, governista, elogiador e apoiante. No primeiro ouvia-se o rompante do guelfo Duarte de Abreu, mau político e invariavelmente bom homem (“Absolutamente!”), e no segundo a anuência do gibelino Antônio Carlos, bom político e variavelmente bom homem (“Perfeitamente, perfeitamente!”). Pois foi naquele lado fronda que nasci, às oito e meia da noite, sexta-feira, 5 de junho de 1903 (Nava, 1972, p. 16).

Nesse momento, o Narrador nos confia algumas descrições de casas onde morou na infância. Complementa com diversas outras que serviram de endereço para o trabalho do pai. Alguns pontos são imprecisão, pois nem tudo é recordação e boa parte das histórias que ouviu são pequenos relatos. O pai morou na Rua do Comércio, no momento da escrita mudou de nome e agora se chama Rua Batista de Oliveira. Depois mudaram para a Rua do Imperador. Lembra que era um lindo sobrado, mas não lembra ao certo o número, se era de fato o número 231. Talvez alguém tenha contado, mas não tenha gravado a numeração. Finalmente, a família vai morar na Rua Direita.

Vim ao mundo com uma penugem densa e feia nas orelhas, impressão das aranhas do Sossego. A primípara lá ficou para comer as quarenta galinhas do resguardo. Depois, um pouco, para desenjoar de tanta canja. Outro mês para fortalecer com cerveja preta e queijo de minas picado no mingau de fubá — para aguentar a amamentação. Finalmente, foi fechar a casa da roça e trazer os trens para Juiz de Fora, onde meu Pai acabou se instalando para a clínica de cidade. Morou primeiro na Rua do Comércio, essa que é hoje Batista de Oliveira. Depois, Rua do Imperador, no lindo sobrado que tinha o número 231. Seria 231? Em seguida, pegado a este, no prédio de esquina com a Rua Direita. Finalmente, nesta, no 142. E antes, durante e depois dessas residências era frequentemente constrangido a passar dias, semanas, meses, no 179 — fojo da sogra ferocíssima. Esta atraía constantemente as filhas para Juiz de Fora e para sua casa, onde mandava despoticamente em tudo e todos (Nava, 1972, p. 233).

Aqui o Narrador também nos coloca numa situação de que ele próprio não guardou todas as impressões cronológicas dessa sua infância, compreensível por ainda estar num processo de formação. Nesse sentido, essas recordações são sempre muito confusas. Uma hora dormia num lugar que seria a fazenda Santa Clara do seu Carneiro, e então acordava no número 142, onde residia com os pais, ou acordava no número 179, na casa da avó. Enfim, é um momento da infância onde sempre era acometido por alguma doença. Nesses intervalos onde ia e voltava, vai formando esse trajeto repleto de lembrança e esquecimento, formando algumas lacunas, algumas incongruências. E essas

lembranças são vagas, perdidas, nesse ponto ilógico, mas que às vezes chega à memória, em outras cai no esquecimento, e alguns poucos momentos são lembrados²⁸.

É impossível dar uma impressão cronológica dessa fase de minha infância. Só de uma ou outra coisa ocorrida com gente grande e de que ficou memória em velhos documentos, em cartas onde a tinta se apaga. Do que eu vi, nada posso encadear pois quantas e quantas vezes eu dormia na casa de minha avó e tinha a impressão de acordar em Santa Clara, na fazenda do seu Carneiro. Se a febre subia, o 142 povoava-se de gigantes que ficavam recurvados na sala: se se esticassem, se endireitassem o corpo, romperiam o telhado, romperiam o céu. Eu passava espavorido entre suas pernas enquanto minha Mãe descia para fazer abrir a farmácia do seu Altivo e demorava a voltar com a solução de piramido. Os Anteus primeiro desprendiam-se da terra, depois estompavam-se, ficavam transparentes e sumiam parede adentro, quando eu começava a suar. Melhorava, dormia e quando despertava já era no 179. É impossível colocar em série exata os fatos da infância porque há aqueles que já acontecem permanentes, que vêm para ficar e doer, que nunca mais são esquecidos, que são sempre trazidos tempo afora, como se fossem dagora. É a carga. Há os outros, miúdos fatos, incolores e quase sem som — que mal se deram, a memória os atira nos abismos do esquecimento. Mesmo próximos eles viram logo passado remoto. Surgem às vezes, na lembrança, como se fossem uma incongruência. Só aparentemente sem razão porque não há associação de ideias que seja ilógica. O que assim parece, em verdade, liga-se e harmoniza-se no subconsciente pelas raízes subterrâneas — raízes lógicas! — de que emergem os pequenos caules isolados — aparentemente ilógicos! só aparentemente! — às vezes chegados à memória, vindos do esquecimento que é outra função ativa dessa mesma memória. Sobem como pés de tiririca, emergem como Açores e Madeiras, ilhas perdidas na superfície oceânica, entretanto pertencentes a um sistema entrosado de montanhas subatlânticas. Assim a anarquia infantil do Tempo e do Espaço me impede de contar Juiz de Fora em ordem certa, capítulo um, capítulo dois, capítulo três. São mil capítulos e inumeráveis — entretanto capítulo único (Nava, 1972, p. 233-234).

Novamente volta a falar dessas lembranças que não são muito precisas durante a sua infância. Aqui vem a comparação, como se fosse um contraste de luz e sombra, numa sonata de Beethoven ou numa tela de Rembrandt. Primeira passagem na qual brinca com esse jogo de misturar percepções, visual e sonora. A casa de número 142, lembra, tem suas escadarias sempre escuras e dava para o corredor de cima. Inicia a descrição do interior da casa de forma interessante, começando pela sala de visita, os

²⁸ Nas obras de ficção que tomam a forma das Memórias, a personagem tenta reunir e dar um sentido a toda uma parte da sua vida, esforçando-se por destacar as suas linhas de força; ela conhece antecipadamente o ponto de partida e o ponto de chegada do itinerário. Senhora dos cordéis a mexer, pode generalizar, tirar a moral e emitir um juízo, tal como o ator ou a onisciente. Com efeito, se se debruça sobre o seu passado é porque, na maioria das vezes, no declinar da vida, pensa poder fazer aproveitar outrem de uma sabedoria tão caramente adquirida (Bourneuf; Ouellet, p. 115).

quadros, enfim, meio que percorrendo um pouco todo esse ambiente. Na sala de visita é onde começa a fazer uma descrição interna do ambiente, citando o sofá, os tapetes, as cadeiras de balanço, as escarradeiras, muito comum na época, tempo onde fumar e cuspir era muito comum. (Vai relatar esse caso também mais para frente, quando for falar da casa de Aristides Lobo.) Descreve a sala de jantar, os corredores, a cozinha, o quarto dos pais onde ele não passava muito tempo, mas a lembrança é marcante. E desses objetos próprios da casa, como a escrivaninha, a mesa, estantes com livros e armários, enfim, os armários de ferro com os remédios do pai, que tem um cheiro especial de drogas e de cânfora. Esse cheiro de vida, ele retoma sempre em algum momento, por ter seguido a carreira de médico assim como o pai. Então essas lembranças fazem com que ele retorne ao gabinete médico do pai, na Rua Direita número 142.

Dessas três casas não guardei lembrança objetiva. Talvez tenham ficado dentro em mim certos risos argentinos, certas pausas de silêncio, certas qualidades de som, certos contrastes de luz e sombra que eu reintegro quando mergulho, por exemplo, numa sonata de Beethoven ou numa tela de Rembrandt. É verdade que conheci depois a terceira, quando o Bicanca veio morar nessa sua propriedade, pois, com o casamento de sua filha Mimi, dera-lhe de dote a casa em que habitava, à Rua de Santo Antônio. Guardei, nítido, o prédio da Rua Direita 142. Ficava vizinho à Farmácia Halfeld e perto da redação de O Farol. O térreo era comercial; morávamos no sobrado. Subia-se por escada em curva, sempre escura, que dava no corredor de cima. Para a esquerda, a sala de visitas, dois quartos que nela abriam e onde meu Pai, sempre generoso, consentiu que instalassem seus gabinetes dentários nossos primos Clóvis Jaguaribe e Antônio Meton. [...] Da sala de visitas guardei a arrumação patriarcal do sofá ladeado pelas cadeiras de braço e pelas escarradeiras litúrgicas de louça florida. O tapete, com um leão; os dois dunquerque, diante de cujos espelhos eu brincava sentado, vendo o outro, atrás dos vidros, repetir-me num aposento repetido. Para a direita, a sala de jantar, para onde se abriam as duas portas do quarto de meus pais. Para o fundo, outro corredor que ia dar em nossos cômodos e nos mistérios da cozinha, da despensa, das habitações dos empregados e numa escada que conduzia a uma horta deserta e a um galinheiro transido. O escritório de meu Pai era separado do corredor por um tabique envernizado. É dessa peça e da de jantar que mais me lembro. Por dentro, encostada ao tabique, a escrivaninha e a mesa de examinar doentes, toda de palhinha e estilo austríaco. À esquerda, duas estantes de livros e à direita, os armários com os ferros e os remédios. Vinha daí esse cheiro especial de drogas e de cânfora que tem sido o cheiro de minha vida: cada vez que o sinto recaio no gabinete médico de meu Pai [...] (Nava, 1972, p. 235).

A casa (da Rua Direita número 142) foi derrubada, embora persista na memória do Narrador. Por conta da mudança da família para o Rio de Janeiro a casa foi ocupada por um poeta, Belmiro Braga, onde foi morar com a família, e onde ele chegou a voltar várias

outras vezes pela amizade daquele com o tio Antônio Salles. Para reforçar essa lembrança, ao ler *O Primo Basílio*, romance escrito por Eça De Queiroz, colocou todos os personagens do livro dentro da casa. Seria, segundo ele, o ambiente perfeito.

Quando nos mudamos para o Rio essa casa foi ocupada pelo poeta Belmiro Braga, que lá morou com sua esposa D. Otília e com o sorridente José, seu filho. Várias vezes lá voltei com meu tio Antônio Salles, mas seus cantos já tinham comido os restos da sombra de meu pai. A casa, derrubada, persiste intacta dentro de mim e ainda mais reforçada pela presença de novos moradores. O engenheiro Jorge Carvalho, sua mulher, Luísa, sua criada Juliana, D. Felicidade e o conselheiro Acácio. Porque quando li *O primo Basílio* coloquei a ficção queirosiana na Rua Direita 142 e jamais pude escapar desse sortilégio nas releituras. As salas se adaptavam perfeitamente à descrição do livro e os desabafos de Jorge com o Sebastião eram no escritório de meu Pai; D. Felicidade, o conselheiro, Julião e o Ernestinho tomavam chá na nossa sala de jantar, na nossa louça, Juliana recebia as *cartasinhas* no alto de nossa escada. Luísa morreu no quarto de minha Mãe (Nava, 1972, p. 237-238).

Na companhia do pai, seguia suas andanças pelo bairro, saindo pela calçada da casa, tomando pelo lado esquerdo, eles passavam na frente da farmácia Halfeld. Ele cita o invento do *Corizol*, que era uma fórmula secreta e um remédio para curar as influenzas, os resfriados e as corizas. Acontecia durante o dia essa caminhada e o sol iluminava a rua, tornando alguns objetos cintilantes. Também havia a ida à barbearia do seu Elias para cortar o cabelo. E a navalha, ele descreve como um incômodo passando pelo pescoço. E terminando, ele vai fazer uma associação da figura do pai, comparando-o ao rei Afonso XIII, quando ele parava pra conversar com os amigos na rua, porque o pai, querendo ou não, era uma figura importante, era um médico importante e bem respeitado na cidade²⁹.

Sempre pela calçada de nossa casa, tomando à esquerda, passava-se pela Farmácia Halfeld e via-se lá dentro o *seu* Altivo pensando no maravilhoso invento do *Corizol*, fórmula dele, antídoto das influenzas, resfriados e corizas. Ao sol da rua ele tinha uma vaga cor amarelada, da pele amarelada e dos cabelos amarelados. Dentro da farmácia ele cintilava, ora todo verde, ora todo vermelho da refulgência dos locais coloridos. Adiante da botica era a porta de sua casa. Ali eu passava quando ia com meu Pai à Rua Halfeld, cortar o cabelo no *seu* Elias. Desagradável ficar imóvel, enrolado em lençóis, feito múmia, cabeça posta

²⁹ Hoje a literatura — o pensamento — exprime-se apenas em termos de distância, de horizonte, de universo, de paisagem, de lugar, de sítio, de caminhos e de morada: figuras ingênuas, mas características, figuras por excelência, onde a linguagem se *espacializa* a fim de que o espaço, nela, transformado em linguagem, fale-se e inscreva-se. (Gennete, 1966, p. 106)

ao talante do artista. O tinido das tesouras, a sensação de guilhotina da máquina no pescoço. Os cabelinhos provocando coceira. Meia cabeleira baixa, Elias. E meu Pai e ele olhavam-se com um ar entendido depois de se tocarem misteriosamente as mãos, ante os potes de vidro cheios de sanguessugas. Eram ambos maçons. A compensação do suplício era a passagem no Cristiano Horn para a compra de suas floridas balas, em forma de travesseiro. Vermelhas, brancas, amarantes, alaranjadas, encarnadas, verdes, nacaradas, lilases, malvas e chocolates. Vinha com elas, dentro do cartucho, aquele aroma de açúcar queimado que era o cheiro da casa adorável do baleiro. Eu gostava de brincar na rua, à hora em que meu Pai, com aquele seu ar do Rei Afonso XIII, estava parado na porta da farmácia para conversar com o Raul Duarte, com o Felipe Paletta, o Luís Pena, o Amanajós de Araújo, os Doutores Dutra, Almada, Beauclair e Cesário. Eram os *habitués*, a rodinha do seu Altivo (Nava, 1972, p. 246).

Os passeios com a mãe eram reduzidos e iam do número 142 ao número 179, casa onde moravam em direção a casa da avó Maria Luiza. Ao considerar o intervalo entre essa numeração, estão relativamente muito próximas, mas ele descreve, de uma certa forma, como se fosse um longuíssimo caminho. A mãe ajuda cruzando a rua de um lado para o outro, passando em vários lugares. Ela começava pelo lado do parque, que era o mesmo lado da casa, passava na casa de um vizinho, que estava sempre à janela e cumprimentavam-se. Depois, atravessava para o lado ímpar, passava no armazém, para recolher algumas encomendas. E seguiam quarteirão em diante com a mãe (Diva) evitando pisar na calçada da maçonaria. Mais adiante, atravessam a esquina da Rua do Imperador onde alguns familiares moravam. Passavam ali para cumprimentar. Depois desse cumprimento, a mãe atravessava novamente para o lado ímpar e ia conversar com a irmã.

O caminho para a casa de minha avó — do nosso 142 ao 179 — eu o fazia de mãos dadas com minha prima e minha Mãe. Esta dirigia nossos passos com cautelas de navegadora. Vínhamos pelo lado par, até a casa do Dr. Beauclair, que estava sempre na janela. Por sua porta eu procurava o ataúde de cristal de Branca de Neve. Desse ponto enviesávamos para o lado ímpar, diretos ao armazém do seu Cristóvão de Andrade, que minha Mãe, feitas as encomendas do que queria, deixava para alcançar novamente a numeração par. Porque tirante essa venda e a casa do Dr. José de Mendonça, o resto do quarteirão era ominoso. Primeiro era o Colégio Mineiro, onde professoras huguenotes desencaminhavam moças católicas, do mesmo jeito que os mestres do Granbery os rapazes do seu Rangel e do Dr. Martinho. Minha Mãe achava aquilo um desaforo. Vinha depois a casa do Barão, cujas calçadas eram evitadas por todas as pessoas que temiam remoques, injúrias e até águas sujas na cabeça. Porque as netas do seu barão realizavam de sua casa o gênero de vizinhança que desvaloriza as propriedades de um bairro inteiro. Parece que isso é definido nas *Ordenações do Reyno*, como a figura do “danno infecto”. E logo adiante ficava, misteriosa e muda, a infame Maçonaria.

Outro desafio, na opinião de minha Mãe. Por isto é que ela tornava a demandar o quarteirão fronteiro para deter-se um pouco na esquina de Imperador e tomar a bênção a sua madrinha Mariquinhas Santos, prostrar-se com a filha desta, Matildinha, sua grande amiga, mulher do Almada Horta. Depois nova diagonal e parada em frente, ainda na esquina, na casa das Rosa da Costa. Elas já estavam de janela, esperando, e era um cochichar sem fim das amigas. D. Oldina, D. Julina, D. Duília, D. Irene — incorruptíveis e exigentes em honra — sua amizade era um atestado de boa conduta e sua indiferença ou inimizade — a colocação no pelourinho. Santas senhoras! Nova travessia para o lado par, caindo em cheio na porta de tia Regina, mas evitando as calmarias da costa de sua filha Zezé — que bem que chamava de sua janela com a mão e o sorriso — mas minha Mãe passava de largo, dando adeusinho e prometendo depois, depois, mas não vê... Tia Regina aderira e éramos quatro para o café da Inhá Luísa. Tio Chico Horta — Chiquinho Horta, *Chiquinhorta* — lá ficara na sua porta, silencioso e pitando... (Nava, 1972, p. 250-251).

Nesse momento da narrativa inicia-se uma descrição mais precisa da parte interna do sobrado da Rua Direita número 179, que era a casa da avó, Inhá Luísa. A descrição das janelas que davam pra rua, e uma espécie de degrau, mas que não era bem um degrau, na verdade uma caixa de madeira onde guardavam diversos utensílios quebrados, ou que não tinham mais uso, como: martelos sem cabo, alicates, torqueses, grosas, pregos enferrujados, etc. Enfim, penetrando mais o ambiente, o local conhecido como “Escritório do Jaguaribe”, local dos livros, alguns lidos na infância, e citados no trecho. Além de algumas plantas enroladas e quadros de geologia pertencentes ao velho Halford, o primeiro marido de sua avó. Outras duas janelas viradas para a rua, para o jardim, possibilitando observar o ambiente interno e o externo³⁰.

A casa da Rua Direita 179 era um sobrado. Em tempos, já fora de platibanda, mas obras no forro deram-lhe depois feição de chalé, com a parte de baixo da frente do telhado guarnecida com uma espécie de renda de madeira onde se penduravam três enormes bolas de vidro: uma azul, outra vermelha, outra dourada. Entrava-se pelo lado, sob a chuva dos jasmims, para uma saleta. Desta, os íntimos eram encaminhados ao que se chamava o *escritório do Jaguaribe*, onde havia um canapé; a estante, com uns poucos livros (já os mencionei: *La Gerusalemme Liberata*, do Tasso; *Mathilde* de Eugène Sue; o *Dicionário* de Faria), plantas enroladas, quadros de geologia e história natural que tinham pertencido ao velho Halford. A escrivaninha onde jamais se escrevia. Um vasto armário de madeira de prateleiras fechadas e cheias de mais papéis, assentamentos, registros, inventários e cartas do primeiro marido de minha avó. Uma janela para o jardim e outra para a rua. Num pano de parede, o retrato a óleo do tio Zezé, o que morrera, moço, na epidemia de cólera. Embaixo da

³⁰ O espaço da primeira infância pode não transpor os limites da casa materna, do quintal, de um pedaço de rua, de bairro. Seu espaço nos parece enorme, cheio de possibilidades de aventura. A janela que dá para um estreito canteiro abre-se para um jardim de sonho, o vão embaixo da escada é uma caverna para os dias de chuva (Ecléa Bosi, 2007, p. 435).

moldura um binóculo com que eu, alternadamente, afastava ou aproximava a figura de D. Calina Couto e Silva, que janelava em frente. Olhava por um lado e ela se encostava. Olhava pelo outro e ela projetava-se para os confins da Outra-Banda. Embaixo da janela que dava para a rua, havia um degrau que facilitava a posição dos que se debruçavam. Não era bem um degrau. Era uma longa caixa de madeira, triste como um esquife e triste como seu conteúdo heteróclito de utilidades mortas e esperando a ressurreição de nova serventia. Martelos sem cabo, limas, grosas, alicates e torqueses, parafusos, molhos de velhas chaves, serrotes, pregos e um instrumento de ferro que muito mais tarde vim a saber o que era, vendo seus símiles em coleções de antiguidades. Era um tronco com as pegadas para tornozelos e pulsos. Tudo restolho da Fazenda Velha e do Halfeld sempre presente (Nava, 1972, p. 251-252).

Nessa longuíssima passagem de descrição interna, subimos pela escada ao andar de cima. Aquela ficava na sala de jantar. Ao subir, ficamos diante de dois quartos com varanda viradas para a rua. E na parede, um detalhe, havia um afresco representando um passeio de bote na Baía de Guanabara. (Essas conexões entre Juiz de Fora e Juiz de Janeiro, aos poucos vão nos conduzindo ao longo da narrativa.)

Pela escada da sala de jantar ia-se ao andar de cima. Dava-se logo no quarto da Princesa. Ali ela usava o dia se arrebicando, pondo e tirando frisetes, caiando-se de palidez com *Água da Beleza*, experimentando novos penteados, outras maquilagens, como distribuir os postiços, onde colocar as pintinhas de veludo, arrancando o buço com puxavante de cera quente, ensaiando sorrisos ao espelho e quando fartava de — dize-me, espelho, se alguém no mundo é mais formosa do que eu — sentava-se para pintar, pela multésima vez, jangadas, em aquarelas de uma doçura de vomitório, embaixo das quais, com sua caligrafia prodigiosa, escrevia invariavelmente os primeiros compassos da Iracema. “Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frentes da carnaúba; verdes mares que brilhais como líquida esmeralda aos raios do sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros; serenai, verdes mares [...]” Era o único livro que lera a Princesa, que nele encerrava toda a sua emoção estética. Nele e mais nas aquarelas e na reprodução de um quadro que ela vinha pincelando havia anos, onde passavam, enlaçados, Paulo e Virgínia fugindo da borrasca. Cansava e voltava ao toucador — dize-me, espelho... Às vezes o espelho-consciência-espírito de porco respondia: Mimi! soprando as brasas do ódio gostoso que lavrava entre tia e sobrinha rivais. Ela largava o espelho, enfadada, e voltava a Paulo e Virgínia. Em 1967, visitando o *Metropolitan Museum of Art*, descobri o original do que se procurava repetir — era *A tempestade*, de Pierre Cot. Logo esqueci que acabara de ver *A mulher de branco*, de Picasso; *A arlesiana*, de Van Gogh; *O convite ao espetáculo*, de Seurat; *O guitarrista e o canoieiro*, de Manet; e mais o *Bulevar Montmartre*, de Pissarro; o Auto-retrato de Ingres jovem; a horrível *Salomé* de Regnault — para não ver senão o par enlaçado saindo de sua tela para disparar pela Broadway, pela Virgínia, Tennessee, Oklahoma, México, América Central abaixo, Guianas, Pará, Goiás, Minas, Caminho Novo, Juiz de Fora, Rua Direita — até a chácara de Inhá Luísa, onde eu

tinha costume de localizar o idílio desabalado. Ao lado, o quarto de minha avó, onde ela lembrava os velhos tempos inventariando as jóias que lhe tinham sobrado, diante da gaveta do toucador. As duas habitações, a sua e a da Princesa, abriam para a varanda da frente, onde um *afresco* representava um passeio de bote na baía de Guanabara. Para trás ficavam outros dois quartos sempre prontos para receber filhas, genros e netos. Davam para uma varanda que também ostentava sua marinha. Nessa varanda quase morri, por ter me apossado de um pacote de cigarros de palha de meu avô, que fumei escondido, um depois do outro (depressa, que pode vir gente!), até o vômito e a perda de sentidos. O Dr. Dutra teve de vir e receitar seu invariável calomelano. Ao lado da casa de minha avó ficava outro prédio seu, chamado a *casa velha*, porque a família nela habitara, antes de passar para o sobrado (Nava, 1972, p. 256-257).

É sempre muito interessante as descrições que o Narrador faz de algumas casas, ambientes deslocados no espaço e no tempo. No quintal grande da casa da avó, tinha outra casa no fundo. Não era habitada e nem muito frequentada, no entanto, o Narrador nos faz uma descrição muito precisa do ambiente, deste anexo do número 179. Descreve muito bem as estruturas dos cantos, os degraus de pedra, as quatro janelas de guilhotina para cada lado da casa. Data a casa em um tempo, provavelmente, anterior ao da cidade de Juiz de Fora, possível sede de alguma fazenda. As mobílias velhas e quebradas eram todas empilhadas nessa casa velha, assim como outros objetos de pouco uso³¹.

³¹ São alguns desses lugares notáveis que chamamos de memoráveis. O ato de habitar, [...] constitui, a esse respeito, a mais forte ligação humana entre a data e o lugar. Os lugares habitados são, por excelência, memoráveis. Por estar a lembrança tão ligada a eles, a memória declarativa se compraz em evocá-los e descrevê-los. Quanto a nossos deslocamentos, os lugares sucessivamente percorridos servem de *reminders* aos episódios que aí ocorreram. São eles que, a *posteriori*, nos parecem hospitaleiros ou não, numa palavra, habitáveis (Ricoeur, 2012, p. 59).

7.2 Rua Aristides Lobo, número 106

Ao dar início às descrições do bairro do Rio Comprido, no Rio de Janeiro, o Narrador coloca muito mais emoções em contraponto com as lembranças de Juiz de Fora. Neste momento a família havia mudado para o Rio de Janeiro, onde o pai prestara dois concursos na então capital do Brasil. Era um sonho, uma vontade de voltar para lá, porque o pai terminou os estudos na faculdade de medicina do Rio de Janeiro. E é interessante como ele vai fazendo essa descrição do bairro inteiro, como ele vai descrevendo o rio, os contornos que este fazia, como foi formando algumas ruas. Aristides Lobo, número 106, local da casa onde morou. Então ele vai dando notícia de vários topônimos que acompanham esse bairro.

Vinha de encostas doces de Santa Teresa, da serra da Lagoinha, das escarpas do Corcovado. Por comprido, comprido — rio Comprido ficou sendo. Recebia o Catumbi (que quer dizer “água de mato escuro”), o Coqueiros, o Bispo. Outros. Os caminhos desses córregos é que fizeram o rebolado da Rua Santa Alexandrina, o meneio da do Bispo e o ondulado de Aristides Lobo — cujos zigue-zagues, curvas e voltas mostram o traçado fluvial livre, antes da canalização, antes das galerias subterrâneas. Juntavam-se, paravam, faziam atoleiro, mangue, pantanal — ali onde erigiram a Praça do Rio Comprido. Inchavam, transbordavam e seguiam lambendo Aristides Lobo e os fundos das casas de Barão de Ubá (depois de molhar Itapajipe e Haddock Lobo). Seguiam para o Aterrado, iam se jogar no Canal do Mangue, entre Miguel Frias e São Cristóvão. Suas inflexões é que traçaram Aristides Lobo, aliás Malvino Reis, aliás Rua do Rio Comprido. Vinha primeiro a curva cujo ápex está na atual junção de Campos da Paz e Ambirê Cavalcânti. Aquela já foi só da Paz e terminava ali. Depois prolongaram-na até Paulo de Frontin, trocaram seu nome para Dr. Costa Ferraz e, quando este médico foi esquecido, pelo de seu colega Campos da Paz — Artur Fernandes Campos da Paz, professor da faculdade, abolicionista, republicano, antimilitarista e adversário de Floriano, que o perseguiu e desterrou para o Amazonas. Conserva a designação e vai fazendo lembrar outros Campos da Paz, os três Manoel Venâncio, também médicos, o avô (amigo de meu Pai), o filho, o neto (meus amigos), todos mortos... A segunda é a antiga Rua do Morro e morro por esse nome! Depois da primeira volta, cotovelo em sentido contrário; nova mudança de rumo e início do arco demorado que acaba em Barão de Itapajipe. Aí o logradouro tornando a torcer, passando aos pés da Rua Colina, entrava no seu fim — a hoje Travessa do Rio Comprido. Este, o rio, freava seu curso nos atoleiros que, entulhados, fizeram a Rua do Engenho Velho (que é o trecho da Haddock Lobo que vai até o Estácio). A Rua Colina lembra Ouro Preto e Belo Horizonte. Ouro Preto, pelas velhas casas, pela ladeira, Belo Horizonte, porque sobe e abre no céu, como a Avenida Álvares Cabral. Passou a chamar-se Quintino do Vale. A Travessa Rio Comprido era a parte final de Malvino Reis, até que o médico Roberto Jorge Haddock Lobo tivesse feito a doação dos terrenos onde se abriu a

entrada direta entre aquela travessa e a rua de seu nome (Nava, 1972, p. 299-300).

Na seguinte citação, o Narrador continua nos mostrando alguns outros topônimos, que sofreram troca de nomeação. Por exemplo, vai dizer que a Quintino do Vale era a antiga Rua Colina; a Rua Maia Lacerda era a antiga Leste; e a Campos da Paz já foi só da Paz. Ele também acaba fazendo uma descrição das poucas casas, que ficaram de pé e resistiram ao tempo. Em outro momento da vida adulta, ele volta a passar por esse trecho do Rio Comprido e as recordações dessas casas da infância voltam novamente.

Quem olha as subidas de Quintino do Vale (antiga Colina), Maia Lacerda (antiga Leste), Vieira Sampaio, Ambirê Cavalcânti (antiga do Morro) e Campos da Paz (que já foi só da Paz) percebe que tudo foi condicionado pelas picadas que escorriam dos altos de Santos Rodrigues (ao nascente) e iam terminar nas margens do rio Comprido. Nestas se desenhou a rua, claro que primeiro o que é hoje o lado ímpar. As casas que sobraram do velho tempo são muito maiores, mais luxuosas e mais antigas neste, que no lado par. O arruamento ficaria longe do rio para evitar suas cheias, seus mosquitos, seus miasmas. Mas seguindo a linha de ouro do rio. As terras da direção da Tijuca devem ter sido loteadas depois: os prédios do poente, mesmo os mais antigos, não são vetustos como os fronteiros. Assim ter-se-ia formado a Rua do Rio Comprido, de que vem o nome de Rio Comprido dado a um trecho especial da freguesia do Espírito Santo (Nava, 1972, p. 300).

No próximo trecho é feita uma construção interessante sobre os limites entre os bairros, entre as ruas, e vai brincando, fazendo um jogo de construção psicológica, espacial, e limites e determinações/delimitações de cada bairro e de cada rua. Onde uma começa, onde a outra termina, onde elas se cruzam. E todo esse jogo dentro do espaço narrativo em torno do bairro, é uma forma de resistência da população que frequenta ou que mora no bairro, e que passa por cima dessas mudanças de nome, de limitações de bairro, de quarteirão em quarteirão, por ruas que atravessam de um bairro para o outro. Vai, então, brincar com esses limites, digamos assim, e trazer não só as semelhanças como também as diferenças entre as ruas. Como se cada rua, cada topônimo carregasse uma característica. Um interessante destaque é a Rua do Ouvidor, uma rua famosíssima do centro do Rio de Janeiro. Vai dizer que ela vem vindo de São Francisco, resiste a travessia da Avenida Rio Branco e continua Rua do Ouvidor na outra parte; mas logo adiante ela não aguenta e ao cruzar com a Rua Primeiro de Março passa a ter diversos nomes, como Rua Clapp, Beco da Música, Rua Dom Manuel, Beco da Fidalga, mas

jamais continua sendo a Rua do Ouvidor. Esse registro é muito interessante e contrapõe esses entroncamentos. E aqui talvez seja a parte de maior destaque dessa narrativa, a Rua Aristides Lobo: única, a mesma, particularíssima, distinta, peculiar, compacta e idêntica. Com essa ideia de justificar a singularidade da rua, para o Narrador também existe uma particularidade imensa, por conta de ser nessa rua a segunda casa da infância, considerada parte crucial desse primeiro momento. A casa ficava do lado par, em frente ao sol da manhã, no número 106, onde em um curto tempo de sua infância passou por momentos marcantes de sua vida.

Esse nome de freguesia não pegou no bairro, porque *bairro* é coisa mais íntima e mais definida. Vejam bem: Catumbi é Espírito Santo; Mataporcos é Espírito Santo; Itapiru é Espírito Santo. Mas quem? quem? poderá confundir Catumbi, Mataporcos e Itapiru? Assim Rio Comprido... Também está em Espírito Santo. Que está, tá. Entretanto, dele se destaca porque Rio Comprido é Rio Comprido. Esse nome, esse caráter, esse cunho — englobam um largo, uma rua: hoje Condessa de Frontin; hoje, Aristides Lobo. O largo e a rua líquidos e os quarteirões seus afluentes. E não até as nascentes. Uns poucos metros de casas. Por exemplo: Bispo, até Aureliano Portugal. Nem mais um passo: Rio Comprido se acabou. Santa Alexandrina, até a Ladeira Sousa Doca. Só. Estrela, apenas até Visconde de Jequitinhonha. Travessa da Luz e Barão de Itapajipe, até Paulo de Frontin. Tão somente e o Rio Comprido, como bairro, decepa-se em Haddock Lobo, que já é outra civilização. Como Paulo de Frontin, que apesar de ter usurpado as águas do rio Comprido, é exatamente o que se pode considerar como o anti-Rio Comprido. O autêntico está onde indicamos e nas ruas que descem do morro de Santos Rodrigues. A diferença dada por Haddock Lobo é sutil como a daquela história de Cocteau, em que a criança é fechada na caixa do mágico. Abre-se a caixa: vazia. Torna-se a fechar, torna-se a abrir e reaparece a criança para ser entregue à mãe. E todos, mãe inclusive, acreditam que é a mesma criança... Há ruas do Rio de Janeiro que parecem ser as mesmas e que entretanto passaram pela caixa do mágico e sua transformação impalpável. A Rua do Ouvidor vem vindo de São Francisco; resiste à travessia da Avenida Rio Branco e continua Rua do Ouvidor. Mas não aguenta a de Primeiro de Março e o trecho que vai daí até as marinhas pode ser Rua Clapp, Beco da Música, Rua Dom Manuel, Beco da Fidalga, tudo! — jamais Ouvidor, apesar das placas. A Rua Aristides Lobo não é assim. É única, a mesma, particularíssima, distinta, peculiar, compacta e idêntica — desde o largo em que finda ao seu começo, na passagem do Engenho Velho. Nela, a casa de minha infância: lado par, em frente ao sol da manhã, número 106 (Nava, 1972, p. 300-301).

Na citação a seguir, existe um jogo entre lembrar e esquecer, memória e esquecimento, recordação e não lembrar. Esse jogo de palavras relaciona o espaço com a memória, e essa memória é um ponto localizado dentro desse espaço e acaba por trazer de volta outras recordações, e ao mesmo tempo também esquecimento. A casa

deixou de existir no espaço, mas a memória consegue trazê-la de volta. Ao longo da narrativa, o Narrador explora passagens da obra de Marcel Proust e retoma a ideia da *madeleine*, que é a parte inicial do livro *No caminho de Swann*, de Proust. Complementa escrevendo que cada autor que recorda, tem a sua *madeleine* que vai servir de faísca para alguma lembrança e ativar uma série de recordações ao longo da escrita³².

Então é isto... Nela eu entro, na velha casa, como nela entrava nos jamais. Esse portão de ferro prateado, eu o abro com as mesmas chaves da memória que serviram ao nosso Machado, a Gérard de Nerval, a Chateaubriand, a Baudelaire, a Proust. Todo mundo tem sua *madeleine*, num cheiro, num gosto, numa cor, numa releitura — na minha vidraça iluminada de repente! — e cada um foi um pouco furtado pelo *petit Marcel* porque ele é quem deu forma poética decisiva e lancinante a esse sistema de recuperação do tempo. Essa retomada, a percepção desse processo de utilização da lembrança (até então inerte como a Bela Adormecida no bosque do inconsciente) tem algo da violência e da subitaneidade de uma explosão, mas é justamente o seu contrário, porque concentra por precipitação e suscita crioscopicamente o passado diluído — doravante irresgatável e incorruptível. Cheiro de moringa nova, gosto de sua água, apito de fábrica cortando as madrugadas irremediáveis. Perfume de sumo de laranja no frio ácido das noites de junho. Escalas de piano ouvidas ao sol desolado das ruas desertas. Umhas imagens puxam as outras e cada sucesso entregue assim devolve tempo e espaço comprimidos e expande, em quem evoca essas dimensões, revivescências povoadas do esquecido pronto para renascer. Porque *esquecer* é fenômeno ativo e intencional — *esquecer* é capítulo da memória (assim como que o seu tombo) e não sua função antagonica. Na recordação voluntária não podemos forçar a mecânica com que as lembranças nos são dosadas. Os fatos sumidos nos repentes, em vez de todos, em cadeia, voltam de um em um. Às vezes, um só. Esse se oferece para suprir e vicariar os que as defesas do psiquismo acham que não é hora de dar e ele é uma espécie de “em vez de” — acontecimento, imagem que tem de ser coagida pelo consciente, para soltar outros, outros e nos dar aparência do integral não achado, mas construído (tiririca, de que é preciso forçar o minúsculo pé, para fazer sair da terra os metros de raízes ocultas que ligavam moitas emergentes e distantes). Às vezes não adianta violentar e *querer* lembrar. Não vem. A associação de ideias parece livre, solta, mas há uma coação que a compele e que também nos defende. Penso, por exemplo, em livro. A mente vagabunda me leva à capa, à encadernação. Encadernar, a papelão. Este, a papel velho, a velho apanhador de papel, a mendigo, ente miserável. E lá vou... De encadernar eu poderia ter ido a couro, em vez de papelão. Mas o couro foi escamoteado por causa daquele divã de couro de certa casa da Rua da Bahia — o que mais valia recalcar e deslembrar... Somos conduzidos pela preferência do espírito que é fuga, distração, descanso lúdico... Ave solta... Sua alteração, como que sua doença: o martelamento obsessivo que sucede no remorso, na saudade dos mortos,

³² Há uma reconfiguração temporal que se estabelece e que, mesmo tendo em vista o distanciamento entre “o que aconteceu” e “o que poderia ter acontecido”, trabalha com o que se chama “efeito de real”. Se o texto histórico busca produzir uma versão do passado convincente e próxima o mais possível do acontecido um dia, o texto literário não deixa de levar em conta esta aproximação. Embora a trama seja, em si, criação absoluta do autor, busca atingir este efeito de apresentar uma versão também plausível e convincente. (Pesavento, 1999, p. 830)

na dor de corno — em que tudo é pretexto de volta à imagem iterativa, dolorosa e adesiva, que nos tem — ai! na gosma do seu círculo concêntrico. Pássaro no visgo... No que se precisa esquecer, nisto, a *memória* é exímia. Desvia na hora certa e suprime o couro, para evitar o divã de couro empapado de lágrimas. Duas coisas sucedem ou são feitas no mesmo dia. Entretanto o tempo igual passa desigual sobre cada. Ao fim de anos, uma parece remota e a outra lateja presente e quando o acaso de nota tomada, de diário escrito, mostra-as do mesmo dia — ficamos varados de pasmo. É por isto que Proust dizia que nossa memória habitualmente não dá lembranças cronológicas — *mais comme un reflet où l'ordre des parties est renversé* [...] (Nava, 1972, p. 303-304).

Novamente o Narrador vai fazer descrições e associações. O gradil prateado e o portão são associados às mesmas imagens das viagens por Lisboa, Sevilha e Granada. Ao ter passado por essas cidades e ter retido na memória a arquitetura que enfeitava as casas, suas varandas, escadas, em torno de monumentos e estátuas espalhadas pela cidade, são as mesmas encontradas em vários bairros do Rio de Janeiro. Mais adiante o Narrador conta suas andanças pelo centro da cidade, onde encontra casas mais antigas na Tijuca, em Catumbi, Laranjeiras, na Gávea, e em vários outros pontos. Tudo isso faz parte de uma conjuntura arquitetônica das cidades que tornam essas ruas e essas casas muito características.

Aquele portão e aquele gradil prateados faziam parte desse sistema de rendas de ferro que enfeita fabulosamente o Rio de Janeiro e faz dele uma das cidades mais ricas do mundo em matéria de serralheria. Mais que Lisboa. Mais que Sevilha e Granada. Não são só grades e portões — é toda a tessitura metálica que deu ao simplesmente útil o requinte do ornato e emprestou extraordinária importância decorativa ao forjado, nas construções cariocas do fim do século passado e princípio deste — velhas casas da Tijuca, de São Cristóvão, São Januário, Rio Comprido, Itapiru, Catumbi, Camerino, Gamboa, Centro, Laranjeiras, Botafogo e Gávea. A variedade é imensa: gradis de sacada para uma janela ou para várias janelas — retos, boleados, curvos no meio, redondos nos cantos dos prédios. Gradis de varanda, de escadas, em torno a monumentos e estátuas como as de Pedro I e José Bonifácio. Gradis de jardim, em perspectivas decrescentes, traçando fugas para o infinito nas linhas de ouro dos quadros de De Chirico. Ferragens de sustentação de beirais e de marquises. Escadas todas de ferro ou tendo de ferro só o espelho dos degraus cujo piso é de pedra, mármore ou tábuas. Portas de madeira com almofadas abertas gradeadas e de metal, ou portas completamente em serralheria, ou portas fazendo conjunto com o portão baixo que lhe ia adiante e que defendia dos importunos, dos cães e dos gatunos, enquanto os batentes abertos deixavam entrar o ar de terra e o vento do mar. Grades de arejamento dos forros, das bandeirolas, dos térreos habitáveis ou dos porões. Ornatos batidos das cobertas de varandas, tetos e telhados. Quiosques, balaústres e pinhas. Jarrões. Estatuetas. Os lindos pavilhões com arquibancadas do Campo de São Cristóvão e da Praia de Botafogo. O da ponte de embarque dos Presidentes, ao Flamengo. Tudo destruído por

prefeitos progressistas... O coreto-estação de bondes da Praça da Bandeira, idem. A estaçãozinha rendilhada do encontro de São Francisco Xavier e Vinte e Quatro de Maio ibidem. A do Largo da Cancela, que antes tivesse sido derrubada que restaurada e aviltada como foi. A de Cascadura, que nem sei se ainda existe... Tudo pintado, ordinariamente, de verde-escuro, a maioria de prateado — nunca de tinta preta, funebremente somada ao ouro, como se usa nos gradis de Paris (Nava, 1972, p. 307).

A descrição do sobrado na rua Aristides Lobo número 106 coloca o leitor na lente do Narrador e de frente para a casa. Ele descreve um pouco dessa área externa, com as figuras de louça do reino representando as estações do ano. A pedra das duas escadas, com quatro degraus que subiam para a entrada principal, as pilastras e muretas todas decoradas, malhas, trançados, conchas, presilhas. E ele volta a repetir a questão dos ferros, do gradil, que circundavam o portão, tanto o portão quanto a parte interna da casa. Através das três janelas da varanda de cima era possível ver parte da rua. Também nos fornece um dado muito curioso: o número 106 era o antigo número 42, provavelmente quando era Rua Malvino Reis ou Rua do Rio Comprido, antes de ser Rua Aristides Lobo. Outro dado sobre o crescimento das cidades: tanto as ruas vão mudando de nome como as casas vão mudando de número.

Na nossa casa de Aristides Lobo 106, a fachada era avivada primeiro pelo rendilhado de madeira que ornava a parte anterior da descida das águas do chalé; depois, pelas figuras de louça do Reino, representando as estações do ano; pelos estuques que sobreornavam as janelas e portas da fachada, que tinham alizares da mesma pedra das duas escadas de quatro degraus, das pilastras de entrada e das muretas; finalmente pelas malhas, ganchos, trançados, retículos, nós, fivelas, presilhas, conchas, cruzetas, estrelas, quadriculados e pontas de lança dos ferros do gradil, do portão, dos óculos do porão e dos dois lances de escada que se atiravam para os lados com a mesma graça dos falbalas cheios de florões argênteos da cauda da condessa Greffuhle, no retrato de 1896. As três janelas da varanda de cima, com o vidro central da bandeirola todo azul; as duas de baixo e a porta, com as vidraças foscas onde se riscavam quadrados e octógonos transparentes. Em cima da porta, o 42 da antiga numeração de Malvino Reis. No portão, dum lado o 106 atual e do outro o GN da Guarda Noturna (Nava, 1972, p. 307-308).

Esse olhar do Narrador, ainda criança, que não podia ficar na rua brincando sozinho, encontra uma saída para a sua curiosidade: subir na mureta de pedra que ficava na frente da casa e, segurando ao gradil, suspendia o corpo até conseguir observar os dois lados da rua, as outras casas e enxergar o quintal de frente. Faz então uma descrição

espelhada: a primeira descrição como se estivesse na rua, na frente do portão, olhando para o sobrado; a segunda, vai observar a rua através do portão, no pátio interno e estende esse olhar até onde os olhos alcançam. O Narrador associa sua visão com as gravuras de Gustave Doré sobre a obra de Dante.

Quem entrava dava num pátio cimentado em frente à casa, tapado aos lados pelas paredes-cegas dos prédios vizinhos, o 104 e o 108, que se alinhavam pela rua, enquanto o nosso era recuado. O cadeado e a corrente impediam-me de sair e misturar-me à molecada. Eu olhava, trepado na mureta de pedra, seguro ao gradil, como a balaústres de bonde fabuloso que me levasse. Para a esquerda eu ia com os olhos até a esquina da Rua Leste, subia ao casario que desenha perspectivas da Bahia para trás desse logradouro, descia e parava fascinado nas janelas do 101 onde passavam o dia as *bonecas*. Eu dava esse nome a duas senhoras de porcelana, igualmente cacheadas (como Luís XIV) e prodigiosamente gordas, que derramavam mamas, braços, papadas — um mundo de carnes de leite e rosa — sobre o peitoril em que ficavam horas debruçadas — em atitudes paralelas e fazendo ademanos simétricos. Diante de nossa casa, outro morro, esse coberto de vegetação e diante dele o fuste das palmeiras imperiais que enchiam os jardins do 115. Conforme a hora e a disposição dos ares, elas ficavam ora imóveis, como medusas pendendo entre duas águas, como um índio imenso com o cocar parado nas esperas da tarde, ou então se punham em movimento: eram polvos remexendo os tentáculos, caranguejeiras contraindo longas patas penugentas, Antígonas sacudindo cabeleiras desesperadas, esqueletos dizendo adeus! ou bracejando e chamando em gestos de solene oratória. Às vezes eram escalpeladas pelos tufões e ficava só aquele dedo descarnado e apontando o céu, coluna de ruína, como as colunas de Persépolis. Nesse 115 funcionava um colégio — escola primária ou jardim de infância — onde logo me matricularam à espera do próximo ano letivo em que eu iria cursar, ao Bispo, o Colégio de São José. Pouco tempo fiquei nas tais aulas. Logo meu Pai verificou a esculhambação carioca do estabelecimento e deixou-me ficar em casa (Nava, 1972, p. 308-309).

Pedro Nava sabia muito bem sobre a toponímia carioca e, certamente, havia lido *História das ruas do Rio de Janeiro*³³, de Brasil Gerson, publicado em meados dos anos 1950. Ao tratar de alguns topônimos faz uma espécie de classificação ou julgamento. As ruas da Lapa todas são noturnas. Ao meio-dia, a Rua da Glória (local do apartamento do narrador no momento em que está escrevendo suas memórias.) As ruas do Paissandu, Ipiranga e Laranjeiras são crepusculares. E as matinais ele coloca como sendo as do bairro de Copacabana e do Rio Comprido, principalmente a Rua Aristides Lobo. Associa essa visão do bairro sobre a rua com quadros de pintores famosos, como se fosse uma espécie de reforço para essa memória. E ele acrescenta mais um outro elemento, que

³³ Cf. Gerson (1965).

são os vendedores ambulantes no raiar do dia circulando pelas ruas a vender suas mercadorias e seus produtos pelos bairros de toda a vizinhança. Especialmente na Rua Aristides Lobo onde a observação é mais apurada³⁴.

Há ruas só noturnas, como as da Lapa. Outras, só de meio-dia, como a da Glória. Há as crepusculares, como Paissandu, Ipiranga e Laranjeiras. E há as matinais como as de Copacabana e as do Rio Comprido. Na Rua Aristides Lobo, mesmo a noite guarda cintilações de alvorada. Só consigo evocá-la nas suas manhãs e só vejo morros, casas, gente, dentro de massa luminosa e pontilhada como a dos quadros de Signac, Cross, Bonnard e Seurat. Dessa gelatina multicolor emergem as figuras da rua e os sons que as circundavam. Desde cedo. Ainda escuro, de madrugada. O primeiro a entrar na sinfonia era aquele apito de fábrica — ainda destituído de seu conteúdo futuro. Logo depois vinham vindo os próprios pregões. O áspero e gritado dos peixeiros, alongando o seu *peiiiiixcamaró*, entrando de portão adentro e indo até a escada da cozinha onde descansavam as pesadas cestas pendentes do varapau que lhes esmagava os ombros e que eles seguravam dos lados, como em gravura chinesa. Subia das cestas um relento oceânico e a faiscação de estanho e prata suja dos peixes, alguns inda vivos, batendo as guelras por falta d'água e que, quando escolhidos, eram logo escamados, abertos, esvaziados e tinham a cauda decepada a cutelo — toailete para a lavagem final e para a panela. Muito bem: ficam essa garoupa e esses vermelhos, mas vamos ver dois bons punhados de camarão, de quebra. Vinham lisos, frescos e escorregadios. Obrigada, freguês! Obrigado, freguesa! O lusíada cordial forrava o lombo com a toalha grossa, recarregava-se e ia soltar na rua seu silvo de locomotiva. Como um clarim, chamando (Nava, 1972, p. 310-311).

Chegamos ao ponto no qual o Rio de Janeiro torna-se uma espécie de extensão de Juiz de Fora. Mais semelhante ainda é o problema das enchentes (já mencionado), com construções beirando o curso do rio, o crescimento da cidade e as modificações na paisagem urbana. Depois de uma chuva forte, torrencial, a água não consegue escoar e acaba invadindo o sobrado, principalmente o porão onde estavam guardados alguns livros do tio Júlio Freire, trazidos de Juiz de Fora. Esses livros se perderam todos; ou seja, o mesmo problema que Juiz de Fora enfrentava, por conta de saneamento, de falta de estrutura, o problema das enchentes, o bairro do Rio Comprido também enfrentava.

³⁴ A vida de uma rua densamente povoada é inesgotavelmente rica, se registrarmos os seus sons e movimentos. Podemos gravar a trilha sonora de uma rua durante 24 horas. Desde a primeira janela que se abre de manhã, a vassoura na calçada, as portas das lojas que se erguem, os passos de quem vai para o trabalho, conversas, cantigas... Sob essa diversidade há uma ordem e um ritmo cuja sequência é portadora de um sentimento de identificação. A sequência de movimentos na calçada segue ritmos que se aceleram e se abrandam em horas certas e vão se extinguindo devagar quando as janelas se iluminam e as ruas se esvaziam. Depois, as janelas vão-se apagando e fechando, menos alguma que resiste ainda, na qual escapa um som que finalmente silencia (Ecléa Bosi, 2003, p. 71-72).

Aquele pátio, meu miradouro dos céus, meu miradouro da rua — um dia foi tragado pelas águas. Choveu chuva grossa, choveirando invariável durante várias horas, e o morro de Santos Rodrigues começou a fazer descer Amazonas barrentos sobre a Rua Aristides Lobo. O rio Comprido também se pôs a encher e a subir. Nosso pátio foi tomado pela pororoca das torrentes que desciam pela frente e do caudal que subia por trás. A casa levantou ferros, singrou, as águas invadiram o porão não dando tempo para nada e só quando elas baixaram e o prédio reatracou no monte Ararat é que se pôde tirar de dentro da lama invasora (para pôr no lixo) os livros de meu tio Júlio Augusto de Luna Freire, que estavam em caixotes, no porão. Mais de 2 mil volumes de que escaparam um exemplar da edição ilustrada de *O Ateneu*, de Raul Pompeia, que está com minha prima Maria Augusta de Luna Albano; um antigo volume traduzido de *A cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe; vários fascículos da *Revista do Instituto Histórico de Pernambuco* e tomos desemparelhados de Tácito, Zola, Plutarco e Latino Coelho, que foram depois para Juiz de Fora com os livros de meu Pai e que lá se perderam. Era o que restava da livraria reunida pelo tio, durante sua vida. Com sacrifícios de bacharel pobre, com paciências de bibliófilo e com bom gosto de letrado. Só ficou o que eu disse... Que o resto foi inutilizado pelas águas (Nava, 1972, p. 318).

Como se pudéssemos acompanhar a visão do narrador ao entrar dentro da casa, passar pelo pátio de cimento, os dois lances de escada com os quatro degraus que davam acesso à sala de visitas, e toda a mobília compondo o ambiente, mostrando um certo status de vida. Dessa descrição da sala de visitas, do sofá, das cadeiras de braços, e todos os ornamentos decorativos de madeira que haviam dentro da casa, algo chama a atenção: a coleção de *portas*³⁵.

Do pátio de cimento subia-se por dois lances a escada de pedra. Quatro degraus de cada lado, dando no patamar em que abria a porta da frente. Como era simples e acolhedora nossa sala de visitas! A mobília era bem *belle époque*, de madeira preta torneada, palhinha no assento e nos encostos: o sofá, as duas cadeiras de braços, um sem-número de cadeiras singelas e os indispensáveis *portas*. Não há mais destes móveis, cujo pretexto era sua utilidade, mas cujo fim eram os próprios ornatos abertos na sua madeira. Flores, florões, folhas e folhagens, cheias dos arredondados e laçadas do que se chamou ironicamente o estilo tênia. Realmente, dominava o longo, o sinuoso, o coleante e o flexuoso. Durante certa fase isto passou a ser considerado horrível, mas o tempo veio reabilitando essas curvas, emprestando poesia e encanto a semelhante gênero. Haja vista as velhas estações do *métropolitain* de Paris, de que uma foi servir de modelo simbólico do 1900, entre as curiosidades do Museu Carnavalet. A mobília preta de tia Candoca, no 106, tinha como complemento nas paredes os porta-postais, os porta-leques e os

³⁵ Os objetos assim acariciados nascem realmente de uma luz íntima; chegam a um nível de realidade mais elevado que os objetos indiferentes, que os objetos definidos pela realidade geométrica. Propagam uma nova realidade de ser. Assumem não somente o seu lugar numa ordem, mas uma comunhão de ordem. Entre um objeto e outro, no aposento, os cuidados domésticos tecem vínculos que unem um passado muito antigo ao dia novo. A arrumadeira desperta os móveis adormecidos (Bachelard, 1993, p. 80).

porta-jornais — cheios dos laçarotes de fita *soit-disant* para pendurá-los, mas, no fundo, mais um enfeite! no meio das outras peças o porta-chapéus e os porta-bibelôs (Nava, 1972, p. 319).

O ambiente é preenchido com todos os objetos pertencentes à casa: vasos de flores, castiçais, as prateleiras, onde ficavam os álbuns de fotografias, enfim, toda essa decoração interna da casa. Mas principalmente esses objetos, que passaram pelas mãos de muitas e muitas pessoas, estiveram em diversas casas, acompanharam casamentos, velórios, noivados. E essas mãos mortas que manipularam esses objetos, acabaram deixando ali uma certa impressão³⁶. E conforme as pessoas iam morrendo esses objetos iam passando de uma pessoa para outra, circulando de um endereço para outro. (E muitos desses objetos o Narrador levou para a casa dele, no bairro da Glória. Esses objetos acabam servindo de estímulo para a recordação. O contato com esses objetos, com os quais ele está convivendo naquele momento, remete às lembranças do passado, da sua infância. E também serve de reforço e de ajuda para compor as memórias.)

Os porta-bibelôs eram móveis frágeis e complicados, torneados e rebuscados, dotados de prateleiras — nenhuma na mesma altura das outras e uns, como os dois de nossa sala, contendo pequenos armários para as caixinhas de charão, de sândalo, de alabastro, os potinhos de Gallé e os vasinhos de opalina. Nas prateleiras, os álbuns de fotografia, os jarros para flores, castiçais, bibelôs — uns de valor, outros simples *camelote*. No 106, entre outras coisas, figuravam um porta-retratos, com o de minha avó, e um marquês de porcelana — hoje em minha casa e trazendo para ela restos daquelas em que eles estiveram. Diante desses objetos houve aniversários, noivados, casamentos, velórios. Foram mudados de lugar, lavados, brunidos por mãos mortas. Estiveram no Rio Comprido, na Tijuca, em Icaraí, na Urca, no Leblon, em Copacabana e trazem para minha casa da Glória um pouco das casas sovertidas de minha gente. Sobre as mesinhas dos fumantes, junto dos cinzeiros, nova coleção de *portas*. Porta-cigarros. Porta-charutos. Porta-caixa de fósforos. Complemento para os tabagistas: as duas escarradeiras dum tempo em que havia o hábito de não fumar sem cuspir. O espelho da parede. O quadro com o retrato do avô. Sua presença. Pedro da Silva Nava. É no meio destes objetos familiares e à luz das janelas abertas que vejo a figura dos amigos que frequentavam nossa sala (Nava, 1972, p. 320).

Há também um relato interessante da sala, ponto de reunião dos parentes que vinham todos os domingos visitá-los. Talvez por alguma razão concentravam-se todos na rua Aristides Lobo, por conta do respeito, ou talvez por conta do espaço ser mais

³⁶ Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum (Ecléa Bosi, 2007, p. 411).

acessível, mais confortável. Os parentes vinham de diversos bairros do Rio de Janeiro, principalmente da Zona Norte. Do Andaraí, Tijuca, São Cristóvão. É curioso como o Narrador repara nesses topônimos diferentes: Rua do Açude, Rua das Flores, Rua da Figueira, locais onde esses familiares moravam, todos espalhados. E a cutucada final, como se todas essas ruas onde moravam, espalhadas pelo Rio de Janeiro, todas elas se comunicassem com o cemitério do Caju, que seria o local onde todos terminariam, depois dessa jornada de vida, destino final de cada um³⁷.

Essa sala, mais que a da frente, era o ponto de reunião dos parentes que vinham para o ajantarado de domingo. Eles acorriam de pontos diversos da zona norte, das ruas do Andaraí, Fábrica, Vila Isabel, Tijuca, São Cristóvão ou de mais longe ainda, do Rocha, Quintino, Piedade — lindas ruas chamadas do Açude, do Anil, Natalina, Primeira, Bonfim, Alegria, Esperança, Flores, Figueira, Ouro, Perseverança. Vinham dessas ruas cheias de famílias de militares, de funcionários em exercício, de viúvas de aposentados, de cartomantes, de tendas espíritas, de terreiros de candomblé, de cantigas ao sol, de namoros à lua, de modinhas suburbanas, do samba em gestação e que todas, direta ou indiretamente, se comunicavam com o Cemitério do Caju, onde seriam exatos e comidos pela terra insaciável aqueles Abreus, Barros, Palácios e Pamplonas que almoçavam dominicalmente no 106 da Aristides Lobo. Uns vinham todas as semanas. Outros, cada quinze dias. Outros, de raro em raro. Mas nunca passavam tempo demais sem aparecer (Nava, 1972, p. 331).

Ao final do domingo, especificamente, quando os parentes iam embora, o Narrador volta a observar a rua. O final da tarde começa a escurecer. Nesse momento recebe claridade pela iluminação a gás que já havia no centro do Rio de Janeiro e também nos subúrbios. Em alguns, claro, não todos. Aparece novamente a comparação com as pinturas impressionistas. Acaba percebendo que a noite mudava completamente a fachada da casa. Mudava a paisagem da rua também. Dava um tom, talvez, mais fúnebre. Uma contraposição, na verdade, uma imagem do granito, e outra da espuma de ouro à luz da tarde. Mergulhava numa bruma noturna.

Mas já acabava o domingo, nas ruas escurecidas, que o gás de iluminação ia fazer virar num mundo verde e submarino. As visitas saíam uma por uma, demandando suas ruas da zona norte, onde havia restos de dobrados das retretas dominicais, farrapos de bandeiras de papel de seda, como numa permanente festa junina, e vendedores dos roletes de cana

³⁷ Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de um de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação (Ecléa Bosi, 2007, p. 408).

passados num barbante. Iam e vinham cantando. *Óoooooolha a cana, cana doce*. Os parentes iam sendo levados procissionalmente ao portão. Lembranças à Zebina, lembranças à Zélia. Eram as outras netas de tio Itrício, filhas da Sinhá, que pouco apareciam. A noite mudava completamente a fachada de nossa casa, a paisagem da rua. Desmaiavam certas saliências, outras massas avultavam, como naqueles quarenta quadros em que Claude Monet pintou quarenta fachadas da Catedral de Rouen, cada uma diversa, na luz dum minuto diferente. Como nas telas impressionistas, nossa rua, conforme a hora, mostrava casas que duma dureza de granito ao sol do meio-dia, viravam numa espuma de ouro à luz da tarde e por fim se esvaíam — evaporadas na bruma noturna (Nava, 1972, p. 334).

Informação importantíssima para a composição das memórias: o caderno. O caderno foi um presente do tio Salles, em um desses passeios que os dois faziam pela cidade. Ao longo da infância, da adolescência, ele rabiscava diversos desenhos nesse caderno. Foi a forma encontrada de registrar alguns daqueles momentos, desenhando paisagens, pessoas que frequentavam a casa. Ele já tinha um certo talento para pintura; gostava desde pequeno. E esse caderno é uma espécie de peça chave para ativar as memórias. Quando abre o tal caderno, ele começa a relembrar todo aquele período³⁸.

[...] o caderno. Era grosso, de folhas pautadas, de capa alaranjada. Presente de tio Salles, que fora comprá-lo comigo à Rua Haddock Lobo — provavelmente para que eu deixasse de me associar aos papéis de sua escrivainha. Pelo capricho da vida dos objetos, esse caderno ficou primeiro esquecido num caixote de livros de meu Pai. Quando ele reapareceu, fui aproveitando suas páginas em branco para novos desenhos que se superpuseram aos antigos como as camadas sucessivas de Troia e onde só eu — Schliemann! — distingo o que é 1910, 1911, 1914 e 1918. Tornou a sumir sepultado numa dessas fundas canastras que só se abrem por acaso. Ressurgiu furado de traças, já tocado pelo tempo e começando a representar o passado. Foi sendo guardado e hoje eu o contemplo como coisa preciosa, “como um copo de veneno”, como bocado tangível de minha infância. Esse caderno traz nas suas páginas o pó de uma longa sequência de casas cujo ambiente tornou-se dele inseparável. Impregnou-se dos ares do Rio Comprido, do mofo de Juiz de Fora, da luminosidade de Belo Horizonte. Esteve na *Floresta*, em *Timbiras*, na *Serra* e *Padre Rolim*... Tem poeira carioca e poeira de Minas. Foi folheado por dezenas de mãos agora mortas, cujo suor vivo e cujas impressões digitais deixaram nele — para sempre! — seu traço. É desses objetos mágicos, embebidos de gente — gente falecida — cujo resto material é sentido pelos cães que uivam aos mortos ou pelos bruxos que os invocam. Esse caderno lembra sobretudo meu período de realeza em Aristides Lobo 106. Eu, sentado à escrivainha de tio Salles, desenhando e enchendo de admiração meus pais e a roda deslumbrada das tias e tios. Esse menino é

³⁸ A casa onde se desenvolve uma criança é povoada de coisas também preciosas, que não tem preço. Nas lembranças pode aflorar a saudade de um objeto perdido de valor inestimável que, se fosse encontrado, traria de volta alguma qualidade da infância ou da juventude que se perdeu com ele (Ecléa Bosi, 2007, p. 442).

um gênio. Esse menino vai ser um Michelangelo. Não fui, ai! de mim. Mas era bom ser vedete, centralizar, ter segurança. Pouco tempo depois, no ambiente cor de cinza de Juiz de Fora, eu recordaria a Rua Aristides Lobo e o Rio Comprido, como o pequeno rei negro de Alphonse Daudet evocando no escuro inverno parisiense a luz eterna e o calor africano de seu reino do Daomé — cheio de lajes de pedra, de rios rolando, túnicas azuis, colares de âmbar e tropas de elefantes... Abro o velho caderno e pela sua capa rasgada entro na minha infância, como Alice entrava, pelo espelho, na poesia do seu país de maravilhas. Nele desenhei canhestramente aquela primeira paisagem — um morro escarpado como o Corcovado, com duas palmeiras que se cruzam, uma cerca que impede e a pesada, a negra estrada se perdendo além. Vinham depois encostas dando em lagos azuis onde barcos vermelhos amarrados a estacas estavam impossibilitados pela corda de singrar, navegar, de sair. As colunetas da amurada do Flamengo e do cais do Pharoux, o navio *Pará* com suas cordas, chaminés, âncoras e as escadas do portaló que subi, para levar a bordo tio Salles indo para o Ceará e através de cujos degraus de madeira vazada eu via, embaixo, os pedaços de ouro, pérola e safira das ondas móveis do mar suntuoso. Paisagens com pastoras, casas de contornos vermelhos, fachadas policrômicas e telhados poliédricos que pareciam isbás da Ucrânia — mais coloridas que os bordados de uma gola búlgara. Senhoras com o corpo em S por força das saliências dos peitos e das nádegas acentuadas pelo colete *devant-droit*, meninos e meninas correndo para o colégio, soltando estrelinhas de São João ou brincando de Carnaval. Alegorias a Marta Leuzinger (Marta do meu coração!), jarros de flores e frutas, contorno dos pesos de papel de tio Salles — uma ferradura e uma secção de trilho. Personagens do *Tico-Tico* — Chiquinho, Lili, Jagunço, Vovô, Lulu, Zezé, Baratinha, Benjamim, Faustina e Zé Macaco. Esboços de histórias de quadrinho que eu compunha sob a influência daquelas figuras. Marinhas completas, com tudo, tudo, tudo — sol nascente, nuvens, vulcões em erupção, arco-íris, mares tranquilos, peixes-voadores, barcos ao mesmo vento, uns de velas pandas e outros de velas frouxas, praias cheias de palmeiras, naufragos, índios, matança do bispo Sardinha, conchas e caranguejos. Andorinhas puxadas a burro, os primeiros automóveis, os aeroplanos inaugurais. Reminiscências da passagem cheia de incidentes, de minha avó materna, de meus tios Meton, Hortênsia e Risoleta — como hóspedes, na Rua Aristides Lobo 106. Caricaturas do Hermes e do velho Accioly. Novamente senhoras com penteados imensos, chapéus monumentais, sombrinhas de renda mais complicadas que repolhos e as saias, meu Deus! umas *entravées*, mal deixando andar, outras naquela indecência de *jupe-culotte* — que não era indecência nem nada e que era coisa muito mais recatada que as pantalonas de hoje ou as calças colantes dentro das quais tremem gelatinas de bundas moles ou babalalançam músculos retesos de nádegas firmes (Nava, 1972, p. 353-354).

Em outro momento, vai relatar como era a parte dos fundos da casa que davam diretamente para o Rio Comprido, (o rio mesmo). Toda uma descrição do leito, com as touceiras de bananeiras, bancos arredondados, restos de tijolos, coisas muito antigas, construções antigas, vão compondo a paisagem.

Os fundos do 106 davam para o rio Comprido e confrontavam com os das casas viradas para a atual Batista das Neves, derrubadas por ocasião da retificação das águas e da abertura de Paulo de Frontin. Quando eu cansava de olhar a rua, vinha ver o rio. Atravessava nossos coradouros e chegava a uma touceira de bananeiras, cercada por um banco arredondado que ia até o parapeito que encimava a correnteza. A gravura de Rugendas, mostrando como era o terraço do Passeio Público, dá uma ideia do que havia, em menor, no nosso terreno. Uns restos de azulejo muito antigo mostravam que aquilo devia ter sido construído antes da casa e pertencido a algum velho mirante a cavaleiro das margens do riacho. O nosso barranco era mais alto que o do outro lado, onde davam portões gradeados e em cujos paredões se incrustavam lajes, em várias alturas, formando degraus por onde se podia descer até as águas. Pelos gradis, sempre fechados, divisavam-se os fundos das casas e seus pátios, com latas de lixo, varais de que pendiam roupas desoladas, zínco, restos de tábuas, mais touceiras de banana ou de bambu. E sempre, ninguém! como se as casas fossem encantadas e vazias. A amurada tinha uma barra escura e pardacenta, indicando com sua altura a das cheias do rio — assim mesmo como idêntica, de limo, nos palácios de Veneza, mostra o limite das marés. Essa amurada, toda desenhada de uma geografia de líquens e de musgos, era coalhada dessas ervinhas e florinhas de barrancos, moles, oscilantes e coloridas — que nascem no meio de teias de aranha onde tremem, permanentemente, ciscos, folhas secas, moscas presas. Entre essas plantas sem consistência destacava-se, pela rigidez, pelo tamanho — árvore que subia aderente ao muro e cujas raízes se espalmavam duras como os dedos de um esqueleto. Eles seguravam os tijolos, pedras, restos de azulejo — neles penetravam e suas finas pontas bebiam, como por compridos canudos, a água do rio. O parapeito do nosso lado era largo, coberto aqui e ali por musgo verde e veludoso, fazendo placas sobre o granito. Eu deitava o rosto em cima deste, aplicava-lhe minhas mãos e meus braços, para sentir o frio da pedra ou o calor de que a tinha impregnado o sol. Olhava sua superfície e via sempre passando sobre ela a mesma formiga-carregadeira de cada dia, lutando com o tamanho da folha descomunal que levava, com esforço semelhante ao dum homem carregando seu destino. Às vezes fechava os olhos, para me concentrar só no ouvido, e captava, como um rasgar de seda que não cessasse, o sussurro do rio fluindo tão depressa quanto a vida que não espera. Uma flor se destacava de quando em quando — caía no rio, fugia levada pelas águas. Logo uma borboleta despetalava suas asas e ia voando entre os tufos verdes das duas margens. Nos remansos pousavam as *lavadeiras* com suas longas pastas e esquiavam em cima do espelho líquido. Pareciam diminuto e agudo maquinismo, uma pequeníssima orquídea ou bordado chinês tecido com fios de malva, pervinca, escarlata e similar (Nava, 1972, p. 369-370).

Adiante, o Narrador passa a relatar os passeios pela cidade do Rio de Janeiro tornando suas observações mais amplas, nesse processo de expansão. O primeiro passeio de bonde ainda com tração animal e os locais de *muda*³⁹, na Tijuca, que era um dos lugares importantes, entre aqueles gravados na memória. Relembra o cheiro daquele local. O Narrador faz uma descrição desse momento, dos passeios de bondes, de uma

³⁹ Onde os animais que puxavam os bondes, geralmente burros, eram substituídos por outros que estavam descansados. E só um tempo depois os bondes passaram a ser elétricos.

outra visão, e consegue ter acesso a outras paisagens.

Isso vem a propósito de minhas lembranças dos bondes de burro. Neles andei, talvez numa de nossas viagens ao Rio ou, mais certamente, depois de nossa vinda definitiva de Juiz de Fora. Quando? não o posso dizer com exatidão, pois minhas recordações desse Aristides Lobo da infância surgem empilhadas e a fotografia positiva que delas obtenho resulta da revelação de vários negativos superpostos, cuja transparência permite que as imagens de uns se misturem com as luzes dos outros. O essencial é que me lembro dos bondes-de-burro com seus poucos bancos, com o condutor e o cobrador, os dois sem farda, de terno velho, colarinho duro, chapéu de lebre, ou chile, ou bilontra — e a bigodeira solta ao vento carioca. O primeiro governava os burros a chicotadas mais simbólicas que propriamente para valer e, principalmente, com a série de ruídos que tirava dos beijos, da língua, das bochechas, das goelas, e que eram muxoxos e chupões, assovios e estalos, brados monossilábicos e gritos churriados — a que as adestradas alimárias respondiam com o passo, a marcha, o trote, a andadura e a parada. De distância em distância as parelhas cansadas eram trocadas por outras mais frescas, nas *mudas* dispostas ao longo dos itinerários. Uma destas perpetuou-se no nome que se estendeu a um bairro todo — o da *Muda da Tijuca*. Lembro-me bem da que ficava à esquina de Marquês de Sapucaí e Salvador de Sá, onde foi depois uma estação de elétricos — estação não no sentido de paragem, mas do local onde se recolhiam os bondes. Quem vinha de Aristides Lobo, era ali que trocava os burros. Eles eram soltos ao mesmo tempo que as correntes que os prendiam à trave que era desengatada, conjuntamente, do veículo. Quando eles se sentiam livres, empinavam as cabeças, zurravam e corriam, sem necessidade de serem conduzidos, para dentro da muda, para suas águas e seu capim. lam rebolando as ancas, repiqueteando os cascos ferrados, num tilintar de cadeias arrastadas. Compunham uma representação de movimento e som que vim a recuperar quando o cinema começou a explorar as dançarinas de rumba com suas bundas de potranca, suas caudas farfalhantes, seu agudo bater de saltos e suas secas castanholas. Sempre que as via, reinundava minha alma do encanto infantil com que assistia à troca das bestas naquela esquina. E sempre que passo nesse cruzamento de ruas, reassumo meus cinco, meus seis anos e ouço o trincolear de grillhões raspando o lajedo. Os bondinhos de tração animal seriam substituídos pelos elétricos, na zona norte, aí por volta de 1909. Estes eram veículos mais solenes e cada vez que paravam faziam um ruído especial, parece que vindo de acumuladores colocados por baixo e que lembravam, em mais grosso, o golu-golu de um peru fazendo roda. Essa batida, entre líquida e metálica, entre pingo e gongo, subia do chão do bonde, ganhava os bancos, vibrava na carne dos passageiros, crescia dentro de mim numa bola de baba e naquela ânsia de vômito que me afogavam sempre, à altura de Salvador de Sá (Nava, 1972, p. 372-373).

Momento seguinte, a descrição da Rua Salvador de Sá, especificamente. Embora apareçam outros pontos por onde o bonde passava. A Rua Salvador de Sá seria um local de parada específico, mas o bonde fazia vários trajetos. Passava pelo Alto da Boa Vista, Muda, Tijuca, Rio Comprido, Santa Alexandrina, no Mangue. E também descia a Rua

Machado Coelho. Desses passeios guardou diversas impressões.

A rua era exatamente como ela é hoje, com aqueles sobrados enjoativos de varanda fora a fora, que se repetem iguais uns aos outros, na monotonia de residência padronizada para funcionários. Por um reflexo condicionado, mal os via e o bonde parava — junto ao negro poste cintado de branco que era o ponto — que os peitos se me enchiam de azedo e eu vomitava de esguicho. Vaga e idêntica náusea me assalta até hoje naquele árido logradouro e, em *Marechal Hermes*, onde essa arquitetura indigente foi reproduzida nas fachadas viradas para o leito da estrada de ferro — à Rua João Vicente. Íamos tomar nossa condução na própria Aristides Lobo, em Haddock Lobo ou no largo ao fim do Bispo, onde éramos servidos pelos bondes festivos do *Alto da Boa Vista, Muda, Tijuca, Uruguai, Uruguai-Leopoldo, Matoso, Bispo, Rio Comprido, Santa Alexandrina*. Conforme o escolhido, íamos à cidade pelo Estácio, por aquele mareio infundável de Salvador de Sá e Frei Caneca, para só retomar a alegria no Campo de Santana — todo verde de suas árvores, todo vermelho do Quartel de Bombeiros, todo dourado de raios de sol e toques de clarim; na Praça Tiradentes, onde um D. Pedro eqüestre surgia no meio de índios e bichos, brandindo as folhas da Constituição; e no Largo da Carioca, todo sonoro de baleiros e jornaleiros, todo molhado e fresco do esguicho das bicas do seu chafariz. De outras vezes descíamos Machado Coelho e tomávamos pelo Mangue. Aquilo era uma amplidão cheia de luz, perfilando suas palmeiras intactas — então intactas! porque hoje elas estão sendo estupidamente derrubadas ou deixadas morrer sem substituição. Toda a zona do canal era pontilhada pelos quiosques quadrados, hexagonais, oitavados, verdes, azuis, amarelos, vermelhos — recobertos de seu telhado chinês, de cujas pontas pendiam bolas multicores (Nava, 1972, p. 373).

(A seguir, o Narrador vai falar do centro do rio, em que, de certa forma, ele remete às lembranças de quando ele visitou Paris muito tempo depois. Cria uma certa comparação entre esses dois lugares.)

Assim como hoje se desce de todo o Rio para admirar o Aterro e o novo Leme, naquele tempo migrava-se dos bairros norte e subúrbios para ver a Avenida Central em construção. Era percorrida de carro aberto ou então, como o fiz, num auto-ônibus, talvez o primeiro daqui — um sem coberta, pintado de vermelho como as viaturas dos bombeiros e que fazia a circular Mauá-Monroe. Guardei, como se fosse ainda hoje, o dia magno em que o 106 veio à cidade incorporado, para deleitar-se com as perspectivas francesas da nova artéria; seus palácios em construção ou já prontos, na audácia de seus quatro, cinco, seis andares; os lampiões *art-nouveau*, de vários braços, iguais aos dos *boulevards* de Paris; o palácio Monroe branco — como coberto de creme, bem enformado como um bolo de noiva; o obelisco, rente ao mar, tal e qual o Louqsor da Praça da Concórdia; o conforto da fila de tilburis estacionada no centro do logradouro, com as bestas enchendo o asfalto de bosta; por fim, a consternação da família quando eu, saliente, querendo mostrar que já lia,

berrei alto o que estava no cartaz enorme que sobrepunha tapume de construção: O SÂNDALO MIDY CURA A GONORRHEA! Disse, rolando bem nas campainhas aqueles dois RR molhados no H, que davam a impressão de um corrimento ainda maior, corrimento daqueles bons, dos de *gancho*... (Nava, 1972, p. 376-377).

Continuam suas recordações de alguns passeios, os quais fazia com a mãe (Diva Mariana) e as tias (Bibi e Marout) pelo centro do Rio de Janeiro, onde passavam pela Rua Gonçalves Dias, Larga de São Francisco, lugares muito movimentados na época, principalmente por conta dos comércios. Faz uma fotografia do centro do Rio de Janeiro, onde muita gente frequentava, principalmente uma elite intelectual. Emenda com outro passeio feito com o pai por locais específicos para conversar com os amigos.

Se, com a de meu Pai, guardo a ideia dos passeios pela avenida em flor e das idas à Rua da Quitanda para ver o Dr. Marinho (com os sorvetes e sessões cinematográficas delas decorrentes), associo minhas primeiras impressões das ruas do Ouvidor, Gonçalves Dias e do Largo de São Francisco a minha Mãe e a minhas tias Bibi e Marout, que eu acompanhava em suas expedições à *Raunier*, à *Colombo*, à *Salgado Zenha* e, na correria final, até o *Parc-Royal*. Elas preferiam as três primeiras lojas e, quando podiam, bem que esnobavam a última — menos fina, muito menos chique que as outras. Iam também às *Fazendas Pretas*, onde as viúvas da família se proviam de suas sedas, de suas capotas, de seus fichus e de seus vidrilhos. *Apreçavam*, bem sentadas diante de caixeiros dotados de paciência evangélica, o que queriam e o que nem de longe pretendiam comprar. Viam os cetins, os veludos, as belbutinas, os *repoussés*, os brocados, os tafetás, os tussos, as flanelas, as lãs, as caxemiras, as sarjas, os crepes-da-cChina, as gazes, os filós, os *voiles*; passavam para as rendas, as *guipures*, os entremeios, os sutaches, as aplicações; iam às fitas de todas as larguras e de todas as cores — as próprias para faixas, as para enfiar em gola, camisa, camisola, calça, saia-branca, corpinho e cabeção; desciam aos botões, colchetes, pressões; acabavam nos alfinetes de fralda, de segurança, de cabeça e nos de fantasia, com cabinhos mínimos de louça figurando aves, flores, borboletas e joaninhas. Não esqueciam os grampos de chapéu, sempre com novidades, inclusive os últimos, americanos, cuja ponta, depois de atravessar a copa, o coque, outra vez a copa, ia ser *embolada* por uma peça atarraxável, exatamente igual à do cabo. Ficava parecendo um halter. Quando se fartavam de *apreçar*, saíam, agradecendo, prometendo voltar, a caixeiros sucumbidos que as acompanhavam até a porta, como era costume nessas épocas de polidez e boas maneiras. Iam então aos chás, aos refrescos, aos sorvetes, às pamonhas, aos docinhos, aos pães-de-queijo, às coxinhas-de-galinha, aos camarões-recheados, aos croquetes — tudo comido com os véus levantados até a altura do nariz. Iam subir e descer Ouvidor e Gonçalves Dias, para apreciar as vitrines e ver as outras senhoras que passavam com suas saias *entravées*, suas blusas *au petit col bombé*, suas bolsas a tiracolo, suas sombrinhas luxuriantes e seus chapéus de latifúndio — em que viçavam flores e pousavam aves. Eis senão quando eu ou a tia Marout acusávamos os primeiros sinais da urgência de uma dor de barriga, e, antes que tarde,

virava o passeio naquela disparada para as instalações sanitárias do *Parc-Royal* — conhecidas e gabadas por todas as senhoras que vinham à cidade. Que asseio, que recato! Os meninos também podiam se esbaldar naquelas latrinas estupendas e cheirando a desinfetantes finos, a um tempo fenicados e sentindo a eucalipto e alcanfor. (Nava, 1972, p. 377-378).

O Narrador vai lembrar de um dos passeios na companhia do tio Antônio Salles ainda naquele ano de 1911. O passeio por essa outra parte do Rio de Janeiro que é Santa Teresa, Flamengo, Botafogo, Copacabana, onde é possível observar o Pão de Açúcar, os Arcos da Lapa. E, principalmente, observar o mar, o limite da faixa de areia.

Meu tio Antônio Salles, que se comprazia tanto com a companhia de crianças como com a de adultos, era o amigo adorado pelos sobrinhos. Entre estes, ele me preferia e é por isto que eu saía frequentemente com ele. Aos passeios que fizemos juntos, devo aquisições progressivas nos limites de minha geografia urbana que estendi a Santa Teresa, ao Flamengo, a Botafogo e à Copacabana das pitangueiras. Não sei qual dos seus amigos fomos um dia visitar em Santa Teresa. Sei que a casa era ampla, simples e que abria por largas janelas sobre o Pão de Açúcar, a entrada da barra e a linha mar e céu. Depois da perspectiva dos telhados urbanos, vistos de cima dos Arcos, aquela outra arrebatou-me de oceano afora. Longe, ele, oceano, era leve bruma sem limites precisos com os céus do mesmo azul. Essa cor preciosa e breve misturava-se ao ouro do dia maravilhoso e de vez em quando risco branco de espuma mostrava que as águas não estavam imóveis como as distâncias faziam parecer. À medida que se olhava a paisagem, via-se que suas cores vinham se encorpando e tomando tonalidades mais vivas com a aproximação. À direita e à esquerda eram os verdes violentos e profundos da mata; o aço das rochas descobertas e lisas; o terra-de-siena, o cobre e o gris de barrancos cortados; a policromia dura das encostas cheias de casas, de faiscações de vidraça e chispas de claraboia. Tudo se diluía gradualmente e os planos longínquos se esbatiam — irreais na luz azul-clara, nos róseos de pétala e na fina poeira dourada. Cedo aprendi a perceber esse contraste tão vivamente apanhado nos desenhos e pinturas do velho Rio — como os feitos por Ender, Henderson, Mary Graham, Debret e Rugendas. Sempre com meu excelente tio fiz, certa noite, a descoberta do Flamengo e das luzes remotas de Niterói. De onde vínhamos? Gravei a visão noturna dos aléns da amurada que nesse tempo era feita em colunetas iguais às do monumento da Abertura dos Portos, ao fim do Russel, e semelhantes às do plano que divide a Rua da Glória da Avenida Augusto Severo, ou às que sobraram do lado marítimo do Passeio Público. Além delas o mar batia no enrocamento e coruscava mais longe, cheio de sereias de caudas reluzindo e de centelhas do dorso de monstros marinhos, entre os quais eu logo distingui as roscas dos dragões das argolas de guardanapo da mesa de Aristides Lobo (Nava, 1972, p. 378-380).

Ao relembrar as memórias do bairro de Copacabana, notamos uma nova imagem

trazida à tona; uma imagem de sol e espumas bravas estrondando sobre as areias cheias de conchas, uma imagem muito forte que ficou guardada. Acrescenta as lembranças do Jardim Zoológico, do Campo de Santana, as memórias percorrendo também alguns espaços e ambientes, se deslocando de forma veloz por esses lugares. Já não é apenas a Rua Direita e a Rua Aristides Lobo; os topônimos irradiavam uma nova extensão⁴⁰.

De Copacabana guardo uma imagem de sol e espumas bravas estrondando sobre areias cheias de conchas, da cabeleira verde das algas e das bexigas das águas-vivas que se estouravam com o pé. Vi também as pitangueiras. Tinha sido um piquenique do pessoal do 106 e mais dos Ennes de Souza, das Teixeiras e dos Modesto. É ainda como expedição familiar que lembro uma ida ao Jardim Zoológico, do que resultou a mudança periódica, para nosso quarto de dormir, dos leões, tigres, zebras, girafas, elefantes, jacarés e serpentes que em certas noites ali arranchavam fugidos do Lins Vasconcelos; também doutra ida ao Campo de Santana, para assistir a uma Batalha de Flores. Nunca mais me esqueci dos carros e dos automóveis primitivos transformados em gôndolas, galeras, cestas e cisnes construídos com rosas, nem das senhoras e cavalheiros que de dentro desses veículos atiravam-se flores e sorrisos. Naquela ala do jardim que dá para o Corpo de Bombeiros, estes formaram para as continências ao presidente Nilo Procópio Peçanha, que chegou de carro aberto à Daumont, cercado de um piquete de lanceiros, para dar uma volta no parque sob uma chuva de flores e de acordes do hino nacional. Sorria largamente, o babalaô, e seus dentes lembraram-me teclas de piano, aparecendo dentro da beijoleta que o cavanhaque e o bigode disfarçavam mal, mal. Procópio (Nava, 1972, p. 380).

Muitos anos depois, o Narrador volta à Rua Aristides Lobo⁴¹. E nesse momento, com o alargamento da rua e a demolição de algumas casas e prédios, a casa de número 106 acabou perdendo a parte da frente, onde ele costumava brincar. Ao se deparar com essa “modernização” sendo feita no bairro, viaja novamente no tempo e volta ao passado sobrevoando adormecidas memórias. Uma das lembranças mais fortes é a Travessa do Rio Comprido, um trecho menor da rua, com casas muito antigas, anterior ao tempo em que por lá habitava.

Cheias de aventuras eram também as saídas para o bairro. Frequentemente eu ia com tio Salles, de manhã, até Haddock Lobo ou até o Bispo. Descíamos ou subíamos a rua e eu ia fixando as fachadas das casas. Algumas ainda estão de pé e me empurram para a infância, cada vez que passo lá nos dias de hoje. Reconheço-as. O correr de casinhas

⁴⁰ A imensidão foi ampliada pela contemplação. E a atitude contemplativa é um valor humano tão grande que confere imensidão a uma impressão [...] (Bachelard, 1993, p. 214).

⁴¹ [...] as lembranças de adulto não diferem das lembranças de infância. Elas nos fazem viajar de grupo em grupo, de âmbito em âmbito, tanto espaciais como temporais (Ricoeur, 2012, p. 132).

humildes que vai até a esquina da Travessa Rio Comprido. As lindas edificações de pedra, porão habitável, pilastras, fachadas de granito e escadas laterais se abrindo como leque e se espraiando como ondas que morrem. São quatro, duas a duas, parede-meia. Têm os números 71, 73, 81, 83 e datam de 1878. Há uns tapumes de construção diante do nosso 106, cuja área fronteira está atualmente na rua porque, seu alargamento estando sendo feito pelo lado par, o lajeado onde eu fazia correr meu trem de ferro é hoje passeio do logradouro. Minhas mesmas pedras. O meio-fio gasto pelas solas dos que entravam e saíam para visitas de aniversário, para os alegres ajantarados do domingo, para os velórios. O velho 189, lindo sobrado, chalé, com respiradouros do forro geminados e com a forma de dois trevos de quatro folhas, de duas eglantinas de quatro pétalas. O 186, com suas figuras de louça na cimalha. O prodigioso prédio de cunhais arredondados da esquina de Campos da Paz, com seu jardim lateral e suas duas palmeiras-imperiais. O velho largo — caminho de Estrela, Bispo, Santa Alexandrina. Passo na rua de hoje como na antiga, quando eu a subia ou descia. Nela encontro velhas sombras. Ponho minha mão na de tio Salles e vamos descendo para os lados de Haddock Lobo, do Estácio, para os rumos da infância e das horas perdidas. Cortávamos pela Travessa do Rio Comprido e eu tinha de parar diante do estábulo que a enchia de moscas e do cheiro da bosta. Era escuro, atroado de mugidos e fedia. As vacas ficavam em duas filas, de rabos uma para a outra e viradas para as manjedouras atulhadas de capim, junto às paredes. Batiam de rabo e iam sendo ordenhadas e seu leite batizado com mijo era vendido na porta. Passava dos baldes imundos para as garrafas trazidas pelos fregueses. Seguíamos para a papelaria onde tio Salles comprava o alçaço para as poesias e os cadernos, os lápis de cor para meus desenhos. Passávamos nas padarias, nas farmácias, nas tinturarias, no armazém, no açougue. Esticávamos o passeio até a avenida de casinhas cinzentas, onde entrávamos na habitação de solteiros do Heitor e do Lafaiete Modesto (Nava, 1972, p. 380-381).

Ao encerrar a narrativa, após a morte do pai, a família entra em um novo processo de mudança e precisam subir novamente o Caminho Novo em direção a Juiz de Fora e deixar para trás a casa da Rua Aristides Lobo número 106 para retornar para a Rua Direita número 179. Aqui ele vai fazer a descrição desse movimento contrário, de subir a Serra. É interessante porque ele vai marcando as estações por onde o trem vai passando. E cita algumas delas: Neves, Juparanã, Matias Barbosa, enfim, todo esse trajeto de volta até chegar à estação de Juiz de Fora, onde desembarcam e fazem o trajeto da estação até a casa da avó de carro. Não tem uma recepção muito boa nesse momento, mas é como se fosse um recomeço, um novo momento.

Foi assim que tivemos, para subir o Caminho Novo, a companhia e o amparo desse gentil-homem. Urgia o embarque porque a viúva estava no nono mês de gravidez e queria que a criança póstuma nascesse às mãos da Senhorinha e do Almada Horta. O *buffet-crédence*, o piano, o *psichê*, a escrivaninha de meu Pai, seus livros, os cajus do pintor Ferreira, o retrato de meu avô, as louças, os utensílios, a roupa de cama e mesa — foi tudo

engradado dentro da casa de pernas para o ar e despachado em domicílio, para a Rua Direita 179. Nós iríamos de rápido. Cedo madrugamos no dia da viagem e saímos do Rio Comprido em dois tálburis carregados de malas, das tias, de nós, do Lafaiete e do Heitor Modesto. À hora de levantar, ainda escuro, ouvimos pela última vez o apito da fábrica e ao seu silvo lancinante minha Mãe começou a chorar — entendendo pela primeira vez aquele apelo prolongado que a chamava para sua vida de operária dos filhos, de proletária da família. Logo enxugou as lágrimas e tocou pra frente. Enterrou ali mesmo sua existência de *Sinhá-Pequena* para iniciar a luta áspera da *Dona-Diva*. O dia levantava-se pardo, como manhã de execução. Nas plataformas da Central rolavam carrinhos de bagagem cujas rodas de aço disparavam nos ladrilhos quadriculados e cinzentos, um ruído semelhante ao das descargas de fuzilamento. O trem saiu apitando e da janela demos adeus! às tias e a uma página da porca da vida. Minha Mãe, coroada pelo chorão, sentou-se no fundo, de frente para a máquina e para Minas Gerais, abraçando dois filhos de cada lado e trazendo o quinto na barriga. Estava enorme, de inchada, e toda vestida de negro. Em cada estação o Lafaiete descia para ir buscar leite, água mineral, brevidades, leite, biscoitos de polvilho, requeijão de Vassouras, água mineral, pastéis, almôndegas, pés de moleque, leite, água mineral. O chefe-do-trem passava gritando os nomes das estações. Mendes, Mendes, Barra do Piraí, Barra, Barra. Picotava os bilhetes. Juparanã, Entre Rios, Paraibuna. Os martelos de ferro tilintavam nas rodas do trem. Sobraji, Cotejipe, Matias Barbosa, Cedofeita. Os embrulhos e valises desceram dos porta-malas. Retiro. Juiz de Fora, Juiz de Fora. Duas e quarenta. Nenhum atraso. Tomamos o carro que subiu a Rua da Imperatriz e foi batendo ao encontro da sombra que vinha do morro do Imperador. Na Rua Direita 179 fomos recebidos pela Rosa. A Deolinda foi correndo chamar a *Sinhá*, que estava em frente, em casa da mana Zina. Minha avó atravessou a rua e deu as notícias. A Berta não pôde esperar porque estava na Creosotagem. A Dedeta, porque tinha ido jogar *croquet* em casa das Raithe. Seu quarto está pronto. Vamos ver como é que se pode acomodar tanto menino. O Lafaiete estava achando tudo tão esquisito que nem aceitou o café. Muito obrigado, mas quero aproveitar o carro para ir para a casa de meu tio Júlio Modesto, onde vou me hospedar. Passou, cedo, no dia seguinte para despedir-se e voltar ao Rio. Dias depois, a 28 de agosto, nascia minha irmã Maria Luísa. A maçonaria de Juiz de Fora resolveu adotá-la e pensioná-la até sua maioridade. Minha Mãe, industriada pelo padre Leopoldo Pfad, recusou esse auxílio do *bode preto*. O Dr. Duarte de Abreu não conseguiu fazer passar na Câmara um projeto de benefício para a viúva e filhos de um funcionário morto no trabalho. Estávamos a nada, mão na frente e outra atrás (Nava, 1972, p. 391-392).

O percurso de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro e de volta à Juiz de Fora, podemos identificar como um movimento pendular. Cada uma dessas cidades representa uma parte dessa “colcha de retalhos”. E cada topônimo que orbita em torno dos dois principais, representa um retalho colorido na composição dessa imensa colcha.

Ao mesmo tempo em que o topônimo é representado pela casa, ocupando esse espaço e servindo de ancoragem para a memória, também ocupa o lugar de ponto inicial para irradiar e atrair os topônimos que estão em volta.

E o livro termina datando exatamente o período em que o livro *Baú de ossos* foi composto. Aqui, a última frase, o último verso, tal qual está no livro, é:

Rio, Glória, 1º de fevereiro de 1968 a 15 de outubro de 1970.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narração é [...] um processo de criação de diversidades – de pessoas, coisas e acontecimentos; na verdade, ela põe em movimento imagens recriadas do passado (histórico ou não), com auxílio da memória e da imaginação, com isso objetivando a experiência que o Narrador teve ou herdou desse passado; [...] Assim, num plano mais próximo, as *Memórias* se limitam à reconstrução histórica e imaginária do passado familiar do Narrador (passado que ele conheceu diretamente ou dele teve notícia) [...]

(Davi Arrigucci Jr.)

[...] esse tratamento ficcional, em que a realidade é revista e francamente completada pela imaginação, avulta em momentos fundamentais do livro, sendo empregado inclusive para captar os elementos devidos à exposição documentada ou à experiência direta, isto é, que foram obtidos sem recurso à imaginação. Por isso o leitor se habitua a receber a verdade sob o aspecto da ficção, e quando chega às partes onde os acontecimentos já estão sob controle da memória do Narrador, não nota qualquer mudança essencial entre as duas esferas. É que o Narrador não muda de tom e adota um ângulo de tipo ficcional o tempo todo.

(Antonio Candido)

Ao chegar a um ponto em que é preciso dar por terminada esta etapa da pesquisa e colocar um ponto final nesta dissertação, percebemos que foi uma dificuldade, de fato, abordar o objeto dessa forma completamente nova e ainda pouco explorada, tornando o trabalho, digamos, muito mais desafiador e elaborado. Sabemos que toda pesquisa tem suas barreiras, que todo objeto, mesmo já tendo sido estudado e explorado, mesmo todo o domínio do tema, cada abordagem torna-se particular em relação ao que se está pesquisando naquele momento. E vai sempre ser entrecruzada com as bibliografias, com a literatura já identificada e consolidada.

Não é demais repetir, nesta amarração final, o quão desafiador é penetrar por esses novos caminhos e chegar até o entrecruzamento de toponímia, memória e espaço. Tudo isso dentro da literatura, como uma forma de análise, como objeto de pesquisa. Embora essas três vertentes já tenham sido estudadas, separadamente, em algum momento, consideramos o resultado particularíssimo justamente por não optarmos por uma única via. A inovação desta pesquisa não se limita ao topônimo na literatura, mas

também à tentativa (que julgamos bem-sucedida) de observar esses três pontos de vista de uma forma muito próxima e relacionada, entrelaçando-os, particularizando uma única visão.

Toda essa junção torna completamente diferente a ampliação do objeto de uma forma muito mais dinâmica de análise. E por mais que isso pareça ser muito particular na obra de Pedro Nava, no livro que analisamos, o *Baú de Ossos*, sabemos que essa maneira de compor a narrativa, esse mecanismo utilizado, também se repete ao longo dos outros livros, ao longo de todas as suas memórias, o que nos dá um certo fôlego e um pouco mais de disposição para continuar nesse caminho e tentar encontrar em outros textos, outras escritas literárias, um mecanismo que, mesmo não sendo completamente idêntico, seja parecido e que nos leve a buscar novas formas literárias em diálogo, sempre, umas com as outras. No entanto, serão essas as explorações futuras.

Esta dissertação, pois, poderá servir de modelo a quem queira percorrer esses caminhos da memória, do lugar e da literatura. Nós percorremos algumas camadas sobrepostas: a história real dos espaços descritos por Nava, sua visão como Narrador e as memórias aderidas aos topônimos, seus motivos e, além disso, descobrimos como certos topônimos em função literária podem ser agregadores e paradigmáticos, como é o caso da Rua Direita, expressão de uma das muitas Ruas Direitas do mundo mas particular no olhar de Nava, e da Rua Aristides Lobo.

Muito mais que endereços que conduzem o leitor a um momento preciso da História, esses dois topônimos tornaram-se emblemáticos e sintetizam o percurso do Narrador entre os dois vértices do Caminho Novo. Isto posto, e considerando que esta dissertação é parcial porque elege um olhar dentre muitos, nos surpreendemos satisfeitos por oferecer à academia essa leitura, a qual, sem dúvida, pode sedimentar para outros pesquisadores-passantes caminhos que fortaleçam o que se pode intitular Toponímia Literária.

FONTE PRIMÁRIA

NAVA, Pedro. **Baú de ossos**: memórias. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1972. 393 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1998. 147 p.

AGUIAR, Joaquim Alves de. **Espaços da memória**: um estudo sobre Pedro Nava. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 218 p.

ARCAMONE, Maria Giovanna; CARVALHINHOS, Patricia; GIUNTOLI, Giacomo. Entrevista a Maria Giovanna Arcamone: un viaggio attraverso l'onomastica e la toponomástica. **Linha D'Água**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 211-220, 2023. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v36i1p211-220. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/212011>. Acesso em: 10 ago 2023.

ARRIGUCCI Jr, Davi. Móbile da memória. In: ARRIGUCCI Jr, Davi. **Enigma e comentário**: Ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 67-111.

ASSIS, Machado de. **Esau e Jacob**. Rio de Janeiro; São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1943. p. 233-236.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARTHES, Roland. Proust e os nomes. In: BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**. Tradução: Mario Laranjeira. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004. p. 143-160.

BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos, um Haussmann tropical**: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução: Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. 2. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 557-567.

BOSI, Alfredo. *As Fronteiras da Literatura*. In: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2015. p. 221-234.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURNNEUF, Roland; OUELLET, Réal. **O universo do romance**. Tradução: José Carlos Seabra Pereira. Coimbra: Livraria Almedina, 1976.
- BUTOR, Michel. **Repertório**. Tradução e organização: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- CALVINO, Italo. **Coleção de areia**. Tradução: Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAMARGO, Amanda Kristensen. Onomástica Ficcional: status quo no Brasil. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 120–132, 2020. DOI: 10.14393/Lex5-v3n1a2017-7. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/48607>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014. 219 p.
- CANDIDO, Antonio. Poesia e ficção na autobiografia. In: CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017. p. 61-83.
- CARDOSO, Armando Levy. **Toponímia brasílica**. [Rio de Janeiro]: Biblioteca do Exército, 1961. 476 p.
- CARONE, Edgard. **A República Velha**: evolução política. v. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. 483 p.
- CARVALHINHOS, Patricia; LIMA, Adriana Tavares. Toponímia, teoria e método. Retratos de tradição e inovação. **Linha D'Água**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 1-20, 2023. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v36i1p1-20. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/212224>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- CARVALHINHOS, Patricia. Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil): Combatendo o apagamento toponímico. **Apropos** [Perspektiven auf die Romania]. 8 (Juli 2022), 14–30. DOI: <https://doi.org/10.15460/apropos.8.1928>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- CARVALHINHOS, Patricia. Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manuel de Macedo. In: XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2009, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF - Leitura e Oralidade**. Rio de Janeiro: Cifefil, 2008. v. XII. p. 83-99. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiicnlf/10/completo_10.pdf. Acesso em: 24 jul. 2021.
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. (coord.) **Caminhos do Rio a Juiz de Fora**. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2010.
- CAVILL, Paul. Language-based Approaches to Names in Literature. HOUGH, Carole (ed.). **The Oxford Handbook of Names and Naming** (2016; edição online, Oxford Academic, 7 Mar. 2016). p. 355-368. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.013.15>.

- Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/34398/chapter/291712032>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- COLOMBO, Fausto. **Os Arquivos Imperfeitos**: memória social e cultura eletrônica. Tradução: Beatriz Borges. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- COATES, R. Linguistic aspects of literary name origination. **Onoma**, Uppsala (Suécia), vol. 53, p. 11-30, 2018. DOI: <http://doi.org/10.34158/ONOMA.53/2018/2>. Disponível em: <https://onomajournal.org/wp-content/uploads/2020/02/Onoma-53-1.1.-Coates-final.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**: com estudo histórico da divisão territorial administrativa. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993. 429 p.
- DAUZAT, Albert. **Les noms de lieux, origine et évolution**: villes et villages, pays, cours d'eau, montagnes, lieux-dits. Paris: Delagrave, 1926. 264 p.
- SOUSA, Alexandre Melo de; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Onomástica. **Revista GTLex**, v. 3, n. 1, p. 7-22, 20 abr. 2020. DOI: 10.14393/Lex5-v3n1a2017-1. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/53813>. Acesso em: 27 out. 2020.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo**: 1554- 1897. São Paulo: Annablume, 1997. 393 p.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coleção de estudos. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH, 1990. 217 p.
- DRUMOND, Carlos. **Contribuição do bororo à toponímia brasílica**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1965. 134 p.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. 6. reimp. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- EWBANK, Thomas. **Vida no Brasil**: ou diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira. Tradução: Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. 347 p.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. 650 p.
- FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Biografia, história e identidade. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabaras e identidade local. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 235–260, 2020. DOI: 10.34019/2594-8296.2020.v26.27600. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/27600>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- GENETTE, Gérard. **Figuras**. Tradução: Ivonne Floripes Mantoanelli. São Paulo: Editora Perspectiva, 1966. 255 p.
- GERSON, Brasil. **Histórias das ruas do Rio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965.
- GIBKA, M. **Literary Onomastics**: a theory. Łódź, Polônia: Archaeograph, 2019.

GOES, Hildebrando de A. **Inundações do Paraibuna em Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Tradução: Alceu Dias Lima *et al.* São Paulo: Cultrix, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Centauro, 2006. 224 p.

HOUGH, Carole. HOUGH, Carole (ed.). **The Oxford Handbook of Names and Naming** (2016; edição online, Oxford Academic, 7 Mar. 2016). DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.001.0001>. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/34398>. Acesso em: 23 fev. 2022.

KOHLHEIM, Volker. Proper names in literature: A “reevaluation of all values”. **Onoma**, Uppsala (Suécia), vol. 53, p. 81-92, 2018. DOI: 10.34158/ONOMA.53/2018/6. Disponível em: <https://onomajournal.org/wp-content/uploads/2020/02/Onoma-53-1.5.-Kohlheim-final.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Irene Ferreira *et al.* 5. ed. 4. reimp. São Paulo: Editora da Unicamp, 2010. 541 p.

LE MOING, Monique. **A solidão povoada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. 355 p.

LETELIER, Valentín. **Ensayo de Onomatología**: ó estudio de los nombres propios y hereditarios. Madrid: Librería de Victoriano Suárez, 1906.

LOTMAN, Iuri. **A estrutura do texto artístico**. Tradução: Maria do Carmo Vieira Raposo, Alberto Raposo. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

MORETTI, Franco. **A literatura vista de longe**. Tradução: Anselmo Pessoa Neto. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008.

NICOLAISEN, Wilhelm. Name that past: placenames in autobiographical writings. **Names**, v. 39, n. 3, p. 239-248, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1179/nam.1991.39.3.239>. Disponível em: <https://ans-names.pitt.edu/ans/article/view/1290>. Acesso em: 20 maio 2020.

NICOLAISEN, Wilhelm. The Toponymy of remembered childhood. **Names**, v. 36, n. 3, p. 133- 142, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1179/nam.1988.36.3-4.133>. Disponível em: <https://ans-names.pitt.edu/ans/article/view/1186>. Acesso em: 20 maio 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da História com a Literatura. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; IOKOI, Zilda Maria Gricoli. (Orgs.) **História: Fronteiras**. Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas, 1999.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso, 1953.

PLATÃO. **Crátilo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 128 p.

- PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. 3. ed. Tradução: Fernando Py. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 3 v.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al]. 5. reimp. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012. 535 p.
- SALGADO, Ilma de Castro Barros e. **Pedro Nava: mulheres reveladas e veladas**. Juiz de Fora: I. de C. B. E Salgado, 1999. 102 p.
- SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987. 359 p.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 8. reimp. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2014a. 384 p.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. Em colaboração com Denise Elias. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, 2014b. p. 30-31.
- SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Editora UNESP, 2018. 134 p.
- SILVA, Antonio Rafael Marçal da; JAYO, Martin. De Gonçalo Gonçalves a General Câmara, topônimos soterrados: Pedro Nava e a memória que descansa sob asfalto de larguíssima avenida. **Linha D'Água**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 115-129, 2023. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v36i1p115-129. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/203119>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- SMITH, Grant. Theoretical Foundations of Literary Onomastics *In*: HOUGH, Carole (ed.). **The Oxford Handbook of Names and Naming** (2016; edição online, Oxford Academic, 7 Mar. 2016). p. 295-309. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.013.41>. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/34398/chapter/291710100>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- TRAPERO, Maximiliano. **Para una teoría lingüística de la toponímia** (estudios de toponímia canaria). Las Palmas de Gran Canaria: Universidad, 1995.
- VASCONCELOS, Diogo. **História antiga das Minas Gerais**. 4. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1999. p. 292-293.
- VASCONCELOS, José Leite de. **Opúsculos**. v. 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.
- WINDT, Benedicta. 2005. An overview of literary onomastics in the context of literary theory. **Onoma**, Uppsala (Suécia), vol. 40, 43–63, 2005. DOI: 10.2143/ONO.40.0.2033070. Disponível em: https://poj.peeters-leuven.be/content.php?url=article&id=2033070&journal_code=ONO. Acesso em: 15 ago. 2022.
- WOODMAN, Paul. The Nature of the Endonym. (UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES) **Working Paper**, v. 1, 2009. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsD/geoinfo/UNGEGN/docs/25th-gegn-docs/wp%20papers/wp1-natureofendonyms-wg.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.